

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Tiago Guimarães Oliveira

**Um Partido Contra a Corrente: Teses e Disputas da Organização Revolucionária Marxista
Política Operária (1961-1967)**

**Feira de Santana
2015**

Tiago Guimarães Oliveira

**Um Partido Contra a Corrente: Tese e Disputas da Organização Revolucionária Marxista
Política Operária (1961-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

**Feira de Santana
2015**

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Oliveira, Tiago Guimarães

O52p Um partido contra a corrente: teses e disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961 – 1967) / Tiago Guimarães Oliveira. – Feira de Santana, 2015.

111 f.

Orientador: Eurelino Teixeira Coelho Neto

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Marxismo - história. 2. Revolução socialista - Brasil. I. Oliveira, Tiago Guimarães, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 981:330.85

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. José Alves Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto
Universidade Estadual de Feira de Santana
(Orientador)

Feira de Santana

2015

Para Aline,
amor, companheira, luz dos meus olhos.

Para Akin,
guerreiro menino, razão do meu viver.

Agradecimentos

Primeiro agradeço devo agradecer a família, mas não como das outras vezes. Pois, neste ínterim, veio à luz meu primeiro filho Akin, deu-me mais forças para enfrentar os caminhos que virão e deu-me também mais razões para viver.

Agradeço também a Aline. Companheira amada e inestimável que corajosamente apoiou-me nesta empreitada mais que qualquer outro, e me presenteou com o milagre da vida, nosso filho.

Também me sinto profundamente agradecido aos meus pais, Jurandi e Délia, agora avós, apoiadores natos em tudo que faço. Meus irmãos Joana e João Daniel, estimáveis, agora tios.

Agradeço também a outras pessoas que compuseram a minha família de espírito nos últimos anos, tornando-os mais agradáveis, minha sogra Jaciara, sogro João Batista, minha cunhada Andreia, e sua primogênita que tanto amo Liz, meu cunhado Lucas, parceiro.

Não posso esquecer o pessoal lá de Geo, Emília, Cristina, Lázaro e dona Ediluze.

Aos amigos inestimáveis de bar e parcerias outras, Danilo, Yole, Nay Fac, Chintamani, Joãozinho, Carol, grande Rafa e Geo, e o inesquecível Diego.

Outros amigos novos que também estimo muito. Minhas comadres Lene e Marília, pelo apoio. O parceiro Wellington. E os baianos/sergipanos Hélio e Geane.

Gostaria de agradecer também ao programa de pós graduação em história, especialmente nas pessoas de Julival e Profa. Ione, pela compreensão.

À professora Elizete, pela sua imensa paciência. Ao professor Coelho que além da paciência e compreensão, ajudou-me co sua orientação sempre sagaz.

Ao Labelu, pelas poucas, mas produtivas reuniões que participei.

E ao CEDEM da UNESP por ceder gentilmente seu acervo digitalizado que serviu de material empírico para esta pesquisa.

Muito Obrigado

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto de estudos as teses, formulações programáticas e a história da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967). Os principais eixos de união destes militantes iniciais da Polop foi a crítica à posição do Partido Comunista do Brasil, a perspectiva de uma revolução socialista para o Brasil e sua posição favorável a independência de classe dos trabalhadores. O objetivo desta pesquisa foi analisar os caminhos percorridos pela Polop na formulação de suas principais teses e as mudanças decorridas ao longo de sua história, especialmente após o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Polop, marxismo, revolução socialista

ABSTRACT

This dissertation had as study object the thesis, programmatic formulations and the history of the Revolutionary Marxist Organization Workers Policy (1961-1967). The main thrust of these initial union militants Polop was the criticism of the position of the Communist Party of Brazil, the prospect of a socialist revolution in Brazil and are in favor of independence of the working class. The objective of this research was to analyze the paths taken by Polop in the formulation of their main theses and changes elapsed throughout its history, especially after the civil-military coup of 1964.

Key-words: Polop, marxism, socialist revolution

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1: Os meandros do Partido Comunista Brasileiro.....	15
1.1. Da revolução à reforma: o caminho do PCB.....	15
1.2. O PCB e a ditadura.....	35
Capítulo 2: Nadando contra a corrente.....	40
2.1. Origens da Polop.....	40
2.2. O caminho da revolução brasileira.....	45
2.3. Disputas internas e amadurecimento no caminho da revolução.....	52
Capítulo 3: Ditaduras, Revolução e Turbulências.....	64
3.1. Frente de Esquerda, Frente de Classe.....	64
3.2. Não aceitaremos o golpe, venha de onde vier.....	77
3.3. “Aonde Vamos?”	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
FONTES.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

SIGLAS

CC - Comitê Central

CN – Comitê Nacional

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

COLINA - Comando de Libertação Nacional

IC - Internacional Comunista

LSI - Liga Socialista Independente

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

ORM - POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PSD - Partido Social Democrático

PSPB - Programa Socialista Para o Brasil

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

UDN - União Democrática Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR - Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Introdução

Esta pesquisa resultou da vontade de conhecer mais sobre a história de partidos de esquerda no Brasil que atuaram no conturbado período da ditadura. O Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) possui um grupo voltado totalmente para o estudo, desenvolvimento de temáticas e organização do acervo da Polop, os debates dentro deste grupo foram fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a história da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, ORM-Polop ou simplesmente Polop, como ficou conhecida. Os anos estudados vão de 1961 até 1967. Optei por este recorte temporal, pois considero dois marcos da história da Polop fundamentais para alcançar os objetivos deste trabalho. Em 1961 temos a fundação oficial da Polop em seu primeiro congresso em Jundiá e em setembro de 1967 seu quarto congresso acaba com uma grande cisão dos núcleos mais importantes do cenário nacional da Polop, os mineiros e os paulistas.

Marcelo Badaró Mattos em artigo escrito para a coletânea *História do Marxismo no Brasil*, debate a questão do racha da Polop de 1967 colocando que a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária, surgida a partir da reorganização de antigos membros da ORM-Polop em 1970, “já não poderia guardar senão alguns paralelos com a Polop original”¹. Mas já foi levantado outras questões sobre as possíveis continuidades entre as duas organizações:

A permanência de Eric Sachs como teórico principal, além de outros dirigentes e grupos locais que não se desligaram, e a persistência de alguns eixos teórico-programáticos, para não falar no emprego do nome/emblema *Política Operária*, são indícios fortes de continuidade. A tese de que a OCML-PO é a continuação da velha PO também é sustentada, obviamente, pelos militantes que participaram dos dois momentos².

Não pretendemos entrar nesta polêmica, mas entendemos que de fato a ORM-Polop representou a primeira fase da organização. Esta fase surge a partir de uma articulação iniciada no final da década de 1950 através da aproximação entre alguns intelectuais adeptos do pensamento de Rosa Luxemburgo, junto com setores da Juventude do Partido Socialista da seção Guanabara e da Juventude Trabalhista da seção de Minas Gerais. Os núcleos do Rio de

¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da Revolução Socialista: A Trajetória da Polop (1961-1967). In: REIS FILHO, Daniel Aarão.; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **História do Marxismo no Brasil** Vol. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 186.

² COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes; LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira**. Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009. p. 3.

Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram os mais importantes e dinamizadores dentro da organização no período estudado, mas houve núcleos em diversos outros locais do Brasil como em Salvador, Ilhéus, Brasília, Recife, Curitiba e Goiânia.

Um dos principais eixos de união destes militantes iniciais da Polop foi a crítica à posição do Partido Comunista do Brasil, que passaria a se chamar Brasileiro em 1962 (PCB). O PCB era o grande expoente da esquerda marxista no Brasil antes e durante a ditadura militar e suas ideias eram consideradas por parte da esquerda marxista (inclusive a Polop) como reformistas. A organização acreditava que deveria haver uma renovação da esquerda brasileira e que esta deve estar conscientemente apoiada na classe operária.

Na historiografia sobre as esquerdas no Brasil pouco se estudou sobre a Polop, os trabalhos mais aprofundados são poucos, alguns bem recentes ³. Uma pesquisa, um pouco mais antigo é a dissertação de mestrado *Política Operária: A Quebra do Monopólio Político, Teórico e Ideológico do Reformismo na Esquerda Brasileira* de Leovegildo Pereira Leal.

O autor vai analisar as formulações da Polop e do PCB tendo como parâmetro a teoria marxista. Ele afirma que os programas da Polop eram os mais adequados para a realidade brasileira, pois são aqueles que mais se aproximam do marxismo de Marx, ao contrário do PCB com sua política de conciliação de classes. Ele aborda rapidamente a importância da Polop dentro do campo da esquerda e justifica o estudo da organização dentro da História. Ele traça o pensamento do PCB e demonstra a hegemonia que este detinha no cenário das organizações de esquerda e dentro da classe trabalhadora e como esta hegemonia foi se acabando. Um dos motivos do fim desta hegemonia foi o surgimento de inúmeros grupos que criticavam as teorias pecebistas e a Polop era um dos principais grupos nesta linha.

Leal propõe estudar a Polop no campo da História das Ideias, isto implica, segundo o autor, “que este estudo não se propõe investigar a atividade prática do agrupamento, entendida enquanto intervenção direta nas lutas de classes” ⁴. É um caminho perigoso seguido pelo autor, pois para a Polop a formação teórica de seus integrantes fazia parte de sua prática militante, e era etapa importante da luta de classes, a organização acreditava que a revolução socialista deveria ser levada adiante por um partido de quadros, ou seja, militantes disciplinados com ampla formação teórica e experiência prática de forma dialética.

³ Integrante do grupo de pesquisa da Polop no LABELU, Noberto (2015) defendeu muito recentemente dissertação de mestrado sobre a experiência da Polop entre 1961 e 1964, intitulada A Experiência Comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964).

⁴ LEAL, Leovegildo Pereira. **Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. p.7.

Outra pesquisa que trabalha mais a fundo a história da Polop é *Polop – As Origens, A Coesão e a Cisão de uma Organização Marxista (1961-1967)* de Joelma Alves de Oliveira. Nela a autora utilizará uma grande e variada quantidade de documentos e principalmente entrevistas com ex-militantes da organização. Oliveira procura mostrar que existiu coesão na Polop, mas esta não foi perene devido as discordâncias dos núcleos regionais e da rigurosidade que o centralismo democrático atingiu na organização após o golpe de 1964.

Contudo, o caminho que a autora escolheu para tal intento é perigoso. Ela busca comprovar sua tese da falta de coesão através de entrevistas com ex-militantes que romperam com a Polop, justamente após os problemas decorrentes do golpe, usando estas falas como balizadoras da verdade.

Sua análise da realidade brasileira era bastante peculiar, assim como sua relação com o golpe, questões que permanecem praticamente inexploradas e que podem abrir novos horizontes de estudo sobre a ditadura civil-militar. A Polop sabia que o golpe viria e precisou com bastante exatidão o que viria a seguir. Quais análises permitiram à Polop precisar tão bem aquela conjuntura? Mas a Polop não deixou de ser influenciada pelas mudanças trazidas pela nova conjuntura pós-golpe e sofreu as consequências. Quais as consequências do golpe e da ditadura na vida interna da Polop? São questões que buscamos responder com esta pesquisa.

Pretendo responder estes problemas ao longo de três capítulos. No primeiro capítulo pretendo analisar as teses de algumas das principais organizações comunistas no Brasil naquele período, especialmente o caminho que o PCB trilha em direção ao reformismo. Sabemos que a Polop criticava duramente o PCB, especialmente como este via a realidade brasileira. O PCB era acusado pela Polop de “etapista”, pois os pecebistas afirmavam que mesmo após a consolidação da independência de Portugal o país não conseguiu libertar-se dos restos feudais e dos grandes latifúndios, e com isto não realizou as tarefas da revolução burguesa.

Portanto, para o PCB a revolução brasileira deveria ser uma revolução democrático-popular, antiimperialista, nacional libertadora e agrária antifeudal, somente cumprindo estes pré-requisitos chegaríamos à democracia e, depois de toda uma etapa histórica, ao socialismo.

A Polop por sua vez acreditava que o Brasil era um país plenamente capitalista, e propunha que o caráter da revolução brasileira deveria ser imediatamente socialista. A organização acreditava que deveria haver uma renovação da esquerda brasileira e que esta deve estar conscientemente apoiada na classe operária. A Polop abordava que o movimento operário no Brasil já possuía suas bases materiais e que os sindicatos herdados do Estado

Novo impediam a formação do “partido da classe”.⁵ Portanto a organização de uma *Política Operária* dar-se-ia em função do operariado independente da tutela destes sindicatos controlados pelo governo e os partidos que se propunham a serem operários devem seguir este princípio.

No segundo capítulo disserto sobre as origens da Polop, a confluência de organizações que deram origem à organização. Procuo analisar também o debate que a Polop fez sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Esta análise levou a organização a acreditar que o país, naquela conjuntura, tinha um capitalismo industrializado, mesmo guardando algumas relações semi-feudias em parte do campo, chegando finalmente a propor um caminho de como se chegaria a revolução socialista. Para tanto destaco a obra *O Caminho da Revolução Brasileira*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Neste capítulo procuro demonstrar a dinâmica interna da Polop. Sua coesão foi construída com base nesta estrutura heterogênea que permitia as variadas posições internas debaterem livremente dentro do campo marxista. Mesmo militantes de origem não marxista tiveram espaço na Polop, sua proposta era de debate amplo na esquerda brasileira.

No terceiro e último capítulo partimos da dinâmica do II congresso da organização para debater sobre as polêmicas em torno da questão das “Frentes”. A Polop defendia uma Frente de Classe independente de setores da burguesia, fazendo oposição à “Frente Ampla” formada por uma aliança multiclasses.

Debato também as teses da Polop sobre a ditadura que estava por vir. A Polop entendeu que o golpe ocorreria e construiu uma análise sobre as forças políticas e sujeitos que se articulavam para tomar o poder no país. Por fim para onde foi a Polop após o golpe? Escrevo sobre como a Polop entendeu o golpe e a ditadura civil-militar, a movimentação das forças de direita e da esquerda e os resultados daquela conjuntura repressiva na vida interna da organização.

O golpe mudou completamente a esquerda comunista brasileira naqueles anos, e com a Polop não foi diferente. A organização sofre baixas em seus quadros, mas também mudanças programáticas importantes. A luta armada sobe para o topo a pauta da organização suscitando debates acalorados que resultaram no desmembramento da Polop. As mudanças organizativas e teóricas provocadas pelo golpe, bem como a Polop analisou o regime ditatorial, e as consequentes mudanças provocadas por esta análise ainda são lacunas que buscamos preencher especialmente no último capítulo desta pesquisa.

⁵ Jornal *Política Operária*, nº 1, janeiro de 1962. CEDEM/UNESP.

Para tanto utilizei a documentação do acervo do CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). Este acervo encontra-se em processo de digitalização, onde boa parte da documentação referente ao período estudado por esta pesquisa (1961-67) foram doados gentilmente para o LABELU - UEFS. Nele encontramos especialmente os jornais *Política Operária* que circularam no começo da década de sessenta e era o principal meio de comunicação impressa da Polop.

Utilizamos como base fundamental desta pesquisa três tipos de documentos da organização. Nos documentos de circulação interna priorizamos destacar o debate dentro da organização, especialmente entre a direção nacional e alguns dos núcleos regionais mais importantes. Isto nos permitiu perceber a construção interna da organização, o amplo espaço cedido pela Polop para seus debates e as nuances teóricas de seus grupos. Por isso a necessidade de analisar não apenas os textos assinados pelo comitê central, mas também dos núcleos e assinados pelos próprios militantes.

Boa parte das polêmicas sobre a participação da pequena-burguesia, ou até da própria burguesia nacional na linha política das *frentes* foi desenvolvida na Polop através dos debates contidos nos documentos de circulação interna. Sabemos que internamente a organização tinha membros de corrente políticas não marxistas (a juventude trabalhista vinda dos grupos mineiros, por exemplo), através desta documentação pudemos perceber como a linha marxista-leninista se mantém na Polop.

Outro tipo de documento utilizado foi os jornais *Política Operária*. Neles percebemos o resultado das disputas internas e as intenções da organização com o grupo que a mesma se comunicava, a classe trabalhadora. Pois seu jornal tinha função propagandística e de agitação, em alguns momentos (como pouco antes do golpe), tinha o intuito convocatório.

O último tipo documento era a revista também chamada de *Política Operária*. Esta, ao contrário do jornal, se dedicava a fazer análises profundas sobre a realidade brasileira, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as formas de organização das classes oprimidas e da vanguarda de esquerda. Os textos nestas revistas eram mais densos, contendo os traços teóricos que nos permitiram entender como a Polop interpretava a movimentação da luta de classes no Brasil.

1. Os meandros do Partido Comunista Brasileiro

Neste capítulo procuro analisar as teses que eram hegemônicas no campo do marxismo brasileiro na década de sessenta. Esta hegemonia pertencia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ⁶. Portanto, analisei documentos da organização desde a década de quarenta, com o objetivo de traçar o caminho percorrido pelo PCB para chegar as principais teses que caracterizavam sua linha política no período estudado (1961-1967). Pretendo colocar em pauta o caráter da revolução brasileira proposto pelo partido, como os mesmos enxergavam a realidade brasileira, pois nos remete ao entendimento que o partido tinha do Estado e do caráter do capitalismo no Brasil, e algumas resoluções e propostas destas organizações frente ao golpe e à ditadura civil-militar.

A Polop surge em grande parte justamente por discordar das teses pecebistas e traz outra forma de se pensar a realidade brasileira. Por isto a importância de se compreender as formulações do PCB para posteriormente confrontá-las com as ideias da Polop.

1.1. Da revolução à reforma: o caminho do PCB

Um dos pontos fundamentais que reuniu os integrantes da Polop no final da década de 1950 foi a crítica à linha política do PCB. Por exemplo, como estes entendiam a revolução brasileira, as táticas de organização do operariado e uma tendência, que a Polop dentre outros críticos do PCB, chamaram de reformista. Entre 1945 e 1964 o partido sofreu mudanças e nuances significativas, sendo este um dos períodos mais agitados do PCB ⁷. Nestes anos pudemos ver “um momento moderado, um *esquerdizante* e um outro reformista radicalizado” ⁸. O objetivo desta sessão é justamente reconstruir as principais ideias do PCB daquele período, atento aos eixos fundamentais que nos levaram a entender a Polop em si.

Em 1945 o PCB defendia, no âmbito político, a realização de eleições livres, com um Código Eleitoral democrático, também a liberdade de organização política partidária. Para o partido o caminho até a plenitude democrática, driblando o perigo fascista, se daria através da

⁶ Até 1961 o PCB se chamava Partido Comunista do Brasil com a sigla “PCB”, após 1961 na tentativa de legalizar o partido, muda-se o nome para Partido Comunista Brasileiro, mas mantêm-se a sigla “PCB”, não confundir com o “PCdoB” Partido Comunista do Brasil, dissidência proveniente de um racha, e reorganizada em 1962. Usaremos no transcorrer do texto Partido Comunista Brasileiro ou simplesmente PCB.

⁷ “Já desde sua fundação, em 1922, o PCB buscou intervir na realidade circundante, porém, é a partir da conjuntura do após Segunda Guerra que o partido dará um salto importante, tanto em termos de sua inserção no sistema político, quanto de sua expansão no movimento sindical. Esse salto se desenvolverá ao longo da década de 50, chegando mesmo ao seu ápice no início dos anos sessenta, quando o trabalho anterior ruiu ante o golpe militar de 1964. Em nenhuma conjuntura posterior a este evento o partido alcançará a importância que obtivera antes do golpe” (SANTANA, 2001, p. 26-27).

⁸ SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2001. p. 24.

figura de Vargas, da defesa da política de União Nacional, estas proposições tinham orientações externas “vinculadas à política de *frente ampla popular e democrática* contra o fascismo, inspiradas pela então já dissolvida III Internacional”⁹. É no terceiro congresso da Internacional Comunista (IC) que se consagra a tática das *frentes*¹⁰.

Apesar do esforço do partido e do apoio popular Vargas não se mantém no poder, o partido continua com sua postura de luta pacífica e apoio da União Nacional. Longe de se preocupar com Vargas “estavam interessados nos desdobramentos do processo político, com a sobrevivência do partido e a continuidade do movimento dos trabalhadores”¹¹. Inseridos na perspectiva da campanha eleitoral, seu discurso era de ordem e tranquilidade e por isso evitar greves. O PCB teve significativo ganho político e eleitoral após o estabelecimento de sua legalidade em 1945¹².

Mas a euforia eleitoral logo deu lugar ao sentimento de revolta quando em 1946, durante o governo Dutra, o partido tem novamente sua licença cassada, mergulhando outra vez na ilegalidade: “Os efeitos da queda do PCB foram de enorme monta em termos de sua organização e política. Os caminhos institucionais ao movimento sindical estavam cortados, assim como os de acesso ao parlamento”¹³. A partir de 1947 o partido dará uma guinada esquerdizante “caracterizado por uma radicalização do discurso e da prática comunista”¹⁴.

Segundo o partido, o governo Dutra era aliado do imperialismo, portanto o caminho para o desenvolvimento pleno do capitalismo nacional tinha sofrido uma freada brusca. No texto *Manifesto de Janeiro* de 1948 escrito por Luís Carlos Prestes podemos destacar qual era a tarefa primordial do PCB naquele período: “a defesa de nossas riquezas naturais, particularmente o petróleo, contra as concessões aos monopólios norte-americanos”¹⁵, para

⁹ Idem, p. 42.

¹⁰ A IC interpreta que a ascensão do nazismo alemão foi decorrente da política ultra-sectária da Internacional que causara um grave prejuízo à unidade operária. A vitória de Hitler inicia uma mudança na posição dos líderes socialistas em face do problema da frente única com os comunistas. Entretanto, a virada na linha política só se daria em 1934, e segundo Claudin (1985) deu-se depois da eliminação do partido soviético de Bukharin e dos bukharinistas. Especialmente sob as ordens de Stalin, o partido soviético amenizou a “mentalidade e os hábitos políticos criados em dez anos de rigidez sectária, de expurgos e agravamento contínuo do centralismo burocrático” que atrapalhavam a nova situação que florescia as propostas das frentes (CLAUDÍN, 1985, p. 161).

¹¹ SANTANA, op. cit., p. 44.

¹² “No que diz respeito à sua inserção no sistema político, o partido buscou constantemente demonstrar que era confiável e poderia atuar nele sem buscar sua desarticulação. Tendo em vista sua condição de proscricção, a incipiência do sistema democrático na vida política nacional e sua lógica de ação política, a conquista e a manutenção da democracia e, a partir daí, a obtenção de mudanças estruturais na sociedade, foram a tônica da ação do partido ao longo do período” (SANTANA, 2001, p. 28-29).

¹³ SANTANA, op. cit., p. 68.

¹⁴ Idem.

¹⁵ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Janeiro. Janeiro de 1948. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 88.

tanto era preciso defender a indústria nacional “contra a concorrência imperialista, pela industrialização do país e maior facilidade de créditos aos pequenos e médios industriais”¹⁶.

Para o PCB a causa fundamental da miséria no país era o atraso da economia brasileira, provocada pelos restos feudais que impedem o desenvolvimento capitalista no campo¹⁷, e a exploração do povo pelos monopólios estrangeiros. O objetivo estratégico do PCB naquele momento se baseava no seguinte:

...se o avanço da reação resulta fundamentalmente do fato de não ter sido nem de leve tocada sua base econômica, da persistência no país de uma estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial, que constituiu obstáculo principal ao progresso nacional, é contra isto que precisamos lutar levantando com coragem e audácia a solução dos problemas fundamentais da revolução agrária e antiimperialista em nossa Pátria¹⁸.

A ordem e tranquilidade de outrora no partido dá lugar ao discurso radical, com proposta de atacar, segundo partido, a base econômica do capitalismo no Brasil, o monopólio da terra:

Lutando pela sua distribuição às grandes massas camponesas para que as trabalhem e possam livremente dispor da produção, bem como atacá-la nas posições do imperialismo, lutando pela nacionalização dos serviços públicos e anulação de concessões e privilégios dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros¹⁹.

O PCB incorporou várias reivindicações imediatas da classe trabalhadora, como a luta contra a carestia, aumento salariais, crédito mais fácil para os camponeses, também adubos e sementes baratos, ferramentas e livre comércio:

As reivindicações imediatas da classe, que de alguma forma já vinham lentamente obtendo relevo, assumem papel de destaque no discurso do partido, sendo percebidas como excelente elemento aglutinador para suas práticas²⁰.

A “traição” do governo Dutra, aliado do imperialismo, leva o PCB a buscar novos parceiros na luta contra o controle do capital internacional. O partido acreditava no potencial

¹⁶ Idem, p. 89.

¹⁷ Os restos feudais eram herança dos debates travados no VI Congresso da IC, realizado em 1928, onde coube a Bukharin realizar uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no mundo. Em suas teses determinou três tipos de países, de acordo com o desenvolvimento capitalista: aqueles de capitalismo bem desenvolvido, aqueles com um desenvolvimento capitalista médio, e os coloniais e semicoloniais. A América Latina se encaixava no terceiro tipo, sendo que neste cenário eclodem insurreições camponesas e greves operárias, que expressavam o aprofundamento do processo revolucionário, e a crescente contradição entre os latino-americanos e a dominação imperialista. Estas teses também distinguiam os países ditos coloniais, de um lado aqueles que absorviam o excedente das metrópoles e do outro aqueles que eram explorados desde sua origem, constituindo-se em mercados consumidores ou simples fornecedores de matéria-prima. Ver Zaidan (1991).

¹⁸ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Janeiro. Janeiro de 1948. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 86.

¹⁹ Idem.

²⁰ SANTANA, op. cit., p. 70.

antiimperialista de parte da burguesia nacional brasileira, portanto, ela seria uma importante aliada na frente revolucionária contra a grande burguesia nacional, esta última associada aos monopólios imperialistas. Esta burguesia nacional antiimperialista, na concepção do PCB, tinha um papel importante dentro das lutas revolucionárias, pois o partido adotara a tese da revolução em duas etapas, uma burguesa com objetivo de desenvolver o capitalismo brasileiro e outra socialista, sendo que o Brasil naquele momento se encontrava na primeira etapa. Com esta proposta a “luta armada caiu quase por inteiro no vazio”²¹ não tendo naquele período, começo da década de 1950 “disposição, nem meios para repetir as aquarteladas de 1935”²².

Segundo o PCB, a política do governo Dutra era de submissão ao imperialismo estadunidense, e veio acompanhada de medidas contra o partido, através da incitação à campanha anticomunista e anti-soviética, inclusive com a ruptura de relações diplomáticas com a URSS. De acordo com a análise do partido, as classes dominantes, partidos políticos e demais agremiações conservadoras no Brasil não perderam nada e conservaram sua base econômica, apesar das conquistas democráticas de 1945.²³

Segundo o PCB a estrutura econômica brasileira de país semifeudal, com desigualdade de desenvolvimento entre as diversas regiões, mercado interno incapaz de acompanhar o desenvolvimento da indústria, e a própria indústria que no setor secundário não tem um correspondente na indústria pesada, fraca produção de combustíveis, problemas de abastecimento nos grandes centros, acaba gerando contradições que dividem as classes dominantes refletindo, inclusive em seus agrupamentos políticos.²⁴

Com isso os partidos políticos das classes dominantes encontravam-se em constante processo de recomposição, sofrendo cisões, traições e recomposições frequentes. A classe dominante estava formada por agrupamentos heterogêneos, sem programa definido, partidos formados em cima de alianças voltadas para eleições, liderados por velhas “raposas” da política nacional:

Agrupações heterogêneas, sem dúvida, em que há de tudo, e portanto se equivalem, por mais diferentes e demagógicos que sejam seus títulos, por mais diversos que sejam os processos que empregam para enganar as massas, todos eles defendem os interesses dos elementos mais reacionários das classes dominantes, são partidos políticos dos grandes proprietários de terra, dos grandes industriais e banqueiros, dos agentes do imperialismo²⁵.

²¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, SP: Ática, 1987, p. 22.

²² Idem.

²³ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Janeiro. Janeiro de 1948. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 75.

²⁴ Idem, p. 76.

²⁵ Idem, p. 77.

Segundo o partido a situação econômica do país que se agravava provocava profundas contradições, obrigando todos que estavam inseridos naquele cenário político a tomarem posição ao lado das forças da democracia e do progresso ou da reação imperialista. Por isso, partidos como o PSD e o PTB estavam sofrendo constantes cisões e recomposições, enquanto a UDN evoluía apoiando o governo de Dutra. A crise econômica era pretexto para os grupos da classe dominante apoiarem a entrada de capital estrangeiro, especialmente vindos dos Estados Unidos, mostrando assim, segundo o PCB, a verdadeira faceta destes grupos, antipopulares e entreguistas.

Em sua análise sobre o desenvolvimento das forças da classe dominante no Brasil naquele final de anos quarenta, o partido entende que havia um o crescimento do poder político dos setores da classe dominante ligados à indústria. Ao final chega à conclusão que havia dois inimigos fundamentais da economia brasileira, a estrutura semifeudal e semicolonial do país, os restos feudais que impedem a penetração do capitalismo no campo e o imperialismo que explorava o povo brasileiro com seus trustes.²⁶

Em seu objetivo estratégico o PCB buscava atacar o monopólio da terra, lutando pela sua distribuição para os camponeses, que trabalhariam dispendo livremente da produção, defendia também o desenvolvimento da indústria nacional, crescimento do mercado interno, ampliação numérica do proletariado, um governo comprometido com a pauta do desenvolvimento nacional que lutasse inclusive pela nacionalização dos principais serviços públicos, acabando com o privilégio dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, ou seja realizar as etapas da revolução burguesa que a própria burguesia, na visão do partido, não tinha realizado²⁷. O programa do partido naquela altura visava a solução dos problemas através da revolução agrária e antiimperialista, mas o método de alcançar estes objetivos se distinguiria daquele PCB que viria a ser taxado de “reformista” no começo dos anos 1960, quando deixaria de lado essa fase mais radicalizada.

²⁶ Nos debates da IC o ponto crucial das relações entre o imperialismo e os países de exploração colonial estava na dificuldade dos países coloniais conseguirem um desenvolvimento autônomo, devido a seu papel de apêndices econômicos dos países de capitalismo desenvolvido. Portanto, o fruto do trabalho das classes trabalhadoras dos países coloniais era sugado para as burguesias dos países imperialistas. Ver Zaidan (1991).

²⁷ Outra tese do PCB trazida da IC. A Internacional traçou uma estratégia comum a todas as colônias e semicolônias, para o movimento revolucionário destes países colocava-se o problema da revolução democrático-burguesa, etapa esta - na concepção da IC - necessária a preparação para a ditadura do proletariado e a revolução socialista. Já que a IC entendia esta etapa necessária em países com fortes resíduos feudais, com relações pré-capitalistas e sob dominação estrangeira. Como tarefas fundamentais no curso da revolução democrático-burguesa a IC destacou “o rompimento dos laços de dependência com o imperialismo, através da nacionalização das concessões, ferrovias, bancos, etc; busca da unidade nacional onde esta ainda não houver sido conquistada; destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos de operários e camponeses – soviets -; criação do Exército Vermelho, criação da ditadura do proletariado e do campesinato e fortalecimento da hegemonia operária” (Zaidan, 1991, p. 95-96).

O partido acreditava que este programa mobilizaria as massas, que reagiriam contra os ataques estadunidenses a nossa economia e contra o governo de Dutra, de traição nacional, e instaurariam no Brasil um “governo popular, democrático e progressista, único capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania”²⁸.

Nesta fase radicalizada do PCB estas forças democráticas e populares encontravam-se essencialmente nas massas populares, o elemento revolucionário fundamental estava presente na classe trabalhadora, “é para a unidade pela base das organizações de massa que se deve principalmente orientar toda nossa atividade visando o mais amplo bloco das forças populares e democráticas”²⁹. O PCB também guarda lugar para as alianças por cima, correntes e partidos políticos que queriam lutar contra a ditadura de Dutra, mas tendo em mente que o resultado só seria alcançado pela ampla mobilização popular e não poderia haver “democracia, liberdade e progresso sem a participação e a colaboração ativa dos representantes mais diretos das classes trabalhadoras, isto é, dos comunistas”³⁰.

A oposição ao governo Dutra, para o PCB, não deveria ser feita de forma pacífica, à espera que o governo viesse a se modificar sozinho, mudasse sua orientação por simples acordos partidários ou viesse abaixo por intervenção parlamentar:

É indispensável colocar de maneira constante diante do país os motivos de nossa oposição, mas fazer isto de maneira concreta, de forma que sejam aceitos pela maioria da população; e baseados em tais motivos devemos orientar e desencadear a agitação, e realizar lutas efetivas que impressionem e abalem a todo o país, e coloquem e joguem a maioria da população contra o governo³¹.

O partido direciona seu foco de lutas para o movimento dos trabalhadores urbanos das fábricas, portanto as lutas sindicais. O movimento deveria ser organizado por dentro dos sindicatos, para o PCB era tarefa fundamental dos comunistas organizarem as massas trabalhadoras aproveitando a estrutura sindical existente, mas se não fosse possível formar-se iam organizações profissionais nos locais de trabalho. A direção comunista deveria se estender também às associações de bairros, povoados, de mulheres e de jovens com o objetivo de conquistar reivindicações imediatas, assim como no campo onde se destacavam as organizações camponesas, de colonos e arrendatários, o partido acreditava que a ampla mobilização das várias camadas de trabalhadores era a única forma de mudar o governo Dutra e manter a independência nacional:

²⁸ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Janeiro. Janeiro de 1948. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 86.

²⁹ Idem, p. 87.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Só se chegará a uma verdadeira frente democrática e antiimperialista através da criação do maior número possível de organismos de massa de todos os tipos, entre as mais diversas camadas sociais e de todas as categorias de cidadãos das classes trabalhadoras³².

O Manifesto de Janeiro de 1948 reflete o momento de reorganização do PCB. O partido sofreu o duro golpe da cassação de sua legalidade em 1946 provocando uma grande perda de militantes. Suas tarefas principais naquele período envolveram justamente retomar o papel de destaque de outrora, buscaram principalmente nos meios sindicais simpatizantes para a sua causa. O apoio a Getúlio Vargas e suas propostas nacionalistas deram lugar a uma crítica ferrenha ao presidente Dutra, que além de cassar o registro do partido possuía uma política entreguista. Até então o partido reconhecia que existiam setores da classe dominante favoráveis a luta pela democracia, entretanto destinava aos trabalhadores o protagonismo e a direção das lutas.

As diretrizes de 1948 foram sintetizadas em um documento da direção nacional do partido, ratificadas e assinada por Luis Carlos Prestes e publicados em agosto de 1950. Este documento, que ficou conhecido como Manifesto de Agosto seria mais tarde incorporado ao programa do Quarto Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. O Manifesto é associado pela literatura como a fase mais extremada do PCB:

Vale lembrar que, influenciados pelo Manifesto de Agosto de 1950, consolidador da linha assumida em 1948, os comunistas que haviam defendido o voto em branco na eleição presidencial vão passar quase todo governo Vargas se opondo a ele de forma radical (...). O inimigo principal eram o imperialismo e o latifúndio; mas o golpe principal deveria ser desfechado sobre a burguesia em bloco.³³

Num trecho deste documento, intitulado *Frente Democrática de Libertação Nacional*, o partido indicou quem são seus parceiros na luta pela autonomia nacional e propôs união com:

...democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas³⁴.

O horizonte da independência política nacional e progresso do capitalismo no Brasil levou o PCB a propor uma frente ampla, mas sem a participação da burguesia industrial, pois para o partido estes eram incapazes de cumprir seu papel histórico, que naquele momento era o de realizar as etapas da revolução burguesa.

³² Idem, p. 88.

³³ SANTANA, op. cit., p. 80.

³⁴ PRESTES, Luís Carlos. Frente Democrática de Libertação Nacional. Agosto de 1950. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 108-109.

A proposta de programa para o Brasil no manifesto de agosto de 1950 deixa claro que o entrave no país estava na “ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo”³⁵, novamente enfatizando a luta contra a dominação econômica norte americana. A Revolução se daria pela libertação nacional, com todos os setores da população do país, mas sob a direção do proletariado.

A pauta nacionalista incluía a nacionalização de bancos, empresas industriais, de serviços públicos, transporte e outros setores importantes da economia. Pretendiam realizar ampla reforma agrária, com confisco de latifúndios sem indenizações e entrega de maquinário, ferramentas e toda estrutura de produção agrária nas mãos dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, pondo fim a “todas as formas semifeudais de exploração da terra”³⁶.

Para o partido a independência econômica brasileira só seria possível quando o Estado tomasse controle de todas as funções importantes da economia, o comércio externo, o lucro dos grandes capitalistas, quando houvesse estímulo estatal ao cultivo da terra para os pequenos agricultores, ao cooperativismo e nacionalização das grandes empresas monopolistas ou que tinham preponderância na economia nacional.

O PCB via este programa como revolucionário, a luta era concreta e a ação imediata. Estas pautas sintetizavam, para o partido, as aspirações de todos e oferecia perspectiva de liberdade, independência e progresso para o Brasil. A libertação do jugo imperialista viria graças à luta pelas reivindicações contidas neste programa, esta própria luta seria a responsável pela organização das forças populares.

O PCB propõe aos pequenos comerciantes e industriais a nacionalização de bancos e de grandes empresas comerciais e industriais, controle estatal do comércio externo e controle do lucro dos grandes capitalistas, sendo que aqueles pequenos estavam mais interessados em abocanhar uma fatia melhor de lucros daqueles grandes burgueses.

O PCB propôs em 1948 que só a união das *massas trabalhadoras* poderia mudar o país, derrubar o governo ditatorial e implementar um programa revolucionário, já em 1950 o partido problematiza:

A maioria esmagadora da nação não pode deixar de concordar com este programa revolucionário, de luta concreta e ação imediata, que sintetiza as aspirações de todos e que oferece a todos os verdadeiros democratas e sinceros patriotas uma perspectiva de liberdade, de paz, de independência e progresso para o Brasil³⁷.

³⁵ Idem, p. 109.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem, p. 111.

No final do manifesto de agosto o PCB convocava todos os patriotas para a luta nacional na Frente Democrática de Libertação Nacional, religiosos da baixa hierarquia da igreja católica, trabalhadores da cidade e do campo, intelectuais, personalidades de prestígio popular, dirigentes políticos efetivamente democráticos, independente dos partidos políticos a qual faziam parte e organizações operárias. Estas resoluções foram aprovadas no quarto congresso do partido.

O IV Congresso do PCB traria o amadurecimento da linha política da organização até então. Neste a organização afirmava que mesmo após a consolidação da independência de Portugal o país não conseguiu libertar-se dos restos feudais e dos grandes latifúndios, e com isto não realizou as tarefas da revolução burguesa. Para a organização a proclamação da república trouxe consideráveis progressos na esfera política do país, mas não modificou o caráter semifeudal e semi-escravista da sociedade brasileira, os latifundiários e grandes capitalistas que governavam o Brasil teriam escancarado as portas do país para o capital estrangeiro, transformando o país em semicolônia.³⁸

Segundo o partido, o Brasil na sua condição de semicolônia era um país dependente das grandes potências capitalistas. Os imperialistas controlavam a economia do país, bem como seus assuntos políticos e até militares, as grandes potências dominavam o Brasil “ao mesmo tempo que, para oprimir o povo, apoiavam a minoria reacionária, sustentavam os latifundiários na conservação da sociedade semifeudal e semi-escravista”.³⁹ Estas opressões é que causavam a pobreza, o atraso e miséria dos trabalhadores da cidade e do campo, que tinham seus direitos políticos privados. Já a burguesia brasileira, que segundo PCB surgiu da industrialização nacional no correr do Século XX, era completamente dependente dos bancos estrangeiros e boa parte ligada aos latifundiários.

Portanto, para o partido as principais contradições que se verificavam no Brasil naquele momento eram as que contrapuseram os imperialistas internacionais e a maioria da nação, os restos feudais contra o povo brasileiro. Para o PCB era fundamental “realizar no país transformações democráticas radicais que ponham fim à opressão causada pelos restos feudais e pelo latifúndio”.⁴⁰ Para o partido a revolução brasileira, naquela metade da década de cinquenta, deveria ser uma revolução democrático-popular, anti-imperialista, nacional libertadora e agrária antifeudal, somente cumprindo estes pré-requisitos chegaríamos à democracia e ao socialismo.

³⁸ IV Congresso do P.C.B. Dezembro de 1954 a Fevereiro de 1955. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 126-136.

³⁹ Idem, p. 127.

⁴⁰ Idem, p. 128.

Daí também a importância que o PCB dava a luta no campo e a questão agrária. “O monopólio da terra constitui a base econômica principal da minoria reacionária que domina o país”⁴¹, a colonização dos Estados Unidos no Brasil se concretizava “na base da conservação do latifúndio e dos restos feudais e escravistas que o capital estrangeiro penetrou”⁴² no país. A análise que o PCB faz sobre a existência dos requícios feudais no Brasil, herdada das teses da IC, influenciou bastante a esquerda comunista brasileira, principalmente as organizações e partidos surgidos do próprio PCB.

Mas com certeza o ponto crucial deste documento é a exposição sobre a relação que o partido guardava para a burguesia nacional. Este ponto é influenciado pela forma que o PCB pensava a realidade brasileira e em que etapa da revolução se encontrava o Brasil. Os pecebistas acreditavam que naquele momento o caráter da revolução brasileira deveria ser antiimperialista e antifeudal, portanto tratava-se da primeira etapa.

A burguesia nacional não era inimiga, pois poderia apoiar o movimento revolucionário lutando contra o imperialismo e contra o latifúndio com seus restos feudais. “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressistas, em particular o desenvolvimento da indústria nacional”.⁴³ O partido visava escapar de desvios tanto à esquerda quanto à direita, “confirmando o que indicava havia algum tempo, apontará no sentido da importância das alianças para o desenvolvimento de sua política”⁴⁴.

O PCB enxergava uma dicotomia na burguesia brasileira. De um lado os grandes capitalistas ligados aos latifundiários que servem aos imperialistas estrangeiros, especialmente os estadunidenses, este grupo representava uma ínfima minoria no cenário brasileiro. Já a grande maioria da burguesia brasileira era formada, pelo o que o partido chamava de burguesia nacional, interessados no desenvolvimento da indústria nacional:

Esta parte da burguesia brasileira necessita evidentemente da ampliação do mercado interno, da proteção contra a concorrência dos produtos importados, tem seus interesses afetados pela opressão imperialista, disputa com monopólios imperialistas por uma maior parcela na exploração das riquezas naturais do Brasil e da força de trabalho barata existente no país⁴⁵.

O PCB percebe que esta “burguesia nacional” não é capaz de romper por completo suas ligações econômicas com os latifundiários e com os imperialistas e por isto estaria sendo

⁴¹ Idem, p. 130.

⁴² Idem.

⁴³ Idem, p. 132.

⁴⁴ SANTANA, op. cit., p. 91.

⁴⁵ IV Congresso do P.C.B. Dezembro de 1954 a Fevereiro de 1955. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p.132.

oprimida por ambos, podendo assim participar do movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal, o programa propôs então não confiscar “os capitais e as empresas da burguesia brasileira”.⁴⁶ Propôs também liberdade de iniciativa para os industriais, para o comércio interno, proibição da importação de produtos que prejudiquem as indústrias e amplas facilidades para aquisição de equipamentos e matérias-primas necessárias para o desenvolvimento das indústrias nacionais. O confisco de capitais se daria exclusivamente nas grandes empresas que se aliarem aos imperialistas.

Para o partido a burguesia nacional era então uma aliada naquele ponto do desenvolvimento brasileiro e não deveria ser confundida com a burguesia associada, não aceitar a burguesia nacional na luta pela democracia e pelo progresso era, portanto um erro que enfraqueceria o campo das forças antiimperialistas, pois não deveria ser subestimado a influência que a burguesia nacional tinha na pequena burguesia, nas massas camponesas e até no proletariado, atitude contrária seria sectarismo e provocaria o isolamento dos comunistas da luta nacional.

Esta forma axiomática que o PCB seguia as etapas da revolução brasileira levou-o a ser taxado de “etapista”, inclusive pela Polop que criticava a postura de aliança com a burguesia nacional. Para o PCB era possível manter a pauta das massas trabalhadoras junto com as da burguesia, mesmo quando estas inevitavelmente se contradiziam, tudo pela luta de libertação nacional: “Sem amainar a luta econômica pelos seus interesses de classe, contra a exploração burguesa, trata-se para o proletariado de lutar e marchar junto com a burguesia nacional contra os imperialistas norte-americanos e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas”.⁴⁷

O IV Congresso do PCB demonstra o beco sem saída que o partido chegou com a linha política do Manifesto de Agosto. “De um grande partido de massas, o PCB havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado”⁴⁸. Mas no meio sindical os comunistas iam se aproximando cada vez mais das reivindicações imediatas da classe: “Apesar de imersa na lógica geral *esquerdizante*, que ainda imperava no partido, a militância sindical se revestia de uma nova roupagem”⁴⁹.

Segundo Santana, estes problemas vão indicar:

...o grau generalizado de descompasso e tensão na vida partidária. Mesmo alterada e buscando implantação, a linha sindical, menos sectarizada, precisou enfrentar as idas

⁴⁶ Idem, p.132.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ SANTANA, op. cit., p. 86.

⁴⁹ Idem, p. 83.

e vindas, as confusões e mesmo as punições, no embate interno acerca de uma orientação mais adequada à realidade.⁵⁰

O IV congresso é o último antes de 1956, esta data é importante, pois em fevereiro deste ano era realizado o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O XX Congresso trouxe críticas ao culto à personalidade do stalinismo, e a revelação de um relatório sobre os crimes de Stalin, provocando uma grande reviravolta nos partidos comunistas do mundo.

No *Voz Operária*⁵¹ (jornal de circulação nacional do PCB) de 20/10/1956 o Comitê Central do PCB reforça orientações feitas anteriormente no partido, no sentido de formar um unidade com todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns. Dentre estes objetivos destacamos alguns: a defesa da soberania nacional, da indústria nacional e desenvolvimento independente da economia brasileira, prezando por uma política externa de paz e relações amistosas.

Em 1956 o PCB expõe um documento com uma longa análise da situação na URSS e das denúncias feitas ao Stalinismo, documento este gerador de polêmico debate interno trouxe novas resoluções sobre a luta pelo socialismo, o *Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B. Sobre os Ensinamentos do XX Congresso do P.C. da U.R.S.S.* O partido mostra o aumento do sistema socialista com a adesão de vários países chegando a representar 35% da população mundial, 25% da superfície territorial do globo e 30% da produção industrial. Simultaneamente ocorria a desarticulação do sistema colonial, que segundo o partido era um dos pilares do imperialismo⁵².

Este dismantelamento do sistema colonial e o rápido crescimento do socialismo no mundo colocava o proletariado mundial diante de novas situações, novos problemas, novos questionamentos e novas demandas. Para o PCB os países pouco desenvolvidos que desejassem maior desenvolvimento econômico independente e industrial poderiam desfrutar do sistema socialista e de seu progresso mesmo não fazendo parte efetivamente dele. Os recursos necessários para implementação da indústria moderna poderiam ser obtidos nos “países do socialismo, sem qualquer compromisso de caráter político ou militar, contrariamente ao que ocorre com a chamada ‘ajuda’ das potências imperialistas, cujo caráter opressor é evidente”⁵³.

⁵⁰ Idem, p. 87.

⁵¹ IV Congresso do P.C.B. Dezembro de 1954 a Fevereiro de 1955. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 146.

⁵² Projeto de Resolução do C.C. do P.C.B. Sobre os Ensinamentos do XX Congresso do P.C. da U.R.S.S. *Voz Operária*. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 144.

⁵³ Idem.

Para o PCB aquela era uma época de luta pela paz, pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, as variadas correntes podiam se unir em torno da luta contra o imperialismo e contra a guerra, independente das diferenças sociais, ideológicas e políticas.

Este documento também trazia uma análise da conjuntura nacional. O partido enxergava avanços significativos na correlação de forças políticas no que toca à luta pela democracia, a independência nacional e o progresso. Estava cada vez mais reduzido a quantidade de reacionários favoráveis ao imperialismo, as forças patrióticas tendem a se unir, seja operários ou setores da burguesia nacional.

O Comitê Central do PCB após examinar a situação internacional e nacional chegava à conclusão de que a orientação política do Partido deveria ser “a mais ampla, flexível e audaz”⁵⁴. Isso incluiu cada vez mais na pauta de lutas do PCB atividades de fortalecimento da indústria nacional, suas atividades estavam voltadas para o avanço da “unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns”⁵⁵. As tarefas do partido neste final de década de 1950 sofreu visíveis mudanças com respeito as demandas dos trabalhadores, se compararmos com os documentos do final da década de 1940. Vários problemas no campo do direito civil, demandas imediatas dos trabalhadores do campo, operários, mulheres, negros e negras foram secundarizados ou até esquecidos pelo partido naquele momento.

O partido pregava a unidade da classe operária e a consolidação da aliança entre operários e camponeses com o objetivo de garantir a estabilidade e a ampliação da **frente única**, o PCB abriu concessões até para o velho e terrível inimigo do campo os latifundiários:

As reivindicações específicas da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer da parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação ao latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos do povo⁵⁶.

No final da década de 1950 problemas internos e eventos internacionais provocaram mudanças no PCB. As contradições entre o Programa do IV Congresso e a prática dos militantes, mais as denúncias feitas por Khruchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética provocaram uma luta interna no PCB e mudanças na linha política. As

⁵⁴ Idem, p. 146.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem, p. 148.

mudanças na linha política interna foram sintetizadas na Declaração Política de Março de 1958⁵⁷.

Nesta resolução a Revolução Brasileira continuava sendo pensada em duas etapas. A primeira etapa já em curso seria a nacional e democrática de conteúdo antimperialista e antifeudal. A segunda etapa seria da revolução socialista. As forças sociais para realizar este processo seriam: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. A Declaração de Março reconhece que o desenvolvimento capitalista no Brasil já estava em curso, portanto, a tarefa dos comunistas era de lutar pelas reformas de base para que o capitalismo brasileiro se aproximasse da revolução nacional e democrática. O PCB enxergava uma burguesia nacionalista e outra entreguista, portanto deliberava por apoiar a primeira e combater a segunda. O caminho pacífico para revolução era possível e deveria ser seguido, pois a reação poderia levar a luta armada.

Na declaração de Março a organização reafirma o caráter semifeudal do Estado brasileiro e dependente do capital imperialista e sistematiza seu método de luta baseado numa cooperação de classes entre trabalhadores e a burguesia nacional. Para o PCB o proletariado e a burguesia nacional se aliam para lutar contra o imperialismo norte-americano. A organização acredita que o proletariado sofre mais com o atraso do país e com a exploração imperialista do que com o desenvolvimento capitalista⁵⁸.

Sobre o desenvolvimento econômico no Brasil naquele final de década de 1950 o PCB é bastante elucidativo. O Brasil possuía uma agricultura baseada no latifúndio e em relações pré-capitalistas de trabalho, predominando a produção agropecuária de exportação, dependência econômica em relação ao estrangeiro, através da penetração de capital monopolista em setores chaves da produção e circulação. Mesmo com esta estrutura atrasada desenvolveu-se um capitalismo nacional, que para o partido era elemento progressista.

Para o PCB vinha se desenvolvendo fortemente no país um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista que abrangia setores fundamentais da economia como a

⁵⁷ “Nesse quadro, a Declaração de Março de 1958 será um marco importante na medida em que consolida uma alteração de orientação e abre novo flanco de acirramento das disputas internas. Ela tentará dar conta da nova realidade existente, buscando superar a linha estabelecida pelo IV Congresso já parecia caduca e ultrapassada no próprio momento de sua realização. A Declaração reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas (primeiro a democrática e nacional, depois a socialista); indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubitschek, eleito também com o apoio comunista, não como de traição nacional mas fruto de composição heterogênea, na qual o presidente oscilava entre a ala ‘nacionalista’ (à qual se deveria dar todo apoio para garantir sua hegemonia) e a ala ‘entreguista’; e apontava o caminho pacífico da revolução” (Santana, 2001, p. 93).

⁵⁸ Declaração Sobre a Política do P.C.B. Voz Operária, Março de 1958. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p.187.

Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional, lentamente também vinha se desenvolvendo a agricultura, onde aumentava-se o número de assalariados, bem como o número de maquinário e instrumentos agrários, o mercado interno também se fortaleceu. Tudo isso provocava o crescimento efetivo do proletariado urbano e conseqüentemente o seu peso no conjunto da população. Cresceu mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente do capitalismo brasileiro.

Nem tudo eram flores para o PCB, o desenvolvimento capitalista não eliminou os fatores negativos de nossa economia. Apesar do progresso das forças produtivas ainda conservavam-se em várias áreas do país relações atrasadas e dependência do imperialismo:

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau elevado de exploração dos trabalhadores do campo ⁵⁹.

Os requícios feudais no campo brasileiro obstaculizavam o progresso da agricultura, mantendo o baixo nível de vida das massas camponesas e impossibilitando um maior crescimento do mercado interno. “As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país quase inteiramente agrário”⁶⁰.

A entrada de capitais estrangeiros era acentuada, especialmente por parte dos Estados Unidos. A penetração imperialista provocava transferência de boa parte das riquezas produzidas pelos trabalhadores brasileiros, “o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da população”⁶¹.

Também é na declaração de Março que o PCB aprofunda sua perspectiva sobre a Frente Única de combate ao imperialismo e por um governo democrático e nacionalista. Esta tarefa requereria uma aliança objetiva entre as forças interessadas na luta contra o imperialismo e não seria possível sua resolução por nenhuma força social isolada.

O movimento nacionalista seria o único capaz de aglutinar os vários setores sociais, ele expressa o mais elevado grau de unidade das forças antiimperialistas. O movimento nacionalista tendia a unir classe operária, camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional e, segundo o PCB até setores latifundiários que estivessem em desagrado

⁵⁹ Idem, p. 177.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem, p. 178.

com os imperialistas. Os comunistas deveriam manter a unidade dentro da Frente Única e não impor suas opiniões, qualquer que seja as propostas dos comunistas seriam aceitas caso houvesse “justeza”, capacidade de persuasão e “acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta”⁶², esforço do PCB de atuar democraticamente dentro da Frente.

Sobre as possíveis divergências políticas que tal Frente, inevitavelmente pela sua heterogeneidade provocaria o partido reconhece que “há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, esforçando-se para fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista”⁶³. Portanto, o proletariado deveria lutar dentro da Frente para manter sua independência ideológica, política e organizativa.

O proletariado e a burguesia deviam se unir para enfrentar o imperialismo, mas era preciso ter consciência dos interesses contraditórios destas duas classes. A burguesia buscava recolher para si todos os frutos do desenvolvimento do país, o que provocava a intensificação da exploração do trabalhador brasileiro, a burguesia seria “uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com setores entreguistas e teme a ação independente das massas”⁶⁴. O PCB ao mesmo tempo em que hipervaloriza o papel do proletariado urbano, sobrecarrega o mesmo com as demandas das amplas parcelas das classes subalternizadas e até das classes dominantes. Os trabalhadores brasileiros libertariam a burguesia nacional do seu primo mais poderoso, ao mesmo tempo em que seria açoiado pela exploração do seu inimigo nacional direto:

...a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentara coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes⁶⁵.

A hegemonia do proletariado dentro da Frente seria conquistada paulatinamente à medida que a classe operária formasse sua unidade. O movimento sindical era crucial para formação desta unidade. O movimento sindical avançava na medida em que os trabalhadores usavam as conquistas da legislação vigente, procurando pressionar o Parlamento para aprovação de novas leis. Os sindicatos tinham, portanto papel fundamental no amplo

⁶² Idem, p. 186.

⁶³ Idem, p. 187.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem, p. 187-188.

movimento por libertação nacional, mas não deveriam “servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas”⁶⁶.

No que toca ao movimento camponês, este se encontrava em baixíssimo nível de organização, apesar de representar a maioria do povo brasileiro. O PCB acreditava que para impulsionar o movimento camponês era preciso antes de qualquer coisa reivindicar as pautas mais imediatas, buscando resolver os problemas trazidos pela chegada do capitalismo e a falta de uma legislação específica para o campo, como a luta pelo salário mínimo, garantia contra despejos, mas evitando palavras de ordem radicais.

Ainda no cenário urbano o PCB percebe o potencial reivindicatório das camadas médias quanto ao nacionalismo e democracia. A intelectualidade teria papel importante, especialmente o movimento estudantil, interessada no progresso e na emancipação nacional. Mais uma vez o partido apela para a unidade, quando convoca os estudantes universitários e secundaristas, sem distinções doutrinárias ou partidárias, para Frente Única.

As conquistas por meios democráticos de problemas das classes proletárias, sem palavras de ordem radicais, sem métodos de guerrilha são propostas do PCB naquele período. Estas novas orientações e métodos foram muito influenciados pela nova guinada da URSS depois de 1956 e das denúncias de Khrushchev, mas sem dúvida a conjuntura brasileira também teve papel fundamental dentro do PCB. As experiências eleitorais na década de quarenta e o ascenso eleitoral significativo na década de cinquenta e começo dos sessenta levaram o partido a abandonar progressivamente a linha radical.

O caminho pacífico da revolução brasileira coroa a guinada pecebista ao reformismo e pacifismo. A democratização da vida pública, o crescimento do movimento operário e o fortalecimento da frente única nacionalista e democrática são fatores que demonstravam, na perspectiva do PCB, a possibilidade de uma revolução pacífica. Também graças a uma melhor correlação de forças políticas no cenário internacional, favorável a classes operária.

O caminho pacífico significava, segundo o partido, atuação das vertentes antiimperialistas no campo da legalidade democrática e constitucional, defendendo esta legalidade e estendendo-a em benefício das massas, através de reformas democráticas da Constituição utilizando ações parlamentares e extraparlamentares pacíficas:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa

⁶⁶ Idem, p. 188.

das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação ⁶⁷.

O emprego de formas não pacíficas na revolução brasileira ocorreria apenas como forma de resistência a ataques violentos vindos das forças imperialistas, ou de setores entreguistas reacionários que propusessem a implementação de uma ditadura a serviço dos monopólios estadunidenses. Já os comunistas, na perspectiva do PCB, tinham uma importante tarefa:

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira ⁶⁸.

Apesar disto o PCB não delegava aos trabalhadores apenas o papel de espectadores. O proletariado deveria defender seus interesses específicos dentro da frente única resguardando assim, sua independência ideológica, política e organizativa, conquistando a burguesia para a luta antiimperialista, mas sem isolar ou romper com a mesma. Estas teses foram amplamente criticadas dentro do PCB, o V congresso realizado em 1960 foi o ápice das discussões internas, tendo como resultado a consolidação desta linha política e o fortalecimento das divergências internas que resultariam na expulsão de dirigentes de oposição que formariam, em 1962 o PCdoB ⁶⁹.

Para Jacob Gorender - um dos redatores do texto na época - a Declaração e Março foi fecunda em relação à luta pelas reformas estruturais, conhecidas como reformas de base, “foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil” ⁷⁰. A Declaração de Março foi desenvolvida e transformada nas Teses para o Quinto Congresso ⁷¹. Este congresso deu o

⁶⁷ Idem, p. 192

⁶⁸ Idem, p. 193.

⁶⁹ Na busca pela legalização do partido o PCB aprova em 1961 um novo programa e novo estatuto que evitasse polêmicas que atrapalhasse a obtenção do registro legal do partido. Além da mudança de nome de Partido Comunista do Brasil, para Partido Comunista Brasileiro, não eram feitas menções ao marxismo-leninismo no programa: “Tais procedimentos foram a gota d’água para que o setor *ortodoxo* – João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros -, que de há muito divergia internamente, se afastasse do partido e se reagrupasse no Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, em fevereiro de 1962” (Santana, 2001, p. 96).

⁷⁰ GORENDER, op. cit., p. 31.

⁷¹ “Em termos gerais, as orientações da Declaração serão desenvolvidas, precisadas e incorporadas nas deliberações do V Congresso, realizado em agosto de 1960, no Rio de Janeiro. Ao consagrar tal linha política, o congresso vai sepultar as expectativas do grupo que tinha, entre outros, Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois e que, uma vez mais, como já faziam desde 1956, se contraporão às mudanças, considerando-as ‘direitistas’. Esses dirigentes serão afastados do Comitê Central. O congresso, que tinha como uma de suas inspirações dirimir divergências políticas, possibilita a Prestes e seus aliados a chance de reforçar o controle sobre a agremiação, garantindo uma pretensa estabilidade ao partido” (Santana, 2001, p. 94).

aparato estratégico e tático do partido no começo dos anos 1960 até o golpe de 64, que vinha dominando desde o Quarto Congresso.⁷²

Alguns eventos nacionais também interferiram na linha partidária do PCB, como foi o caso da renúncia de Jânio Quadros e sua respectiva substituição por João Goulart, este último um político com quem seria possível manter um canal de diálogo. A tentativa de impedimento da posse de Goulart e a manobra da emenda parlamentarista foram vistas pelo partido como tentativa de golpe das forças pró-imperialistas⁷³. Graças a estes fatores nacionais e internacionais a maioria do Comitê Central prioriza a aliança com a burguesia nacional em prol do combate aos imperialistas, em especial os Estados Unidos.

Da Quarta Conferência Nacional do PCB realizada em 1962 resulta uma crítica à orientação direitista do Comitê Central e o *reboquismo* do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) com relação a Goulart. Os dez primeiros meses de 1963 a posição do PCB foi de criticar a posição conciliadora de Jango. O ano de 1963 foi, segundo Gorender, o momento de maior poderio do PCB em sua história. Entre 1945 e 1947 durante a legalidade do partido, o mesmo teve êxito eleitoral, mas insignificante inserção no meio camponês e fracamente inserido na estrutura operária. Já entre 1959 e 1964, converteu-se em uma organização com capacidade decisória, mas sem expressão eleitoral, pois estava com seu registro cassado⁷⁴.

Em 1963 veio a público o Plano Trienal de Jango que, segundo Gorender, oscilava bastante entre a direita e a esquerda. O PCB criticava a atitude do presidente, taxando-a de entreguista, em entendimento direto com o presidente estadunidense Kennedy. As reformas de base prometidas não saíam do papel e a maioria reacionária do Parlamento preocupava o partido.⁷⁵

Em abril a Agência Nacional tentou articular a derrubada do governador de direita Carlos Lacerda e ao mesmo tempo Jango se apresentava como anticomunista em discurso feito em Marília, em São Paulo. Em agosto do mesmo ano no Rio de Janeiro, em comício à memória de Vargas, faixas no meio da massa pressionavam o presidente quanto às reformas de base. Ainda em 1963 na altura de setembro Lacerda defende, em entrevista, intervenção das Forças Armadas para tutelar ou depor Jango, este por sua vez faz requerimento de decretação de estado de sítio, mas sem apoio acaba voltando atrás.

⁷² GORENDER, Jacob. O V Congresso do PCB, 1960. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 227.

⁷³ Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart! Novos Rumos, 01 de Setembro de 1960. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 244.

⁷⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, SP: Ática, 1987, p. 46.

⁷⁵ Os comunistas e a situação política nacional. Novos Rumos, 12 de Julho de 1963. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 256.

Em março de 1964 Jango simbolizava toda a esperança do PCB de emplacar reformas estruturais importantes no país, até Prestes e Giocondo Dias, dois dos principais dirigentes do partido mostravam receptividade ao presidente. O partido analisava que a força política do presidente Goulart estava em alta suficiente para tomar medidas populares passando por cima do Parlamento. Inclusive emplacaria as reformas de base, dentre elas a reforma constitucional, a reforma agrária e a reforma eleitoral.

Para o PCB as forças populares mobilizadas dariam o sustento político necessário a Jango para levar adiante estas medidas. Dependeria das massas trabalhadoras, dos patriotas e democratas “o êxito das conservações entabuladas entre o presidente da República e os dirigentes das principais correntes políticas”⁷⁶.

No mesmo ano de 1964, na altura de 13 de março ocorre o famoso comício em frente à Central do Brasil. No dia 19 do mesmo mês a primeira Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Em sua análise Jacob Gorender discorda de que inexistiu ameaça à classe dominante e ao imperialismo no pré-64. Para ele o período de 1960-64 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros, o auge da luta de classes.

Para o PCB a conjuntura imediata pré-golpe marca um momento de auge das lutas das massas proletárias. Todo o conjunto de nacionalistas que envolvia desde os trabalhadores urbanos, até o presidente da República, estavam unidos: pequena burguesia, camponeses, militares patrióticos, a burguesia nacional contra os inimigos em comum que eram os imperialistas, os grandes burgueses entreguistas. A correlação de forças internacional estava favorável, a revolução pacífica estava ao alcance das trabalhadores, as reformas de base estavam no ápice das lutas.

O PCB chegava à década de sessenta no Brasil como a principal força da esquerda marxista, e não era à toa. Era a mais influente organização comunista, com a maior inserção nos movimentos operários, perdendo apenas para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que não era um partido comunista. O PCB acreditava que para se chegar ao socialismo no Brasil seria necessário primeiro desvencilhar-se dos resquícios feudais no campo e das amarras do imperialismo ianque, realizando, portanto, uma revolução burguesa de caráter nacional-democrática. Para realizar esta etapa burguesa do desenvolvimento capitalista o PCB pregava a formação de uma Frente Única que reunisse, em prol desta tarefa, proletariado urbano, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional.

⁷⁶ PRESTES, Luís Carlos. Por um governo que faça as reformas de base. 06 de Março de 1964. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo. Difel, 1982, p. 271.

1.2. O PCB e a ditadura

A derrota advinda com o golpe de abril de 1964 pôs o PCB a refletir sobre os erros cometidos:

A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes, Cabe-nos analisar o processo que nos levou à semelhante situação.⁷⁷

O PCB elencou as causas da derrota de 1º de Abril de 1964. Seriam fatores econômicos, sociais e políticos. No que se refere aos fatores econômicos houve, segundo o partido, uma redução no desenvolvimento econômico especialmente na agricultura, que não teria acompanhado o crescimento demográfico, além disso, houve também aceleração do processo inflacionário. A oposição dos meios empresariais, assustados com as providências de cunho nacionalista, especialmente sobre a lei de remessas de lucros, também foi fator preponderante.⁷⁸

Sobre as contradições sociais “a conduta do governo Goulart foi despertando a desconfiança crescente dos círculos mais ligados aos interesses norte-americanos”⁷⁹. A partir de 1963 uma série de medidas do governo brasileiro desagradava a casa branca inclusive manter relações diplomáticas com a União Soviética. “Pela primeira vez em nossa história, o país tutor e opressor sentiu que um governo brasileiro dava ares de emancipado, indicando que cedo cortaria as amarras que nos prendem aos Estados Unidos”⁸⁰.

No âmbito nacional o PCB acreditava que o cerne dos impasses sociais estava na questão da reforma agrária. O ascenso das lutas camponesas era visível, especialmente graças à atuação das Ligas Camponesas. Surgidas em Pernambuco e na Paraíba rapidamente ganharam repercussão nacional, organizaram associações de trabalhadores rurais, resistência a tomada de terras dos posseiros e se espalharam por boa parte do país. Este forte questionamento aos seculares donos das terras brasileiras assustava as classes dirigentes.

⁷⁷ Resolução política do comitê central do Partido Comunista Brasileiro – Voz operária, 1965. In CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 24.

⁷⁸ TAVARES, Assis. Causas da derrota de 1º de Abril de 1964. Julho de 1966. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 28.

⁷⁹ Idem, p. 33.

⁸⁰ Idem, p. 34.

Nas cidades o que amedrontava as classes dominantes era o movimento sindical. Segundo o PCB os sindicatos foram expelindo os velhos pelegos do período do Estado Novo e formando uma geração de novos dirigentes que fortaleceu o movimento sindical. As lutas reivindicatórias viraram fato corriqueiro, mas a ascensão do movimento sindical teria sofrido com os problemas de cúpula e com a participação reduzida dos sindicalizados dentro dos sindicatos.

Para o PCB o golpe de 1º de Abril representou a tomada do poder pelas forças mais retrógradas e antinacionais do país: “agentes do imperialismo norte-americano, latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios ianque”⁸¹. Para o partido a ditadura militar era entreguista, o governo era exercido por um grupo de generais a serviço dos da embaixada norte-americana.

A política da ditadura, na concepção pecebista, tornou mais aguda as contradições que dividiam a sociedade brasileira, atacando os direitos dos trabalhadores:

Maiores sofrimentos e privações são impostos aos trabalhadores e a todo povo. Elevam-se os impostos indiretos. Libera-se o preço dos produtos essenciais à alimentação popular. Nova lei do inquilinato determina a majoração dos alugueis. Enquanto a carestia aumenta sem cessar, o reajustamento dos salários dos operários e dos vencimentos do funcionalismo público é contido em nível inferior ao da elevação dos preços. O salário-mínimo subiu apenas 57%, num período em que o custo de vida se elevou em mais de 90%. Aumenta o desemprego.⁸²

Para os comunistas o PCB coloca como objetivo tático imediato a derrubada da ditadura e a conquista de “um governo amplamente representativo das forças antiditatoriais, que assegure as liberdades para o povo e garanta a retomada do processo democrático interrompido pelo golpe reacionário e entreguista”⁸³. Para o êxito de tamanha empreitada seria necessário uma unidade de ação de todas as forças de oposição à ditadura.

Estas forças atuariam como uma frente ampla de resistência, e sua formação se daria “através da luta pelas liberdades democráticas, em defesa da soberania nacional, pelos direitos e interesses imediatos dos trabalhadores e do povo”⁸⁴. Para o partido a defesa das liberdades democráticas constituía o elo de união dos setores que resistiam a ditadura, esta também constituía a mais ampla e mobilizadora pauta, pois ela era inseparável das demais

⁸¹ Resolução política do comitê central do Partido Comunista Brasileiro – Voz operária, 1965. In CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo, SP: Difel, 1982, p. 17.

⁸² Idem, p. 18.

⁸³ Idem, p. 20.

⁸⁴ Idem.

reivindicações e era a única “capaz de unificar e canalizar todos os movimentos reivindicatórios para a ampla frente de combate à ditadura”⁸⁵.

Para o PCB um processo importante no avanço da luta pelas liberdades democráticas era as eleições livres. O partido recomendava as participações em todas as campanhas eleitorais possíveis, federais, estaduais ou municipais, mas sem perder de vista o caráter de massas da campanha eleitoral, lutando para evitar que a ditadura utilizasse as eleições para legalizar o seu próprio poder, e caso esse objetivo fosse inviável caberia adotar o voto em branco “como meio de protesto contra a transformação do pleito numa farsa destinada a acobertar com uma espúria ‘legalidade’ o governo do golpe de 1º de abril”⁸⁶.

Nas eleições caberiam as comunistas então:

Ao participar ativamente das campanhas eleitorais, devem os comunistas ter em vista que elas se tornem, no processo de sua realização, um meio para aglutinar forças contra a ditadura, desmascará-la diante das massas, conquistar postos que serviam para combatê-la e, afinal, derrotá-la.⁸⁷

Para o partido deveriam ser utilizadas no combate a ditadura todas as formas legais, mas sem reduzir-se a legalidade concedida pela ditadura. Era preciso conquistar o apoio das massas, pois seja “qual for a forma que a luta contra a ditadura venha a assumir, a ação das massas constituirá sempre o fator decisivo”⁸⁸. O PCB também prezava pelo trabalho de base nas fábricas, fazendas, escolas, para formar a ampla frente de luta contra a ditadura.

Naquele momento a luta armada aparecia nas propostas pecebistas como defesa a uma possível reação violenta da ditadura quando ocorresse um acirramento da luta política. As tarefas fundamentais do partido deveriam ser as de fortalecimento de sua própria organização:

Devemos dedicar os maiores esforços à recuperação das Organizações de Base e à criação de novas, principalmente nas empresas, fazendas e escolas, e seu fortalecimento político, ideológico e orgânico, capacitando-as a cumprirem suas pesadas tarefas.⁸⁹

O debate sobre o golpe permeará a vida do PCB a partir de então, inclusive durante o seu VI congresso em 1967. O PCB manterá em sua essência as resoluções do V congresso provocando diversas contradições internas e a debandada de grande parte de seus integrantes, formando diversas dissidências por todo o país⁹⁰. Para a organização a tática do “foco

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem, p. 21.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem, p. 22.

⁸⁹ Idem, p. 27.

⁹⁰ Pouco mais de um ano após o golpe a maioria do partido liderados por Prestes e Giocondo Dias estabeleceu que a linha política do V Congresso deveria ser salva das críticas e chegaram a conclusão que a linha política do

guerrilheiro”, que deu certo em Cuba, não daria certo no Brasil porque se trata de duas realidades econômicas diferentes. Para o PCB os adeptos do “foco” no Brasil estariam buscando ações heroicas, onde pequenos grupos de vanguarda ignoravam as massas e, portanto, tinham uma concepção não marxista de revolução, pois para esta só era possível fazer revolução junto com as massas populares.

Sendo assim o PCB acreditava que para haver uma revolução junto com as massas era necessário um período de acumulação de forças a fim de ganhar as massas para a revolução, e esta acumulação se daria através da luta pacífica por democracia. A luta armada só seria necessária caso houvesse choques com a polícia, as forças armadas ou os capangas dos latifundiários, a luta armada não deveria ser a principal forma de combate.

Estas resoluções são reflexos da perspectiva que o PCB tinha da realidade brasileira, interpretando o Estado e sociedade brasileira como atrasado, semifeudal, etc. mesmo depois de decorridos três anos ⁹¹ do golpe. Para a organização lutar por uma revolução nacional e democrática era lutar por um desenvolvimento econômico democrático e independente, que levará o país ao socialismo. Estas posições eram duramente criticadas pelos comunistas que faziam oposição a este pensamento, inclusive, e sobretudo, a Polop. O PCB era acusado de estar lutando pelo desenvolvimento capitalista.

Sendo esta descrita acima sua principal estratégia, sua tática consistia em combater o regime ditatorial através da luta pela conquista das liberdades democráticas de forma pacífica, sendo a luta armada um método secundário. O PCB achava importante esta luta pelas liberdades políticas, direito de reunião, associação, manifestação, liberdade de imprensa e de organização dos partidos políticos, pois para a organização esta etapa é fundamental para o proletário alcançar o socialismo.

O PCB ainda prezava pela participação de setores da classe dominante que fossem contrários à política ditatorial formando com o proletariado urbano e o campesinato uma frente antiditatorial. Os comunistas teriam como tarefa fundamental “organizar e desenvolver a unidade de ação da classe operária em defesa de seus interesses econômicos e políticos imediatos e pela derrota da ditadura”. ⁹²

partido foi mal interpretada, o que levou a acontecer desvios de esquerda de perspectivas golpistas. Na busca por responsáveis foram feitos ataques individualizados a Comissão de Educação especialmente nas figuras de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho e também na direção sindical representada por Jover Telles. Além disto a tensão aumentou com os preparativos para o VI Congresso, quando vários nomes importantes do partido, que faziam a oposição interna foram deixados de lado, como Marighella e Jover Telles, que foram expulsos e Gorender impedido de participar. Ver Santana (2001).

⁹¹ VI congresso do PCB. Dezembro de 1967. In: CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo, SP: Difel, 1982, p.49-80.

⁹² Idem, p. 73.

Nas “Teses para discussão” no Sexto Congresso o CC do PCB afirma que a derrota em 64 se deu por influência do vício golpista, devido à pressa pequeno-burguesa de chegar ao poder. Como perspectiva de luta as teses propunham aliança com a oposição burguesa e arranjos de cúpula.

Gorender critica as teses, pois estas rejeitavam o que houve de bom no pré-64: a luta pelas reformas de base que permitiu ao PCB avanços memoráveis. Ele afirma que não dependia do PCB nem de nenhuma outra corrente de esquerda impedir o agravamento objetivo de luta de classe ou conspiração das forças conservadoras⁹³.

O PCB foi profundamente influenciado pela conjuntura internacional e nacional, mas também certamente foi um importante agente na história política brasileira. O principal partido comunista da história da Brasil percorreu vários caminhos, muitos deles bem distintos, de radical e revolucionário chegou a ser considerado pacifista e reformista. Entretanto suas teses e sua intervenção política demarcaram o campo de atuação do marxismo no Brasil, apesar das outras organizações que rivalizaram com ela. A análise de suas teses é fundamental para entendermos o cenário marxista brasileiro naquele período.

⁹³ GORENDER, op. cit., p.90.

2. Nadando contra a corrente

Neste capítulo nos voltamos para o debate acerca das origens da Polop. Sabemos que sua formação inicial era bastante heterogênea, a Polop atraiu integrantes de várias regiões do país, muitos provenientes de outras organizações, marxistas ou não. Para estruturar a organização seus militantes trabalharam na teoria e na prática para criar o máximo de coesão possível em uma organização que nadava contra a corrente trabalhista e contra a hegemonia do PCB no movimento comunista brasileiro.

Ao longo da pesquisa pudemos perceber que a Polop conseguiu formular diversas teses relativamente originais sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, sobre a revolução socialista, sobre o golpe de 1964, posições que foram construídas ao longo de vários debates internos. Entretanto o resultado destes debates na maioria das vezes esconde intencionalidades diversas. Aquelas resoluções tão sólidas que encontramos nas fontes nos permitem entender os pontos fortes da organização, mas fomos além. Neste capítulo também analiso as divergências internas da Polop, os percalços rumo à independência de classe e rumo à revolução socialista. Partiremos do momento do seu nascedouro (1961) até 1962.

Além dos textos assinados pela organização daremos destaque especial a um militante da organização, Luiz Alberto Moniz Bandeira, que por sua vez acreditava que a burguesia industrial disputava com outras frações da classe dominante o poder econômico no país. O crescimento de poder da burguesia se deu, segundo ele, por causa do grande crescimento industrial ocorrido, sobretudo na década de cinquenta. Moniz Bandeira expôs as contradições do Estado brasileiro que se tornava cada vez mais dependente do capitalismo internacional e, portanto não combateria o imperialismo. Além do seu livro sobre a Revolução Brasileira, Moniz Bandeira foi o diretor responsável pela revista bimestral da Polop que circulou antes do golpe entre 1962 e 1963, esta trouxe vários textos que marcaram a história da organização.

2.1. Origens da Polop

A Polop surgiu no conjunto que ficou denominado na América Latina de “Nova Esquerda”. Dentre os pontos em comum entre aquelas organizações e os partidos comunistas mais tradicionais estava o combate ao imperialismo americano. A política externa norte-americana interfere direta ou indiretamente nos países subdesenvolvidos, o que provocava, porém, orientações distintas nas diferentes correntes de esquerda comunista.

A II Guerra Mundial, seu desfecho e o início da guerra fria mudaram o cenário político mundial, trazendo novos debates na esquerda marxista acerca da revolução comunista. A

influência da política imperialista nas nações do sul permitiu o desenvolvimento de ideologias nacionalistas variadas.

Na década de 1950 novas organizações surgiram com uma nova leitura sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina e a revolução socialista. Também em decorrência do XX Congresso do PCUS e do relatório dos crimes de Stalin acirraram-se as críticas aos partidos comunistas.

Uma destas organizações foi a Liga Socialista Independente (LSI). Esta surgiu em 1956 fundada por Luiz Alberto Moniz Bandeira e Alberto Luiz da Rocha Barros, estes convidam o experiente Hermínio Saccheta.⁹⁴ Segundo Moniz Bandeira em entrevista cedida a Oliveira, completavam a Liga Michael Löwy, Gabriel Cohn, os irmãos Eder e Emir Sader, Maurício Tragtemberg e Paul Singer. Estes últimos, segundo Bandeira, teriam se afastado logo, pois adotaram uma postura mais moderada. A Liga teve influência teórica nestes que viriam a ser importantes dirigentes da Polop.

Oliveira ressalta a fala de Moniz Bandeira que reconhece que a Liga era mais “luxemburguista”, apesar de adotar teses trotskistas sobre a condição política da União Soviética. Para a Liga a URSS vivia um capitalismo de estado e no caso do Brasil apontava a revolução socialista em vez da revolução por etapas:

[...]essa Liga Socialista que nós fundamos era mais luxemburguista, considerava a União Soviética um capitalismo de Estado, que era a tese que eu defendia, não Estado Operário, nunca acreditei nisso e sim uma tese de que a Rússia era capitalismo de Estado, claro que era ideia de uma facção trotskista que rompeu com a IV, já no tempo de Trotski.⁹⁵

Os mais importantes objetivos da Liga eram o combate ao imperialismo e a solução do problema agrário brasileiro, instaurando um governo operário e camponês. O principal problema identificado pela LSI era a falta de conscientização da classe operária. A Liga viveu pouco (1956-1960), mas produziu frutos interessantes, além do periódico *Ação Socialista* produziu um projeto de programa.

A LSI acreditava na decadência do sistema capitalista que, por sua vez, era forçada pela atividade socialista da classe trabalhadora, provocando uma maior intervenção estatal em todas as atividades sociais. A classe dominante, percebendo o fortalecimento do movimento operário e o seu conseqüente enfraquecimento, busca aperfeiçoar as formas coercitivas do

⁹⁴ OLIVEIRA, Joelma. **Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007, p.41.

⁹⁵ BANDEIRA, apud OLIVEIRA, 2007, p.42.

Estado. Segundo a Liga Socialista o capitalismo clássico de Estado liberal já havia desaparecido há muito tempo:

“O poder econômico, que se contentava, antes em controlar indiretamente o poder político, agora necessita controlá-lo diretamente e se funde com ele. O capitalismo clássico desaparece e surge o *Capitalismo de Estado*”.⁹⁶

Para a LSI o capitalismo de Estado desloca a luta política para o eixo internacional na forma imperialista do capitalismo. Além da exploração de povos coloniais, o imperialismo intervém econômica e militarmente nos países de seu interesse com o objetivo de ajudar as burguesias nacionais que são incapazes de manter o poder diante das pressões emancipacionistas dos trabalhadores, e ainda consegue através destas burguesias extraír grande volume das rendas nacionais.

A crítica aos partidos comunistas de orientação stalinista, que acreditavam em uma frente entre trabalhadores e burguesia nacional no Brasil, foi um dos principais eixos de aglutinação da LSI e de outras organizações e grupos que mais tarde comporiam a Polop.

No caso do Brasil a organização enxerga dois problemas fundamentais. O primeiro diz respeito ao controle imperialista das atividades industriais no país. O capital internacional teria deformado a evolução econômica brasileira quando se apossou de setores básicos da mesma e, associando-se à burguesia nacional, multiplicou as formas de extorsão da mais-valia resultando em brutal exploração da classe operária, bem como da pequena burguesia.

O segundo importante problema detectado pela organização trata-se da exploração da terra, que era feita ainda especificamente através do latifúndio monocultor. Suas características eram o preço absurdamente baixo da mão de obra, o cultivo extensivo da terra com gêneros tropicais e matérias-primas para o mercado externo. A propriedade fundiária mostrava-se um entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Para estes problemas a Liga propôs a união entre trabalhadores do campo e da cidade. Mais tarde a Polop desenvolveria esta ideia propondo uma Frente de Classe, para a LSI:

A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente, deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural⁹⁷

⁹⁶ **Projeto de Programa da Liga Socialista Independente.** São Paulo, 1956. CEDEM/UNESP, p. 4.

⁹⁷ Idem, p. 12.

Para a LSI o objetivo no terreno econômico era “tornar a propriedade comum e efetiva dos produtores diretos toda a riqueza produzida pelo seu trabalho, através da socialização dos meios de produção”⁹⁸, no âmbito cultural “a educação da coletividade em bases democrático-socialistas visando à fraternidade humana através de mais altas formas de desenvolvimento pessoal e social”⁹⁹ e por fim a LSI “não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de apenas um setor dos trabalhadores, mas pelos interesses de todos os que vivem de seu próprio trabalho”¹⁰⁰. A Polop, mais tarde, teria como horizonte a destruição da estrutura capitalista e formulação de um Estado realmente socialista, mas não como tarefa imediata. Para a Polop seu objetivo mais imediato era a formação de um partido operário que pudesse alcançar estes horizontes.

Além da LSI, onde destacados militantes viriam a compor a Polop, a parceria entre Moniz Bandeira e Eric Sachs também resultou frutos que alimentariam a Polop. Érico Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins foi o principal responsável por trazer para o grupo as teorias de Brandler e Talheimer, teses pouco conhecidas no Brasil. Érico merece um destaque especial, pois não apenas compôs o núcleo inicial da Polop como também é apontado pelos próprios integrantes da organização como o mais influente e importante dirigente da mesma, foi responsável por grande parte dos textos fundamentais da Polop, onde podemos encontrar as suas principais teses.

Érico nasceu em Viena em 1922 e fugiu com sua mãe para a União Soviética em 1934 devido à perseguição nazista aos judeus. Em 1938 é expulso da URSS por sua inclinação aos movimentos de oposição, de volta a Áustria foge novamente indo para Paris onde conhece August Talheimer e Heinrich Brandler fundadores do “*Arbeiterpolitik*”, em português, Política Operária, um jornal que começou a circular na Alemanha a partir de 1929. Érico chega ao Brasil (São Paulo inicialmente) em 1939 refugiado da guerra e logo se envolve nas lutas dos trabalhadores urbanos. Como ele trabalhava como litógrafo (gráfico) participou da organização da categoria e no final da década de 1940 organizou um pequeno jornalzinho, para agitação e propaganda da categoria, chamado justamente de *Política Operária*. No início da década de 1950, Érico Sachs muda-se pro Rio onde ficou até fazer parte da fundação da Polop. O *Política Operária* se tornaria o nome da principal publicação da Polop, um boletim mensal que começou a circular em 1960. “Em 1961, tornou-se jornal, depois revista trimestral

⁹⁸ Idem, p. 13.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

e, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Depois do golpe de 1964, voltaria a circular na clandestinidade (...)”¹⁰¹.

Da parceria entre Moniz Bandeira e Eric Sachs surgiu no final dos anos 1950 a revista *Movimento Socialista*. Esta revista também teve papel substancial na formação da Polop e “se tornou a peça fundamental para a junção de inúmeros intelectuais e militantes de esquerda contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo”¹⁰². Apesar de terem sido publicados apenas dois volumes, “se especializou em traçar críticas às concepções dominantes da esquerda na época, construindo novas análises que propiciavam a construção de um caminho alternativo a tudo que estava sendo feito até então pela esquerda brasileira”¹⁰³.

O texto intitulado “Marxismo ou apologética nacionalista?” de autoria de Eric Sachs (ele assinou Eurico Mendes, um dos pseudônimos de Sachs) é considerado por Leal a primeira publicação sistemática da Polop. Segundo o autor, neste texto podemos encontrar as “linhas gerais do pensamento coesionador do grupo a respeito de praticamente todas as questões estratégicas referentes ao caráter e conteúdo da revolução socialista enquanto entendidos pela Polop.”¹⁰⁴

Nesta revista já podíamos constatar as teses que futuramente seriam mais desenvolvidas pela Polop sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Acreditava-se que o Brasil já havia passado por sua revolução burguesa industrial em 1930. Eric Sachs afirmava que o país era subdesenvolvido sim, mas “em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo. [Porém] Em relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já [era] um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista”¹⁰⁵

O 1º Congresso da Polop realizado entre os dias 16 e 19 de Janeiro de 1961 em Jundiaí, contou também com a presença de integrantes da *Mocidade do Partido Trabalhista* de Minas Gerais que cedeu outros militantes para a Polop como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Jair Ferreira de Sá, dentre outros. O centro da discussão da Mocidade era a possibilidade de uma intervenção no PTB e o combate ao reformismo. Também participaram

¹⁰¹ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006, p.115-116.

¹⁰² NOBERTO, Lineker. **A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 74.

¹⁰³ Idem, p. 76.

¹⁰⁴ LEAL, op. cit., p. 111.

¹⁰⁵ MENDES, apud NOBERTO, 2015, p. 76-77.

do evento delegados vindos de Ilhéus, de Salvador e o POR(T), mas este último não aderiu a Polop. O elo de ligação era a revolução socialista e a oposição à linha reformista do PCB.

2.2. O caminho da revolução brasileira

Para a Polop o começo da década de sessenta mostrava o quanto a burguesia brasileira estava consolidada no poder, apesar do efervescente cenário político de disputas com outros setores, como os latifundiários, a classe trabalhadora, ou até dentro da própria burguesia. A Polop analisou a trilha percorrida pela burguesia brasileira para consolidar-se no poder.

As condições favoráveis surgiram, segundo a organização, após a abolição da escravidão. A mudança resultante da abolição foi substancial, inserindo o trabalho assalariado impulsionando a indústria manufatureira, especialmente após a Grande Guerra de 1914 que representava, "com efeito, o principal fator que determina a transformação da média burguesia industrial em alta burguesia"¹⁰⁶.

Neste período a Polop identifica que houve os primeiros surtos da indústria, ainda reduzidos e dispersos, a maioria nos setores de economia leve e suplementar, os capitais que a mantinham vinham dos excedentes da agricultura. A maioria da população vivia na zona rural e o operário urbano não tinha o peso específico. Contudo, segundo a organização, "o sindicalismo da época se caracteriza por suas intenções revolucionárias, por sua inconformidade aos padrões sociais vigentes e por movimentos reivindicatórios de vulto, de que a greve geral de 1917 em São Paulo é um exemplo"¹⁰⁷.

Segundo a Polop os sindicatos daquela época eram independentes do Estado, completamente desvinculados, e tinham uma militância voluntária, com frequente violência policial. A Polop se pergunta como em um país basicamente agrário, sem um razoável desenvolvimento capitalista industrial pôde surgir este sindicalismo revolucionário. Para a organização:

Estando o poder político nas mãos da classe dos latifundiários, o aparelho estatal não previa qualquer espécie de enquadramento dos problemas operários. E não possuíam, nem latifundiários nem o diminuto número de dirigentes industriais, experiências de relações com os trabalhadores, e de crises sociais de processo de industrialização.¹⁰⁸

Para a organização os aspectos críticos que nesta fase atingiu a luta de classes entre operários e burguesia, se deu pela inadequação do aparelho político. Mesmo o Brasil não

¹⁰⁶ **A burguesia perante a crise do sistema.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 12.

¹⁰⁷ **Proletariado e Desenvolvimento Econômico.** Política Operária nº 4, Outubro de 1962. CEDEM/UNESP, p.

6.
¹⁰⁸ Idem.

tendo um razoável desenvolvimento industrial, “o operariado obrigou as classes dominantes a dar-lhe um lugar no quadro das instituições públicas e a ceder ante suas principais reivindicações”¹⁰⁹.

Segundo a Polop o Governo de Getúlio procuraria solucionar este problema da falta de um aparelho que diminuísse os atritos com a classe operária através da Legislação Trabalhista, entretanto tratava-se de uma arma perigosa:

ao mesmo tempo em que aprova e legaliza algumas das principais reivindicações imediatas do operariado oito horas de trabalho, estabilidade no emprego, regularização do trabalho de mulheres e crianças, etc. também enquadra os sindicatos no aparelho estatal, oferecendo-lhes possibilidades de grandes recursos financeiros (imposto sindical), mas vinculando-os ao Estado (intervenção ministeriais, congelamentos do Fundo Social Sindical)¹¹⁰

Portanto, para a Polop, esta fase amortece as lutas operárias da primeira fase, que eram violentas e com “revolucionarismo de vanguarda”¹¹¹. As antigas lideranças operárias foram esmagadas pelo aparelho sindical paternalista da Vargas, e substituídos pelos homens de confiança do governo, ajudando a consolidar a burguesia no poder.

Na linha de análise da Polop a ascensão da burguesia introduzia “um elemento de perturbação na estrutura agrária brasileira”¹¹². O sistema agroexportador, segundo a organização, era o fundamento econômico que manteve a dominação exercida pelos latifundiários, de forma exclusiva até a década de 1930, quando no período do Estado Novo observou-se “as primeiras deslocções da atividade industrial do campo puramente manufatureiro para o setor de base”¹¹³. Esta perturbação evidenciou-se na década de 1920, quando ocorreu o crescimento da violência, nos movimentos políticos, como o levante do forte de Copacabana, a revolução paulista, a coluna Prestes e os levantes que aconteceram nas Forças Armadas.

A Polop demonstra que tais eventos mostraram também que existia no país uma classe média inconformada com a sua falta de participação política, e que esta teve participação decisiva nas mudanças ocorridas a partir de 30:

É essa classe que lidera ideológica, política e militarmente o processo revolucionário, através da tropa de choque constituída pelos “tenentes” e pelos intelectuais rebeldes (que se manifestam, espetacularmente, na Semana de Arte Moderna, de 22, em São Paulo). O movimento se cindiria, mais tarde, em duas alas, aderindo uma ao proletariado emergente – pela união com o Partido Comunista,

¹⁰⁹ Idem, p. 7.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² **A burguesia perante a crise do sistema.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p.12.

¹¹³ Idem.

fundado em 22 – e outra aos setores reacionários da sociedade brasileira, pela constituição, em 32, do Movimento Integralista.¹¹⁴

Para a Polop 1930 marca o momento da chegada da burguesia ao poder, que se aproveitou da brecha surgida nos setores latifundiários de Minas e São Paulo, no episódio da sucessão presidencial. Entretanto, isto só teria sido possível graças à frente formada pelo operariado, pelas baixas classes médias das cidades e até parte do setor latifundiário.

Esta situação levou a burguesia a travar várias batalhas nos anos subsequentes:

... a contra-revolução latifundiária e imperialista (1932), ação desordenada da ala esquerda da classe média e do proletariado (1935) e a reação da ala direita da classe média e dos setores oligárquicos (1938) – esta última exprimindo já a decepção destes setores diante do Estado Novo, que lhes dera, de início, a ilusão de atender a seus interesses.¹¹⁵

Esse efervescente caldo político acabou levando a burguesia por optar pela solução bonapartista com o golpe de 1937, para garantir sua permanência no poder e melhorar as condições de seu desenvolvimento. A partir daí, segundo a Polop, o Estado Novo instrumentalizou os interesses da burguesia, criando até 1945, a indústria de transformação e dando início à indústria de base, lançando “as bases concretas para a revisão do compromisso, em período ulterior”¹¹⁶.

A revisão do compromisso teria se iniciado no segundo governo Vargas e desenvolveu-se ao longo do governo Kubitschek:

Tal revisão consistiu, basicamente, em arrogar-se a burguesia o direito de mobilizar as disponibilidades internas e externas do sistema para a implantação da indústria de base, sem prejuízo dos privilégios até então concedidos aos latifundiários e grupos comerciais nacionais e estrangeiros vinculados à exportação. A consequência prática de tal política foi o extraordinário reforçamento da burguesia industrial e financeira e o estreitamento de seus laços com um capital estrangeiro de novo tipo, comprometido com o desenvolvimento industrial do país.¹¹⁷

Neste período também há, segundo a Polop, o maior crescimento industrial que o Brasil já tinha passado, e este crescimento é localizado especialmente na região sudeste. O campo sofria uma exploração mais brutal que os operários urbanos, pois parte do capital acumulado era carregado para indústria.

Então, sobre o movimento operário na década de 1950 a Polop destacava:

uma intensificação das lutas operárias e conseqüentemente a formação de uma nova vanguarda que vai substituindo a velha pelegagem. Mas, mesmo essa intensificação

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

de lutas se dá dentro do nível do reformismo. As reivindicações ou são meramente econômicas ou, se políticas, são de apoio ao nacionalismo da burguesia industrial.
118

O ano de fundação da Polop, 1961, também foi o início do mandato de Jânio Quadros na Presidência da República. Para a organização no governo de Jânio a burguesia reivindica de forma mais radical, nova revisão do compromisso de 1937. Entretanto a renúncia de Jânio em Agosto de 1961 teria evidenciado a capacidade de resistência das velhas estruturas brasileiras, apoiadas pelos latifundiários e empresas estrangeiras, colocando a burguesia, segundo a Polop, num dilema:

Evitar de um lado, a ditadura militar de direita, que representaria a consagração do *status quo* econômico e político e paralisação do processo de industrialização; de outro, a plena vigência da democracia burguesa, no qual a burguesia contaria com apoio de setores populares para modificar esse *status quo*.¹¹⁹

Então para a organização a burguesia tendia a procurar a solução para este problema em um regime bonapartista. Pois, nesta situação a burguesia precisaria colocar as demais classes a seu reboque e precisaria também de um governo que atendesse melhor seus interesses.

As análises da Polop sobre a ascensão da burguesia herdaram fundamentos das teses de Moniz Bandeira em *O Caminho da Revolução Brasileira*. Texto que circulou na organização e tornou-se parte do patrimônio teórico da Polop. Seu livro foi utilizado pela organização como importante texto de formação, discussão da realidade brasileira, análise do caráter do Estado no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo no país e como proposta tática de luta.

Segundo Bandeira as classes dominantes do país encontravam-se num impasse decorrente da mudança na correlação de forças na sociedade. A burguesia industrial superara os setores latifundiários e o setor ligado ao comércio internacional estabelecendo certo equilíbrio de posições. A burguesia necessitava avançar com o processo de industrialização, mas é incapaz de fazê-lo, pois precisaria ampliar o mercado consumidor brasileiro e para isso seria necessário resolver a questão fundiária através de uma reforma agrária. Todavia esta mesma burguesia industrial teme “tocar frontalmente no estatuto da propriedade privada da

¹¹⁸ **Proletariado e Desenvolvimento Econômico.** Política Operária nº 4, Outubro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 8.

¹¹⁹ **A burguesia perante a crise do sistema.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p.14.

terra, abrindo o precedente para que venham a colocar na ordem do dia a revisão do direito de propriedade das fábricas”.¹²⁰

O autor continua alertando que a burguesia pretendia uma melhor repartição dos lucros com o imperialismo, mas é incapaz de limitar a remessa de lucros para o exterior, seu poder econômico e político são insuficientes para derrotar os setores ligados ao latifúndio. No anseio de aumentar seu poderio a burguesia importava capitais de países mais ricos, comprometendo o desenvolvimento da industrialização nacional, que via grande parte do mais-valor extraído do proletariado ir para os parceiros internacionais, via também a derrubada do antigo sistema agrário e as pequenas empresas de capital nacional submetidas aos jugos da política econômica imperialista. Por fim, Moniz Bandeira percebia que o próprio Estado nacional ficava no bolso do capital financeiro internacional:

...os permanentes *déficits* no balanço de pagamentos, devido mesmo à sucção dos lucros pelo imperialismo, e as crescentes necessidades cambiais por parte da indústria, levam-no a comprometer-se com os grandes bancos particulares dos Estados Unidos. É o próprio Estado nacional que se torna diretamente dependente do imperialismo.¹²¹

Portanto para o autor este quadro demonstra a inviabilidade de libertar o Brasil da exploração imperialista *sem romper com a máquina do Estado e destruir a estrutura capitalista*, ou seja: a revolução socialista era a solução. Um governo burguês não romperia com países junto aos quais busca empréstimos e contrai dívidas colossais, muito menos a burguesia, que estaria pondo em risco as bases econômicas e sociais do capitalismo nacional. A burguesia não faria revolução, logo o operariado e o campesinato seriam os protagonistas. O autor criticava a postura do PCB de classificar a revolução brasileira como anti-imperialista e antifeudal, embora o mesmo não rompesse com a perspectiva de que o campo brasileiro possuía relações feudais.

Moniz Bandeira tratou de desmitificar qualquer possível ideia de revolução burguesa no Brasil do começo dos anos sessenta. Esta etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro já teria acontecido e se deu desde a proclamação da República, culminado com a industrialização intensiva a partir de 1953. Ele lança mão de vários números e estatísticas que comprovam o grande crescimento industrial brasileiro nestes anos, chegando à conclusão que:

¹²⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Caminho da revolução brasileira. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010, p. 74.

¹²¹ Idem, p. 80.

...a contradição fundamental do capitalismo brasileiro não é com o imperialismo. É com o próprio capitalismo brasileiro, no qual o imperialismo está integrado. É a contradição entre a socialização do trabalho e o caráter privado da apropriação capitalista. É a contradição entre os milhares de assalariados, que produzem a riqueza material do país, e a meia-dúzia de patrões, que dela se beneficiam.¹²²

O capitalismo de Estado expande-se no Brasil devido à incapacidade da burguesia brasileira de realizar a expansão da economia capitalista. Para o autor a proclamação da república em 1889 só foi possível graças a acordos entre as classes médias urbanas e os latifundiários agroexportadores, especialmente de café, que dominavam a economia na época. A burguesia industrial surgia lentamente, ao passo que só com a crise do café, e a partir do movimento golpista de 1930, os industriais começam a aumentar sua faixa de poder. A indústria no Brasil era dominada pelos monopólios estrangeiros.

Para melhorar sua posição em relação aos monopólios internacionais, a burguesia recorre ao Estado, especialmente em setores chave da economia, por isso o investimento na indústria de base no governo de Getúlio Vargas. Exemplo disto foi a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, investimento feito pelo governo de Roosevelt, “num momento em que o imperialismo norte-americano, empenhado na segunda guerra mundial, teve que fazer concessões aos seus aliados”¹²³

A necessidade de desenvolver setores fundamentais da economia, como a siderurgia e o petróleo, não deixava alternativa para a burguesia a não ser ver o Estado exercer esta função, especialmente no caso do petróleo, que exige uma maior quantidade de capital e tem um alto risco de investimento. O capitalismo de Estado foi a resposta para a debilidade da burguesia em explorar estes setores, entretanto, aqui aparece uma armadilha, segundo Moniz Bandeira, pois este mesmo capitalismo de Estado pode adquirir um caráter progressista na luta contra o imperialismo em países atrasados.

Moniz Bandeira cita Engels, que dizia que as forças produtivas convertidas em propriedade do Estado não se descaracterizam como capital, muito pelo contrario, a exploração do proletariado aumenta. Ao citar Rosa Luxemburgo o autor evidencia que o Estado deixa-se infiltrar pelos interesses de classe, a propriedade privada adquire a mais cruel expressão da exploração. Bukharin é citado para enfatizar que o capitalismo de Estado enfraquece a classe operária, e Kautsky, por sua vez, diz que o Estado encarrega-se de certas empresas para diminuir a contribuição da classe capitalista para mantê-lo. Portanto, pensar

¹²² Idem, p. 104.

¹²³ Idem, p. 108.

“que se pode conseguir a vitória na luta anti-imperialista e antifeudal, nos limites desse Estado, do Estado burguês, é cair numa utopia conservadora e reacionária”¹²⁴ .

Após análise da burguesia nacional e das características do Estado brasileiro, Moniz Bandeira preocupa-se com a situação da classe operária e do trabalhador do campo, segundo ele os protagonistas da revolução no Brasil. Sobre o primeiro pesa todo o ônus das despesas de funcionamento da máquina estatal. O autor utiliza diversos dados oficiais significativos e revistas econômicas que mostram como, naquele período, a maior parte da carga de impostos caía nas responsabilidades do operariado urbano e nas classes médias.

O aumento do salário mínimo não acompanhava a alta dos preços dos produtos, ao mesmo passo que as taxas de lucro das indústrias cresciam vertiginosamente. A classe operária realizava apenas um “consumo produtivo, isto é, produz a força de trabalho necessária à reprodução do trabalho”¹²⁵, o mesmo ritmo negativo acompanhava o salário dos trabalhadores qualificados, a classe média passava a se proletarizar. Para Moniz Bandeira esta situação só mostrava o quão importante era a luta anticapitalista:

Essa situação mostra de maneira irretorquível, que se exacerba, no Brasil, mais e mais, a contradição fundamental de toda a sociedade baseada no modo de produção capitalista – a contradição entre a produção social e a apropriação individual, entre a crescente necessidade de expansão das forças produtivas e a galopante redução no poder de consumo, enfim, a contradição entre o salário e o capital.¹²⁶

A situação no campo não era menos dramática na visão de Moniz Bandeira. O crescimento da produção agrícola era bem inferior ao da indústria, o capitalismo adentrava no campo com seus métodos, conservando os problemas latifundiários. O autor nos convida a entender a situação do Nordeste naqueles anos, atrelado ao processo econômico nacional, ao desenvolvimento capitalista no Brasil como um todo, pois para ele o problema do Nordeste não era apenas regional, a burguesia do sudeste colonizava a região Nordeste.

Os nordestinos sofreram um maior empobrecimento em decorrência da acumulação capitalista dos estados do sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo – assim como todas as regiões de forte economia agrária, até algumas mais desenvolvidas como era o caso do Rio Grande do Sul. Mas, sem dúvida esta exploração se fez mais sentir no Nordeste, estes estavam sujeitos a uma “dupla espoliação, a um duplo saque, pelo imperialismo e pela burguesia da região centro-leste”¹²⁷ .

¹²⁴ Idem, p. 111.

¹²⁵ Idem, p. 117.

¹²⁶ Idem, p. 118.

¹²⁷ Idem, p. 121.

Para o autor os requícios feudais no campo eram um impasse ao desenvolvimento brasileiro, mas o capitalismo de forma alguma pretendia extingui-los, muito pelo contrario, o capitalismo associou-se ao latifúndio, em vez de combatê-lo, e intensificou a exploração dos trabalhadores camponeses, desenvolvendo de forma desigual as regiões do país e transformando a região Nordeste em simples exportadores de força de trabalho e matéria-prima.

A realidade no campo brasileiro diferenciava-se da Europa, pois esta última viu seu capitalismo surgir de revoluções no campo, destruindo a estrutura feudal e levando a burguesia ao poder. O Brasil viu seu capitalismo surgir tarde no “panorama histórico e obrigado a fazer concessões à classe operária, esmagou o campesinato, e fez repousar sobre os seus ombros todo o peso da acumulação primitiva”¹²⁸. O proletariado rural torna-se, portanto o aliado natural das classes operárias na luta pela revolução socialista, resolver a questão agrária no Brasil era um passo fundamental para implementação do socialismo. Contudo, Moniz Bandeira achava secundária a participação do campesinato na revolução, um papel de aliado, coadjuvante, seu protagonista eram as classes trabalhadoras urbanas.

A revolução em países pré-desenvolvidos, como era o caso do Brasil, dar-se-ia em níveis atrasados, precisaria superar etapas fundamentais que separavam o Brasil dos níveis mais altos do desenvolvimento contemporâneo. A burguesia não tinha interesse em desenvolver o país, a não ser quando significasse ampliação do seu mercado, não tinha interesse também em livrar os trabalhadores rurais das garras dos latifundiários, pois estes muitas vezes eram seus parceiros, ademais não tinha interesse em questionar a propriedade da terra, pois estaria profanando um cânone capitalista. A burguesia também não tinha interesse em bater de frente com o capital internacional, que era peça fundamental do sistema capitalista contemporâneo.

2.3. Disputas internas e amadurecimento no caminho da revolução

Circulava internamente na organização o debate sobre o governo de Jânio Quadros. Em boletim interno datado do mês de Março de 1960 os redatores acreditavam que Jânio Quadros representava o governo mais burguês até então no Brasil, fenômeno ocorrido devido ao fortalecimento da burguesia na sociedade brasileira. Com isso São Paulo retomou a hegemonia política, já que o estado concentrava a maior quantidade de capitais:

¹²⁸ Idem, p. 134.

Tendo plena consciência do seu conteúdo, o novo Governo revelou, desde o início, a preocupação de adaptar o aparelho administrativo e burocrático às necessidades de domínio da Grande Burguesia e se empenha no caminho da modernização do Estado.¹²⁹

Modernização para acabar com os vícios de um aparelho estatal herdado de uma sociedade escravagista e latifundiária, na qual a corrupção ajudava a burguesia crescer através de favores públicos, mas ela não precisava mais disso, pois no governo Jânio o Estado “era dela e tem de funcionar com a mesma eficiência como funcionam os seus funcionários particulares, os seus administradores e guarda-livros nas empresas privadas.”¹³⁰

Para a Polop não houve descontinuidade entre os governos de Kubitschek e Quadros, pois os dois se completavam e serviram do melhor modo a burguesia: tivemos primeiro a fase da expansão e posteriormente a consolidação das conquistas do passado. Segundo a Polop, a “velha esquerda” tentava vender a ideia de que houve mudanças substanciais entre estes dois governos, inclusive esta velha esquerda pregava a ideia de haver um caráter “esquerdista” em Jânio Quadros, negado pela Polop.

Em outro boletim interno datado de setembro de 1961, desta vez vinculado ao grupo paulista da Polop, continua o debate sobre o governo de Jânio. Apesar do governo nitidamente burguês de Jânio Quadros, o presidente representaria um relativo equilíbrio de forças no conjunto da sociedade brasileira. Equilíbrio este que não se manteve por muito tempo e mostrou sua fragilidade quando Jânio renunciou, ainda em 1961. O então presidente buscou satisfazer a burguesia, o latifúndio e o imperialismo quando manteve relações comerciais com países na África e Ásia com o objetivo de ampliar o comércio externo, ao mesmo tempo procurou atender demandas da pequena burguesia, “através de uma pseudo austeridade financeira e administrativa”¹³¹, criou “um peleguismo, (...) contendo, ao mesmo tempo, a luta econômica imediata dos trabalhadores e do povo em geral.”¹³² Na política externa tentou satisfazer às esquerdas em geral apoiando Cuba e mantendo relações com a URSS e a China Popular.

Segundo a Polop, Jânio tentou fazer um governo acima das camadas da população, manobrando parte da pressão popular no intuito de tentar realizar algumas das reformas prometidas, como o caso da reforma agrária e da ampliação do mercado interno, mas suas

¹²⁹ **Jânio Quadros define o caráter de seu governo.** Boletim nº 1, 20 de Março de 1961. CEDEM/UNESP, p. 1.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ **A crise nacional e as novas tarefas revolucionárias.** Boletim Interno – SP, Setembro de 1961. CEDEM/UNESP, p. 1.

¹³² Idem.

atitudes levaram os setores mais reacionários das Forças Armadas a exercer pressão sobre seu governo, especialmente na questão das políticas externas.

Com a renúncia de Jânio rompeu-se “o precário equilíbrio de forças, precipitando o poder nas mãos do grupo direitista. (...) O fato causou a reação desfavorável das classes dominantes do País, e de Londres e Nova Iorque, não interessadas no estouro da crise”¹³³. As forças de direita no país deixavam cair o frágil véu que escondia suas verdadeiras intenções:

A situação de crise explicitou as contradições internas do regime, pondo à mostra, principalmente, o papel das Forças Armadas, no regime burguês, ou seja, o seu caráter de instrumento das classes dominantes, agora, levado à ação antes do tempo: a burguesia dividiu-se entre a perspectiva da ditadura militar, implícita, e que não desejava, e o temor da radicalização popular.¹³⁴

O golpe não veio:

Com o recuo dos golpistas, ante a pressão geral (inclusive do Exterior), e dos setores anti-golpistas da burguesia, ante a pressão popular, abrandou-se a necessidade do golpe aberto, delineando-se uma perspectiva de acordo político de todas as cúpulas burguesas, que iniciaram negociações para aprovação, às carreiras, do parlamentarismo.¹³⁵

A Polop entendia que o parlamentarismo fora uma ação das cúpulas burguesas para frear a ascensão popular e neutralizar a ação de João Goulart. Para a organização o plebiscito serviria apenas para o povo aprovar o que já havia sido decidido à sua revelia. A Polop entendia que o parlamentarismo brasileiro inaugurava um regime instável.

O entendimento da movimentação política e econômica no Brasil no começo da década de sessenta era consensual entre os grupos dentro Polop, como pudemos ver nestes dois boletins, entretanto havia divergências mais sérias quanto às tarefas a serem cumpridas pela organização, o que explicita as divergências internas da organização.

No boletim de março de 1961, assinado pela direção nacional, diante da conjuntura de Jânio Quadros a Polop debatia internamente qual era o papel da sua organização na luta que se apresentava. Deveria ser o esclarecimento, propagação das conclusões dos seus debates internos, a denúncia do caráter classista do regime e levar “a análise marxista da situação política e social do país para as forças dispersas – a classe operária e a Esquerda ‘não-gasta’”¹³⁶. O primeiro passo do trabalho girava em torno de propaganda e agitação das teses marxistas.

¹³³ Idem, p. 2.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem, p. 3.

¹³⁶ **Jânio Quadros define o caráter de seu governo.** Boletim nº 1, 20 de Março de 1961. CEDEM/UNESP, p. 5.

E a segunda prioridade era “insistir numa oposição de princípios ao Regime, que excluiu qualquer possibilidade de apoios ou acordos, mesmo parciais ou velados. Tal oposição só pode ser desenvolvida à base de uma política de classe, que se livra dos métodos de luta tradicionais da pequena-burguesia.”¹³⁷

O núcleo paulista, entretanto, propõe a luta e difusão das novas formas organizatórias surgidas durante esta crise. Como os Conselhos de Bairro formados da mobilização dos gaúchos, estes conselhos reuniam trabalhadores, operários, mas também membros da pequena burguesia, especialmente estudantes. Em São Paulo surgiram os Comitês de Resistência, que realizaram greves, e milícias armadas foram formadas principalmente por estudantes em Goiás. Também era fundamental o reconhecimento e a defesa das Ligas Camponesas.

Neste boletim interno dos paulistas que viemos analisando até agora, o núcleo entende que a movimentação golpista de setores da classe dominante, junto com a crise política e econômica instaurada no país, especialmente após a renúncia de Jânio, obrigava a organização a repensar suas prioridades.

A tarefa fundamental elencada pelo núcleo era reorganizar as esquerdas “em face dos novos acontecimentos, tentando, por um lado, o agrupamento daqueles elementos, principalmente jovens, que aderiram à luta socialista e, por outro, a sua própria preparação, na expectativa da luta ilegal”¹³⁸.

Na *Convocatória do Primeiro Congresso* da organização (redigido por Eric Sachs e escrito em julho de 1960) destacamos o seguinte:

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operaria. Concordamos que os assim ditos "Partidos Operários", ou a "esquerda", como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores.¹³⁹

O grupo responsável pela convocatória para o congresso de fundação da Polop eram os membros da iniciativa da revista *Movimento Socialista*: “(...) a POLOP surgiu basicamente de uma iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro. Eram membros da *Juventude Socialista* que criaram uma revista chamada *Movimento Socialista*, que chamou a necessidade de constituir uma alternativa marxista-socialista (...)”¹⁴⁰. Estes que viriam a ser os dirigentes nacionais da

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ **A crise nacional e as novas tarefas revolucionárias.** Boletim Interno – SP, Setembro de 1961. CEDEM/UNESP, p. 6.

¹³⁹ **Convocatória do Primeiro Congresso.** 2 (1)2 Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 1.

¹⁴⁰ SANTOS, apud. OLIVEIRA, 2007, p.53.

organização, não acreditavam no potencial da “esquerda” brasileira, para eles esta esquerda era muito abrangente e nenhuma tinha o caráter que eles esperavam, a independência da classe operária.

Na *Convocatória* a organização retoma Engels para defender a ideia de que o partido operário não deve ter nenhum tipo de associação com partidos burgueses:

(...) partido operário deve ser não só independente, como também oposto a todos os partidos burgueses, ele tira tanto uma conclusão teórica, quanto uma experiência prática das lutas de classes. A longo prazo há mais comunhão entre o mais reacionário e o mais radical dos partidos burgueses, do que entre estes e o partido proletário. Em todas as crises de sistema social, todas as facções da burguesia defendem as relações de produção baseadas na propriedade privada.¹⁴¹

Os paulistas acreditavam, portanto, que aquele momento (1961) “existiam condições melhores para a formação de uma Frente de Esquerda Independente, composta das forças que se viram unidas no decorrer da crise”¹⁴², estas forças reuniam vários setores da sociedade, trabalhadores, estudantes da pequena-burguesia, setores da burguesia dita nacional e das forças armadas.

A crise instaurada com a renúncia de Jânio, as movimentações golpistas de parte da direita e da parte mais reacionária das forças armadas, a crise econômica que crescia levaram o núcleo paulista a entender que a organização deveria entrar em outro estágio de sua atuação. A direção nacional da Polop chegou à mesma conclusão, mas não sem alguns entraves.

O Núcleo paulista apresenta o próprio boletim como uma tentativa de resolver um dos problemas graves de organização da Polop, que neste caso era a falta de entrosamento entre os Núcleos Estaduais, que deveria ter sido feito pela direção nacional. Os paulistas testemunharam que somente “esporadicamente tomamos conhecimento da atividade dos companheiros dos outros estados. E só de quando em quando somos informados das dúvidas e dos problemas internos da Polop.”¹⁴³

Para o grupo de São Paulo este problema na organização da Polop não era meramente “organizativo”, também tinha raízes políticas e teóricas. Eles acreditavam no espírito de “Jundiaí”, atitude polopiana fundamental que era compartilhada por todos os membros da organização, mas “apesar dessa unidade de pontos de vista sobre a Revolução, existe uma heterogeneidade bastante grande entre cada um dos Núcleos.”¹⁴⁴

¹⁴¹ **Convocatória do Primeiro Congresso.** 2 (1)2 Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 1.

¹⁴² **Jânio Quadros define o caráter de seu governo.** Boletim nº 1, 20 de Março de 1961. CEDEM/UNESP, p. 6.

¹⁴³ **A crise nacional e a novas tarefas revolucionárias.** Boletim Interno – SP, Setembro de 1961. CEDEM/UNESP, p. 1.

¹⁴⁴ Idem.

Sobre as questões organizativas podemos perceber neste boletim as principais divergências do Núcleo paulista. Para eles era preciso constituir a Polop como um grupo homogêneo, “ou seja, de que os problemas da Polop estejam sempre na consciência de cada militante da organização.”¹⁴⁵ A integração da Polop deveria ser uma pauta cotidianamente discutida, as lutas e atividades dos diversos núcleos deveriam ser inseridas em um programa da organização, que ao mesmo tempo que prepararia os militantes para a revolução, criaria condições para organizar os próprios.

A Polop debatia internamente a conjuntura e como alcançaria a revolução socialista no Brasil cercado-se de cabedal teórico e debatendo sua organização. A partir de então passa a se preocupar mais com a atuação no movimento vivo, pois em janeiro de 1962 sai o primeiro jornal da organização, com nítidas intenções propagandísticas e de agitação. Neste podemos perceber o resultado dos debates internos, mas nem tudo estava superado.

Já na primeira página registra a posição, tão debatida internamente, e uma das mais importantes para a organização sobre uma Frente Única. O texto intitulado *Por Uma Frente Única Dos Trabalhadores Da Cidade E Do Campo* nos permitiu analisar as perspectivas da Polop sobre sua atuação junto aos trabalhadores e a esquerda no Brasil.

Inicialmente a Polop propôs que a ação da Frente concentrasse fogo na defesa de conquistas trabalhistas e manutenção do nível de vida do trabalhador, pois a organização avaliou que esta era a melhor manobra naquele momento de alta de inflação e medidas governamentais desfavoráveis aos trabalhadores.

A organização pretendia fortalecer comitês populares de bairro e comitês de empresas através da luta pelo controle público de preços, e este controle daria forças aos organismos de controle de cúpula, os quais, “entretanto, só terão autoridade se estiverem em condições de propor medidas concretas, intervenções ou expropriações contra trustes e especuladores, nacionais e estrangeiros.”¹⁴⁶

Para ser possível realizar o controle de preços era proposto pela Polop também a participação ativa dos sindicatos:

Dir-se-á talvez que nossos sindicatos, amarrados como estão, com seu Fundo Sindical, sua Comissão de Enquadramento, submetidos ao controle financeiro do Banco do Brasil – herança do Estado Novo – não estão preparados para semelhantes tarefas. A objeção é falha, pois é somente na ação que os sindicatos poderão adaptar-se às novas condições de luta. E é justamente a mobilização das bases operárias nas

¹⁴⁵ **Militância e Organização.** Boletim Interno – SP, 05 de Dezembro de 1961. CEDEM/UNESP, p. 1-2.

¹⁴⁶ **Por uma Frente Única.** Jornal Política Operária, nº 1, Janeiro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 2.

fábricas a única possibilidade de conquistar a Liberdade sindical – a qual deve, de antemão, constar como uma das principais reivindicações da Frente.¹⁴⁷

Esta postura da Polop com relação aos sindicatos nos fornece pistas para percebermos o nível de amadurecimento das disputas políticas dentro da organização. No trecho destacado acima a organização propôs que apenas a “ação” levaria os sindicatos a se adaptarem às novas condições de luta, posição esta também defendida pelo núcleo paulista, como pudemos ver no seu Boletim Interno, aliar-se aos segmentos especificados por eles de esquerda e partir para a ação. Sobre os sindicatos as críticas da Polop:

O que caracteriza, na prática, a situação do proletariado brasileiro? Antes de tudo, o domínio e a tutela que a burguesia nacional exerce sobre ele, de um modo tão vasto ainda, que impede a sua participação na política nacional como fator independente. Materialmente esse domínio é realizado por meio do Ministério do Trabalho, da legislação sindical herdada do Estado Novo e demais apetrechos clássicos da máquina de opressão do Estado burguês.¹⁴⁸

Para a Polop a tutela burguesa aos sindicatos se dava ideologicamente através de teorias que pregavam interesses em comum entre os operários e os burgueses, como o desenvolvimentismo e o nacionalismo, “e que têm como consequência tácita o sacrifício das reivindicações próprias da classe operária.”¹⁴⁹ Além disso, “é importante assinalar, todavia que ela continua a existir, principalmente, porque está sendo defendida, em teoria ou na prática, pelos partidos chamados de esquerda.”¹⁵⁰

Quando a Polop se refere a “partidos chamados de esquerda” está criticando o especialmente o PTB:

O descaramento com que a nossa burguesia sustenta esse controle, mediante um sistema legislativo conservado intacto durante os últimos 25 anos, só é possível por ela dispor, no trabalhismo, de um agente direto na classe operária e que se veste como movimento operário e, em última análise, porque grande parte dos comunistas e socialistas se aliaram ao PTB na política nacional. O domínio burguês sobre os sindicatos, porém, não mais corresponde às relações de forças materiais entre as classes. Suas causas são encontradas no terreno ideológico.¹⁵¹

Este terreno ideológico dito pela organização eram os já mencionados desenvolvimentismo e nacionalismo. Segundo a Polop, no desenvolvimentismo estava a teoria burguesa que defendia uma pretensa comunidade de interesses de classes, onde a burguesia defendia a paz social com objetivo de desenvolver o país e em data futura os trabalhadores teriam resolvidos seus problemas sociais. O desenvolvimentismo era

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ **Convocatória do Primeiro Congresso**. 2 (1)2 Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 2.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem, p. 3.

¹⁵¹ Idem.

retroalimentado pelo nacionalismo e ambos eram fortalecidos no meio operário, de forma hábil pela burguesia através da exploração de sentimentos antiimperialistas.¹⁵²

Diante deste cenário a Polop, que estava surgindo, se comprometeu a realizar duas tarefas essenciais. A primeira se tratava da “formação de um partido independente, operário”¹⁵³, e naquele momento isso seria possível através do “estudo e o esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da ideia do partido, principalmente no meio operário.”¹⁵⁴ Portanto, a preocupação inicial da organização era a divulgação e fortalecimento do marxismo no movimento operário e nos partidos de representação operária tradicionais.

A segunda tarefa consistia “influir sobre a evolução da nossa classe operária, apoiar intransigentemente todas as lutas econômicas e todas as suas manifestações de amadurecimento de classe, e procurar acelerar o processo espontâneo com os recursos que possuímos.”¹⁵⁵ Sobre o partido independente da classe operária podemos destacar:

Parece evidente que, nas atuais condições da luta de classes no país, e mesmo levando em conta a premissa mais favorável de uma atividade legal, o próximo passo para o surgimento de um partido operário será a formação de um partido de quadros, em escala limitada, como condição para a criação de um organismo em escala mais vasta. Um grupo de 4.000 a 5.000 militantes já se poderia apresentar na luta como um partido, sem cair no charlatanismo político. Dispondo de uma boa representação operária, ligada à produção, já representaria uma força material no cenário político do país e estaria em condições de passar, em certos setores, da propaganda à ação revolucionária.¹⁵⁶

Em 1962 a organização não havia criado ainda seu partido, não possuía entre 4.000 e 5.000 militantes e não possuía uma boa representação operária, era formada aquela altura basicamente por intelectuais e estudantes, com uma pequena quantidade de operários. As mudanças conjunturais ocorridas com a eleição de Jânio, com sua renúncia, as tentativas de golpe, levaram a Polop a adaptar seus métodos e sua organização. A ação política mais concreta ganhou importância imediata junto com a atividade de conscientização e formação de quadros.

A proposta da Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo mostra a preocupação da Polop em unir as esquerdas tradicionais, independente de orientação teórica, para assumir uma ação comum. A organização seguiu a orientação debatida internamente de aliar-se a segmentos da esquerda do país para aproveitar as agitações que aconteciam tanto na cidade quanto no campo, mas com ressalvas:

¹⁵² Idem, p. 4.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

Se a iniciativa para uma ação dessa natureza pode partir dos partidos políticos tradicionais da esquerda, só poderá, entretanto, concretizar-se na medida em que fizer apelo direto às massas. De pouco ou nada adiantariam combinações de cúpula, no Congresso e nas Assembleias, se não forem acompanhadas por ações extra-parlamentares: são estas, com efeito, que mobilizam os trabalhadores.¹⁵⁷

Mas isto não ocorre somente pelas mudanças conjunturais. Como analisamos as pressões de Núcleos regionais mostram também o quanto a Polop era heterogênea do ponto de vista político e teórico. Ainda no jornal de janeiro de 1962, o primeiro da organização, podemos perceber as intenções da organização com relação à sua dita Política Operária. Tratava-se de um programa para ação, para a luta diária dos operários, como preconizava o núcleo paulista, também construído dentro do marxismo: “Esse processo está em marcha, mas ele só será vitorioso se houver uma integração da teoria socialista na luta diária; se os jovens que hoje estudam os problemas teóricos se encontrarem com os operários industriais e rurais num mesmo partido.”¹⁵⁸

O uso da teoria marxista no Brasil era uma dos temas mais debatidos pela Polop, e segundo a mesma o marxismo era ponto nevrálgico para o sucesso do movimento operário:

Trata-se em primeiro lugar, para falar claro, de aplicar o método do marxismo naquilo que comumente se chama realidade brasileira. Foi a insuficiência desse esforço, no passado, o abismo que o militante encontrava entre a prática política diária e a teoria socialista, que dirigiu os seus olhares para fora, à procura dos problemas insolutos. Muito se falou então entre nós do "caminho russo", "chinês", "iugoslavo" e, recentemente, do "modelo cubano". Estes exemplos têm valor para mostrar que países menos desenvolvidos que nós já encontraram caminhos para se livrar da exploração capitalista, mas os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação. Ao rejeitarmos as tentativas de imitações não o fazemos, certamente, por motivos nacionalistas em voga, e sim pela consciência de que todo povo e todo movimento revolucionário têm de cavar o seu caminho. Os exemplos ensinam, mas não poupam o trabalho. O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador.¹⁵⁹

A crítica ao marxismo dos velhos comunistas foi uma das marcas da Polop, experiência esta iniciada nos meandros da revista *Movimento Socialista*. Estas críticas foram desenvolvidas especialmente através das revistas bimestrais que foram lançadas a partir de 1962.

Nos debates preparatórios para o II Congresso da organização o “Militância e Organização” grupo da Polop vinculado ao Núcleo paulista, lança em 12 de janeiro de 1962 um anteprojeto de programa sobre a atuação da Polop e perspectivas.

¹⁵⁷ **Por uma Frente Única**. Jornal Política Operária, nº 1, Janeiro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 2.

¹⁵⁸ Idem, p. 1-2.

¹⁵⁹ Idem, p. 2.

Neste texto o *Militância* enfatiza a necessidade da construção de um Partido Revolucionário da classe operária. Para tanto era necessário a construção de um programa socialista que fosse exposto na luta cotidiana. O programa deveria alcançar as principais organizações de esquerda, mostrando-lhes uma saída revolucionária para a crise. O grupo reivindica o programa em bases teóricas marxistas, mas sublinha que era “um programa livre de preconceitos e dogmatismos de qualquer espécie.”¹⁶⁰

O ano de 1962 foi um dos mais agitados para o núcleo paulista, pois a Polop participou de diversas lutas, movimentos e até eleições naquele estado. A Polop apoiou a candidatura de Cid Franco para o governo de São Paulo, candidato lançado pelo Partido Socialista e contava também com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PC do B). A Polop acreditava que este era um ensaio para Frente Única dos Trabalhadores, pois “esta a primeira vez, depois de muitos anos, que surge uma candidatura tão radical e tão abertamente anti-burguesa no cenário nacional.”¹⁶¹

O objetivo da Frente de Classe que na perspectiva da Polop deveria ser composta “do Partido Comunista, Partido Socialista (...), a ala esquerda do Trabalhismo, os sindicatos sob liderança esquerdista, as Ligas Camponesas”¹⁶² estava parcialmente alcançado. Pois, importantes organizações e movimentos da esquerda não haviam se pronunciado:

É o caso do Partido Comunista Brasileiro, que encontra, entretanto, a ocasião para romper com a tradição dos apoios aos candidatos burgueses “menos ruins” e para desempenhar o seu papel num movimento de classe. O mesmo ocorre com a ala de esquerda e sindical do Partido Trabalhista Brasileiro, que aspira a representar interesses proletários. Sabemos do empenho de certos setores do PTB, em São Paulo, especialmente entre jovens, a favor da candidatura Cid. Um pronunciamento público nesse sentido seria de ajuda para clarear as águas.¹⁶³

Fazendo jus à proposta do núcleo paulista de organizar a esquerda livre de preconceitos ou dogmatismo, a Polop apoiou uma candidatura dentro das eleições burguesas, mas em uma perspectiva diferente de outras organizações como o PCB. A organização não tinha pretensão de transformar o regime através do processo eleitoral, mesmo porque isto ia de encontro a sua crítica ao “etapismo”, portanto as eleições deveriam ser um momento de mobilização popular, a caminho da subversão da estrutura burguesa capitalista e tomada do

¹⁶⁰ **Militância e Organização.** Boletim Interno – SP, nº 02, 12 de Janeiro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 1.

¹⁶¹ Idem, p. 3.

¹⁶² **Frente Única – Frente de Classe.** Política Operária nº 2, Abril de 1962. 8 (8)1 Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS, p. 2.

¹⁶³ **São Paulo ensaia a Frente Única dos Trabalhadores.** Política Operária nº 3, Maio de 1962. CEDEM/UNESP, p. 3.

poder pela classe trabalhadora. A posição eleitoral da esquerda estava, portanto, submissa à estratégia política geral.

Esta estratégia era baseada na análise que a Polop fazia do capitalismo brasileiro naquele ano de 1962. Segundo a organização, o capitalismo passava por grave crise, seu desenvolvimento era às custas da inflação e da carestia, o capital imperialista que penetrava no país piorava a situação dos camponeses, tinha-se grande produção industrial, mas a capacidade de consumo era baixa. Por isso a necessidade das reformas de base propagadas pelas classes dominantes. Tratava-se, portanto de “reaparelhar o regime para evitar atritos sociais e permitir a expansão das forças produtivas.”¹⁶⁴

Para a Polop naquele período o povo se sentia desligado do poder político e isto acontecia porque a burguesia não conseguia encontrar uma forma de garantir a continuidade de seu regime. Suas opções, segundo a organização, eram Jango e seu reforçamento do centro burguês, apoiado nos militares, baseado em uma ideologia de soluções técnicas sem extremismos. Ou Carlos Lacerda, que representava a solução fascista, caso o “centrismo” de Jango falhasse, “a burguesia apelaria para uma ditadura militar que sufocaria a vanguarda operária para impor medidas de caráter reacionário.”¹⁶⁵ E por fim Jânio: “(...) a possibilidade da burguesia resolver seus problemas com apoio popular. E ela só não se entrega ainda à ‘solução retorno’ porque teme a imprevisibilidade deste e a hipótese de JQ desencadear um processo revolucionário que supere e se encaminhe para soluções socialistas.”¹⁶⁶

A Polop entendia que a candidatura de Cid Franco, portanto, representava um relativo avanço dentro do quadro vigente, mas que favorecia mais os socialistas. Esta solução, naquele momento, era mais favorável que permanecer refém das perspectivas eleitorais burguesas, já que naquela altura os socialistas não estavam prontos ainda para uma política operária clara e radical.

A organização se enxergava como representante da necessidade histórica da classe trabalhadora na luta pela revolução socialista e pela formação de um partido revolucionário. Em seus primeiros anos de existência a Polop buscou aproximar-se de outras organizações de esquerda, marxistas ou não, pois sua fraqueza numérica e organizativa tornava sua influência no movimento de massas limitado. A formação de uma frente de classe independente da classe operária para combater o avanço da burguesia e do imperialismo foi o principal objetivo de 1961 até 1962, e onde estavam seus principais debates internos.

¹⁶⁴ **As esquerdas e as Eleições.** Política Operária nº 3, Maio de 1962. CEDEM/UNESP, p. 21.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

Nos primeiros anos a organização amadureceu internamente os debates sobre o caminho a se seguir rumo ao socialismo no Brasil. O desenvolvimento do capitalismo no país também foi amplamente discutido e acertado suas diferenças com o PCB. Sua análise de um Brasil plenamente capitalista, não era inédita no país ¹⁶⁷, mas naquele começo de década de sessenta começava a saga da organização que nadava contra a corrente da esquerda no país.

¹⁶⁷ Caio Prado Junior já havia debatido a ideia de um país plenamente capitalista em 1942 na sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

3. Ditaduras, Revolução e Turbulências

É a partir do II congresso que a Polop consolida o amadurecimento de suas teses sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, fortalecendo sua perspectiva socialista da revolução e caminhou para os debates internos que colocou fim a primeira fase da organização.

Neste último capítulo analisei os documentos da Polop de 1963 (a partir das teses aprovadas no II congresso), até o Programa Socialista Para o Brasil (de 1967), aprovado no quarto congresso. Nesta análise evidenciamos as mudanças e permanências programáticas da organização diante da mudança de conjuntura (Jango/Ditadura), seja em suas teses ou na organização interna.

Demos destaque para o debate que a Polop fazia sobre as Frentes, como interpretou o golpe e a ditadura, como resistiu a mesma, sobre o Foco Guerrilheiro e o futuro da revolução socialista no Brasil.

3.1. Frente de Esquerda, Frente de Classe

Na *Política Operária nº 6*, de meados de 1963, temos as propostas da Polop para organizar a esquerda brasileira e os trabalhadores, sua análise da situação nacional e internacional, sua crítica à política de alianças. A publicação pretendia contribuir para “o desenvolvimento da consciência revolucionária no Brasil”, que na perspectiva da Polop estava “ligada intimamente à própria prática revolucionária e à luta contra as concepções burguesas que visam deformá-las e desviá-las.”¹⁶⁸ A publicação não pretendia ser apenas um veículo de informação, mas de construção de um programa operário para o Brasil.

Ao analisar os dois primeiros anos da década de sessenta a Polop chegava à conclusão que a política nacional foi profundamente afetada pela crise do capitalismo brasileiro e decadência do imperialismo mundial. Para a organização as esquerdas não souberam analisar corretamente aquela conjuntura, causando uma ilusão de insurreição iminente, e a burguesia teria explorado bem essa incapacidade analítica das esquerdas mantendo sob seu controle as possíveis transformações em curso. Segundo a Polop esta estagnação das esquerdas provocou que as mesmas perdessem a liderança do processo, ora para a burguesia, ora para figuras de intenções bonapartistas (Jânio, Jango).

No cenário internacional a Polop pintava quadros de crise geral do sistema imperialista. Segundo a organização o fortalecimento do campo socialista era um dos motivos principais desta crise. Este fortalecimento se dava pelo crescimento econômico dos países do

¹⁶⁸ **O caminho da crise brasileira.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 2.

bloco socialista, muito acima das nações capitalistas que encontravam restrições de mercado devido ao baixo consumo nas áreas dependentes, saturando o mercado capitalista.

O choque entre grandes capitalistas mundiais também alimentava a crise, os países europeus tentavam conter a hegemonia econômica norte-americana, através da criação de blocos econômicos, mas não encontravam mais zonas para importação de capitais. Este processo de lutas por mercados provocava atritos entre os países imperialistas, e estes atritos agravavam-se à medida que aumentava a escassez de mercados, entretanto estas desavenças econômicas não criavam antagonismos entre os capitalistas, pois tinham um inimigo em comum: “A crescente expansão e o fortalecimento do mundo socialista e a decorrente ameaça ao velho sistema capitalista tornam hoje impraticável nova guerra interimperialista”¹⁶⁹. Portanto, para a Polop as principais perspectivas revolucionárias se apresentavam nos países retardatários, pois nestes havia um choque no seio da classe dominante, entre os burgueses nacionais e os grandes capitalistas estrangeiros.

Sobre o que ocorria no país, segundo a organização, era um estrangulamento do desenvolvimento capitalista brasileiro que vinha crescendo desde a primeira grande guerra mundial. A inflação já não servia mais como mecanismo capaz de promover a acumulação de capital tão desejada pelas classes dominantes, que viam o ritmo de industrialização cair, somado-se a isso a burguesia necessitava de mais mercados e divisas.

No campo político as mudanças acompanhavam a situação econômica, pois nesta fase houve um fortalecimento da burguesia paulista, “que passou a gozar de supremacia absoluta dentro da classe dominante e procurou exprimir essa situação no plano político”¹⁷⁰. Esta nova situação trouxe reviravoltas dentro da classe dominante brasileira que, após anos de domínio latifundiário-mercantil, viu os industriais paulistas reivindicarem novo esquema de relações, inclusive com os capitalistas internacionais, já que os paulistas também queriam melhorar sua parceria com imperialistas.

Na análise da Polop a burguesia industrial contava com a política financeira de Jânio Quadros para coloca-la à frente dos outros setores da classe dominante, mas seus objetivos foram frustrados com a renúncia do presidente. Já no governo de João Goulart a burguesia esperava estabilidade financeira para lhe assegurar uma margem estável de lucros.

Este momento era, na visão da Polop, ideal para a esquerda mobilizar as massas, que passavam por um momento de agravamento das condições de vida imposto pela inflação: “esse agravamento não poderá, com efeito, ser disfarçado por aumentos nominais de salário

¹⁶⁹ **Diretrizes para uma Política Operária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 7.

¹⁷⁰ Idem, p. 6.

nem pelo recurso indiscriminado às subvenções públicas, que caracterizam o período inflacionário”¹⁷¹. A saída reformista apenas deixava os trabalhadores à mercê da burguesia.

Outro problema enfrentado pela burguesia industrial, segundo a Polop, era os atritos dentro da classe dominante brasileira, que provocaram várias crises políticas. Uma delas foi a própria renúncia de Jânio, que viu naquela oportunidade a chance de individualmente alcançar uma fatia maior de poder, entretanto a manobra de sua renúncia não funcionou e Jango herdou o problema das disputas políticas da classe dominante.

Para a Polop o governo de João Goulart baseava-se na conciliação. Seu poder estava fundamentado na aliança com a direita, por isso as lutas internas no governo acabavam invariavelmente conciliando reformistas e conservadores. Para enfrentar as reformas de base Jango precisava se reestruturar constantemente, seu governo enfrentava o aguçamento das oposições dentro do Exército, dentro da liderança sindical, queixas de industriais e cafeicultores.

A organização acreditava que o plano de Jango era implementar um governo de tipo bonapartista. Para tanto o governo conseguiu o retorno ao presidencialismo, recolocando Jango à frente do poder e fortalecendo sua imagem, conseguiu dar os últimos retoques no Plano Trienal, obteve uma trégua com a burguesia e esperava com isso que a estabilidade financeira se revelasse tolerável para trabalhadores e a pequena burguesia. Na análise da Polop o governo janguista esperava consolidar o apoio das forças burguesas e imperialistas, diminuir o atrito com o setor latifundiário-mercantil mediante uma política de exportação bem sucedida, retirar as esquerdas da liderança das massas e desmoralizar o regime parlamentarista. Estas seriam as medidas que preparariam Jango para seu governo bonapartista, mas seus planos falharam quando a crise econômica trouxe efeitos inesperados.

João Goulart tentou manobrar sozinho, excluindo os setores mais radicais da esquerda, especialmente o PCB, isolando-os de seu comício no Largo do Machado e tentando mobilizar sozinho as massas. Isto teria, segundo a Polop, despertado receios tanto à direita quanto à esquerda. A direita tentou dominar a situação com o ministro da Guerra que ameaçou acabar com os “extremismos”, forçando um recuo de Jango. O Governo precisava conciliar os diversos interesses das forças políticas do país, mas os latifundiário-exportadores não aceitavam o programa de reforma da estrutura agrária e do comércio exportador, com isso desentendiam-se com a burguesia reformista, que queria o fortalecimento do mercado interno.

¹⁷¹ Idem, p. 7.

Por outro lado a crise diminui o poder de compra das massas trabalhadoras e provoca que a burguesia busque o mercado internacional. Para serem superadas estas contradições entre burguesia e latifundiários Jango necessitava do apoio da esquerda, mas o presidente “só representava qualquer coisa para a burguesia na medida em que lhe garante o controle das massas.”¹⁷² A Polop acreditava que Goulart tinha este controle através das organizações sindicais que o apoiavam, só lhe faltava “livrar-se desses intermediários ou torná-los totalmente dependentes de sua pessoa”¹⁷³.

Apesar das desavenças entre latifundiários e burguesia, a Polop acreditava que a principal contradição no país naquele momento estava entre burguesia e trabalhadores. Tanto a conciliação dos setores latifundiários e burguesia, quanto a crise econômica, desemprego, diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores levavam a entender que a contradição entre operários e burguesia se aguçava. Segundo a Polop sobre os ombros da classe trabalhadora pesavam os interesses de setores da burguesia e da pequena burguesia, que queriam modificar aspectos do Governo, mas a organização alerta: “Não há porque recusar ações conjuntas ocasionais com essas forças; mas o problema fundamental é centrar a luta sobre a classe operária, é deflagrar uma verdadeira luta de classes”¹⁷⁴. A organização aceitava realizar tarefas conjuntas, mas pontuava como deveria se dar estas parcerias:

Do ponto de vista das relações com as classes que podem auxiliar os trabalhadores na sua luta, ou que lhe podem ser úteis, a questão é inverter os termos em que se fez até hoje a sua colaboração; não mais auxiliá-las a pressionar o Governo para obter concessões a seus interesses específicos, mas forçá-las a se definir frente ao antagonismo que opõe a classe operária à burguesia e ao seu Governo.¹⁷⁵

Portanto a luta principal dos trabalhadores não deveria ser por concessões dentro do sistema de governo vigente, e sim a ruptura do mesmo. Para a realização desta tarefa a Polop acreditava na formação de uma frente de esquerda, atrair para a posição da Polop os setores hesitantes da esquerda, disputando-as ideologicamente, difundindo as teses da Polop em um trabalho de proselitismo.

A Polop acreditava que era preciso livrar o proletariado brasileiro da tutela ideológica burguesa, despertando sua consciência de classe. Esta tarefa cabia à vanguarda das esquerdas revolucionárias do país, que deveriam formar um partido revolucionário da classe. O partido, na visão da Polop, era o mecanismo que levaria a classe trabalhadora a adquirir sua

¹⁷² **O caminho da crise brasileira.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 3.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

consciência, ele surgiria do processo de “penetração das ideias revolucionárias do marxismo na classe operária”¹⁷⁶.

A vanguarda na visão da Polop era:

...um número restrito de pessoas que por seu nível mais elevado de compreensão dos problemas sociais, por maior experiência e conhecimento das condições históricas em que a luta de classes se desenvolve, pela disposição de trabalho e pela capacidade de liderança, se colocam em condições de dirigir a luta de uma determinada classe social, em um dado período histórico.¹⁷⁷

E também a ação prática junto às massas, para conscientizá-las de seus interesses, para mostrar que a atuação revolucionária constituía o único caminho para mobilização dos trabalhadores. A Frente da Esquerda Revolucionária da Polop também servia de denúncia contra a Frente Ampla com a burguesia.

As teses dos comunistas sobre a política “frentista” eram bem conhecidas. A orientação da Internacional Comunista¹⁷⁸ amplamente discutida pelos comunistas brasileiros remonta as experiências ocorridas nas primeiras décadas do século XX.

A Internacional Comunista diante da derrota da social-democracia na Alemanha e a ascensão de Hitler rever sua posição com relação à política das “frentes”. A Internacional tinha uma grande resistência a união dos comunistas com partidos social-democratas ou outras esquerdas. Sua posição até 1934 era favorável a “frente única operária”, mas isso mudou. A partir deste ano, devido a políticas internacionais de Moscou, sucedem-se em cadeia inúmeros pactos de unidade de ação entre socialistas e comunistas, os partidos comunistas de vários países europeus aderem ao pacto de unidade, como os franceses, italianos e espanhóis. Entretanto durante a existência da IC nenhum partido comunista conseguiu chegar a unificação com a ala esquerda da social-democracia num partido único de orientação marxista – o caso espanhol foi o que mais chegou perto disso.¹⁷⁹

¹⁷⁶ **Diretrizes para uma Política Operária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 8.

¹⁷⁷ **Proposta para o III congresso,** 1964. CEDEM/UNESP, p. 1.

¹⁷⁸ No III Congresso, portanto, consagrou-se a tática que indicava aos Partidos Comunistas uma política que os levasse a se constituírem em maiorias no seio da classe operária. Sob o dístico de “*às massas*”, recusava-se todo o sectarismo e o *putschismo* aventureiro, praticado por algumas das Seções Nacionais da Terceira Internacional e, ao mesmo tempo, procurava-se encaminhar o movimento comunista para dentro dos organismos de massas, os sindicatos principalmente, para a partir dali formarem a necessária frente única que encontrasse o termo da *realpolitik* e da ação revolucionária almejada. No estrito terreno da classe operária, o essencial de ambas as políticas era o pressuposto de que o Partido Comunista deveria caminhar para se constituir em força hegemônica no seio do proletariado, ganhando a maioria da classe para o seu projeto. Os Partidos Comunistas, surgidos do grande ascenso revolucionário do pós-guerra, viram-se, pela primeira, vez na iminência de elaborarem uma tática que não fosse meramente ofensiva, mas uma tática apropriada a um período de relativa estabilização do capitalismo, tática esta que combinasse medidas defensivas, com a preparação da ofensiva revolucionária pela classe trabalhadora. Zacarias (2007, p. 4)

¹⁷⁹ CLAUDIN (1985).

No caso francês os comunistas acabam se aproximando da política de defesa nacional (devido especialmente a pactos entre Paris e Moscou na época) e participam da formação de uma ampla “frente popular”, ampla devido a participação inclusive, de partidos burgueses, algo até então sem antecedentes na história da IC. Para a Internacional a política frentista avançaria até atemorizar as frações burguesas, levando a frente a desembocar numa mudança radical e revolucionária, mas não foi o que aconteceu na França. O partido comunista francês perdeu a pequena burguesia e os camponeses para os partidos burgueses e ficou completamente isolado, nem a política de defesa nacional contra a ameaça nazista deu frutos.

180

As políticas de frente também foram bastante discutidas na Polop e teve papel central em suas teses sobre a organização da esquerda brasileira e da classe trabalhadora. O primeiro artigo da *Política Operária* nº 6 tratava especificamente da Frente de Esquerda. Para a Polop a burguesia brasileira atacava duramente a classe trabalhadora, com o aval do então presidente João Goulart, este que segundo a organização realizava uma política conciliatória entre as camadas da classe dominante. O governo garantia através de suas políticas econômicas de desvalorização do salário dos trabalhadores a extração da mais-valia aguardada pelos burgueses, latifundiários e imperialistas, o aumento da inflação, aumento dos impostos, contenção das reivindicações salariais e encarecimento dos serviços públicos.

A política governamental mascarada de progresso e nacionalista tornava o Brasil dependente do FMI e das imposições norte-americanas. Segundo a organização, tudo isto era possível graças às promessas janguistas de reforma na estrutura social e econômica do país, que mistificavam as massas e mascaravam seu governo antipopular. Para a Polop, correntes reformistas da esquerda (especialmente o PTB) associados aos reformistas burgueses contribuem para toda esta mistificação das massas, dificultando “o avanço da consciência de classe do proletariado e da sua constituição em força revolucionária – condição indispensável para que se transforme realmente a estrutura econômica e social do país”¹⁸¹.

Àquela altura, meados de 1963, a organização acreditava que a atuação das vanguardas revolucionárias era o único meio possível de levar as massas a um caminho revolucionário. O processo político brasileiro exigia um plano de ação para as massas e um plano de organização revolucionária, as forças de esquerda haviam deixado de lado essas tarefas importantes, pois estavam “excitadas pela ilusão insurrecional”¹⁸². Esta ilusão foi

¹⁸⁰ CALUDIN (1985).

¹⁸¹ **Por uma Frente da Esquerda Revolucionária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 4.

¹⁸² **Diretrizes para uma Política Operária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 11.

criada, segundo a Polop, pela crise de crescimento do sistema capitalista que levou no começo da década de sessenta a uma crise institucional. As esquerdas não souberam compreender a crise, acreditando estarem vivendo um processo de insurreição iminente, “ilusão essa que a burguesia explorou deliberadamente, a fim de manter sob seu controle as transformações em curso”¹⁸³.

Para a Polop as esquerdas brasileiras caracterizavam-se por sua insuficiência teórica, pela proliferação de pequenos grupos no seu interior, que disputavam variadas correntes ideológicas e também por sua desorganização partidária. A insuficiência teórica se dava na incapacidade que as esquerdas tinham de analisar com precisão o processo brasileiro, o que provocava também a incapacidade de entender suas próprias tarefas, dogmatismos e esquematismos. Segundo a Polop outros problemas destas esquerdas eram o baixo nível das discussões internamente ou entre si, tarefa política que a própria Polop esforçou-se em realizar nos seus anos de existência, vide seus periódicos e debates teóricos intensos.

O último problema acarretado pela insuficiência teórica, apontado pela Polop era o “despreparo da maioria de seus quadros e na carência de um trabalho interno para obviar esse inconveniente”¹⁸⁴. O resultado era uma atuação política sem diretrizes, efetuadas pelo espontaneísmo do processo político, a reboque de grupos ou das massas. Esta política, taxada pela Polop de oportunista, acabava levando o proletariado a uma luta “pela satisfação de seus interesses dentro de um sistema que exclui essa satisfação”¹⁸⁵.

A realidade da esquerda brasileira no começo dos anos 1960, tal qual analisado pela Polop, pintava de um lado as esquerdas oportunistas e do outro aqueles que se esforçavam na apreensão da dialética marxista. Estes conflitos ideológicos levavam a uma maior difusão das teses da esquerda e sensibilizavam áreas cada vez maiores, esta difusão se dava pela cisão de organizações já existentes e formação de grupos novos. A Polop via isto com olhos positivos, pois mostrava a fermentação efetiva das esquerdas dentro do corpo social, e também a tendência do movimento revolucionário à desagregação e unificação, mas isto não era problema para a organização, pois a “unidade do movimento revolucionário é, com efeito, algo que está sempre feito e refeito no curso da luta, num esforço contínuo de superação das influências centrífugas surgidas de sua própria base social”¹⁸⁶.

O declínio do PCB prova a incidência destes problemas na esquerda brasileira. Aquele partido teve redução de seus efetivos, diminuição de sua influência eleitoral, além do

¹⁸³ Idem, p. 10.

¹⁸⁴ **Perspectivas da Luta de Classes no Brasil**. Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 15.

¹⁸⁵ Idem, p. 15.

¹⁸⁶ Idem, p. 16.

desprestígio ideológico, que segundo a Polop foi causado pelas posições favoráveis do PCB em relação ao nacionalismo e o reformismo. O declínio da esquerda também podia ser comprovado pelo surgimento de frentes para-classistas, pela atuação autônoma das organizações sindicais, profissionais e estudantis na condução dos movimentos de massa. O colapso do monopólio ideológico do PCB teria desorganizado a esquerda, mas proporcionou uma retomada das fontes marxistas, fazendo surgir novas organizações, incluindo a Polop.

Este processo de questionamentos e perda de monopólio por parte dos partidos comunistas tradicionais não acontece somente no Brasil. A Polop analisa que o crescimento do socialismo no mundo naquele período minou a direção centralizada do movimento comunista, pois ao englobar diversos países o bloco socialista deparou-se com diferentes estruturas socioeconômicas, tradições revolucionárias distintas e problemas peculiares, que suscitou formas diferentes de apropriação da teoria marxista.

A Revolução chinesa e cubana foram dois exemplos de situações peculiares que contrapuseram alguns mitos criados pelo stalinismo, especialmente a revolução cubana para os latino-americanos. Alguns destes velhos mitos derrubados, segundo a Polop, foram a impossibilidade prática de realizar a revolução socialista devido à proximidade com os Estados Unidos, e a necessidade de uma ação conjunta de classes com destaque para a participação das burguesias nacionais. Segundo a organização a Revolução cubana radicalizou as posições de todas as classes nos países latino-americanos forçando em vários deles o estreitamento de laços entre as burguesias nacionais e o imperialismo, ou aguçando as brechas entre os mesmos. O movimento cubano desmascarou para as massas a face brutal da espoliação imperialista.

A Revolução cubana teria também deslocado o hemisfério sul para o centro da disputa capitalista e socialista, mostrou para as esquerdas novas formas de ação independentes dos partidos tradicionais, comunistas ou não. Os cubanos teriam, na análise polopiana reabilitado o marxismo-leninismo no continente, inauguraram um novo centro de ação e elaboração marxista.

A Polop reconhece que aquela situação precária da organização do PCB sofreu vários golpes ao longo da história do partido. Em 1935 com o fracasso da revolta comunista, com a instauração do regime policial do Estado Novo dois anos depois, a passagem do partido para a ilegalidade em 1947, e em 1961 quando o partido adota oficialmente nova orientação. Esta atuação descontínua do principal partido comunista do Brasil, cheio de hiatos entre as gerações que dele fizeram parte, mostra a gravidade da situação de desorganização da esquerda comunista brasileira, para Polop, portanto:

Perde-se, assim, vasto cabedal de experiência prática, dificulta-se a acumulação de posições concretas obtidas no processo de luta e não se provê à elaboração de uma tradição revolucionária, que oriente as novas gerações chegadas ao limiar da ação política. Estas pelo contrário, são continuamente forçadas a redescobrir por si mesmas postulações teóricas, métodos de ação e a própria realidade brasileira, num esforço penoso que dificulta o avanço do movimento revolucionário, ao mesmo tempo que favorece a indisciplina partidária.¹⁸⁷

A Polop destacava a necessidade de organizar a esquerda revolucionária, o papel desta deveria ser o de dar consciência ao proletariado, organiza-lo e levar o movimento das massas rumo à tomada do poder. Daí a preocupação da Polop em debater tarefas para esta esquerda. Naquela conjuntura a esquerda se encontrava numa etapa específica de preparação revolucionária, portanto a Polop acreditava na necessidade da propaganda e da organização do proletariado. Para a Polop a ação da vanguarda dependia da luta espontânea das massas, mas “se trata aí de servir-se dessa luta para levar às massas o ideal revolucionário, e, em torno dele, lançar as bases da organização do proletariado, isto é, criar as condições para que se exerça a direção do Partido revolucionário”¹⁸⁸.

Para a Polop nesta fase da atuação das massas, a luta legal tende a se sobrepor à luta ilegal. O inverso ocorreria quando a luta de massas assumisse os termos de luta de classes e enfrentasse frontalmente as instituições burguesas, atingindo deste modo o que a Polop chamava de fase insurrecional. A partir daí se sobressairiam as formas de luta ilegal e o movimento de massas enfrentaria o problema da luta armada:

É nesta etapa que as diferentes formas de luta armada – inclusive as guerrilhas – ocupam o centro das preocupações da vanguarda revolucionária, que deve escolher dentre elas as que mais se ajustam às suas conveniências estratégicas e à correlação existente entre as forças em presença.¹⁸⁹

Para a Polop a luta armada só se configuraria plenamente quando se esgotasse completamente as possibilidades da luta legal, “isto é, quando as massas, através de sua experiência prática, e já de posse de uma perspectiva revolucionária, constatarem a impossibilidade de resolver seus problemas dentro do regime burguês”¹⁹⁰. Não era o espontaneísmo das massas, nem a atuação das vanguardas revolucionárias isoladamente que iniciaria a fase insurrecional, era preciso passar pela fase de organização do movimento de massas (tarefa da vanguarda revolucionária), e enquadrá-lo na autêntica luta de classes:

¹⁸⁷ Idem, p. 17

¹⁸⁸ Idem, p. 21.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

...dando consciência de classe e organizando o proletariado a partir de sua luta espontânea que a vanguarda revolucionária leva as massas a esgotar o arsenal das soluções burguesas e as conduz à fase insurrecional, proporcionando-lhes, simultaneamente, as condições ideológicas e organizativas para passar da fase insurrecional à implantação do regime socialista.¹⁹¹

Era trabalho essencial da vanguarda revolucionária o trabalho teórico, pois segundo a Polop este trabalho está presente em todas as etapas da luta de classes, e se desenvolve em dois sentidos: “através da análise e interpretação das condições objetivas em que se desenvolve o processo político”¹⁹². As análises conjunturais são bem presentes nos escritos da organização, a Polop criticava bastante a atitude de outros comunistas que adotavam esquematicamente e sem críticas modelos teóricos ou políticos estrangeiros.

O outro sentido se dava “através da luta movida contra a ideologia burguesa, quando contribui para o avanço da consciência de classe do proletariado e corta pela raiz os desvios de caráter reformista e oportunista, que a esquerda enfrenta em cada momento de sua atuação”¹⁹³. Portanto, para a Polop, naquela etapa da luta de classes em 1962 as principais tarefas da esquerda revolucionária consistiam em estudar, propagar, agitar e organizar o movimento de massas, na cidade e no campo.

Mas estas tarefas da esquerda revolucionária encontravam sérias dificuldades naquela conjuntura. Em primeiro lugar o fato das lutas se desenvolverem dentro do regime burguês, portanto nos marcos legais, e segundo a divisão de forças e insuficiência teórica que vivia a esquerda.

Era preciso então, agrupar as forças de esquerda em uma frente ampla, uma *Frente da Esquerda Revolucionária*, com “um programa de ação amadurecido em ampla discussão”¹⁹⁴, pautado na tradição do marxismo-leninismo e que lutam pela revolução socialista. Podemos perceber a confirmação do amadurecimento de duas das principais bandeiras pelas quais ficou conhecida a Polop: a revolução socialista e independência de classe:

Não podem consentir que o povo continue entregue à pilhagem das classes dominantes, sem procurar levantá-los contra o sistema de exploração e de opressão que esmaga. Estão por isso obrigados a unir suas forças em uma ação comum, combatendo ao lado dos trabalhadores contra a exploração capitalista e abrindo-lhes a perspectiva de uma transformação radical da sociedade brasileira, cuja realização só poderá ser obra deles próprios. É intensificando a luta de massas e imprimindo-lhes um caráter de classe que prepararemos o terreno para um Governo revolucionário dos trabalhadores e faremos avançar a luta pelo socialismo no Brasil.¹⁹⁵

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ **Por Uma frente da Esquerda Revolucionária**. Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 4.

¹⁹⁵ Idem.

Esta tarefa imposta à Frente de Esquerda deve conter uma política operária para o Brasil, e para tanto era necessário a formação de um partido revolucionário. A Polop se enxergava como vanguarda colaboradora para formação deste partido, mas este não deveria ficar restrito às esquerdas de vanguarda, e sim formar-se no bojo da luta de classes: “Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organicamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e das pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima”¹⁹⁶.

O partido operário de massa já supõe a existência de um proletariado politicamente emancipado da tutela burguesa. Por outro lado essa independência não vem espontaneamente, sendo, por sua vez, produto da atuação constante de uma vanguarda que cresce qualitativamente e quantitativamente como setor mais consciente da classe.¹⁹⁷

A Polop formou-se para suprir a lacuna de uma vanguarda marxista, e sua tarefa fundamental era a formação de um partido operário revolucionário e nos moldes marxistas. Para enfrentar o problema da penetração orgânica na classe operária, a organização propõe a mobilização de todas as forças que possam influir na luta do proletariado.

A Polop incluía planos de ação para a autonomia e liberdade sindical, rompendo com a tradição adotada pela esquerda política que se limitava a tentar conquistar as cúpulas sindicais, esta velha esquerda política não se interessava em questionar a estrutura sindical. Para a Polop era necessário que se mobilizassem “as massas e que se dirija a ofensiva justamente contra aqueles recursos jurídicos e materiais que a burguesia tem a seu dispor para sufocar a vida sindical”¹⁹⁸.

Para tanto a organização propôs a dissolução do Fundo Sindical, abolição da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, direito de greve sem restrições e outras formas de controle que o Ministério exercia sobre a atividade sindical, inclusive financeiro através do Banco do Brasil. Suas tarefas sindicais se estendiam ao campo com a sindicalização independente do trabalhador rural, reforma agrária sem indenização e organização camponesa para defesa contra forças militares.

A Polop propôs à esquerda marxista-leninista a função de aglutinadores da massa, proporcionando aos trabalhadores uma perspectiva de transformação radical da sociedade, por isso a importância da formação de uma frente da vanguarda da esquerda. Simultaneamente a

¹⁹⁶ Idem, p. 5.

¹⁹⁷ MENDES, Eurico. **O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda**. Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 26.

¹⁹⁸ Idem p. 28.

esta Frente de Esquerda a organização propôs uma *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. A organização acreditava que somente a união independente de todas as classes exploradas do país seria capaz de derrotar a união das forças conservadoras, representadas pelo capital nacional e internacional.

Àquela altura do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a agropecuária ficou à margem da indústria, o centro do poder político havia passado para as cidades fortalecendo a burguesia em detrimento do setor latifundiário e mercantil. De um lado a Polop enxergava os centros urbanos usufruindo do desenvolvimento industrial, e do outro a campo se encontrava em situação pré-capitalista, a renda era excessivamente baixa, o que diminuía o poder de consumo dos trabalhadores do campo, portanto não ofereciam mercado para a indústria do país.

A penetração do capitalismo no campo trazendo novas técnicas e equipamentos só ocorria próximo aos grandes centros industrializados, mas isso não impedia a dupla exploração dos trabalhadores do campo pela indústria e pelos latifundiários:

O campo fornecedor de matéria-primas para a indústria e produtos alimentares assiste à deterioração do valor de seus produtos, oprimido pelo capital industrial, financeiro e comercial. A cidade esmaga o campo. A contradição entre cidade e o campo se aguça. Todo o ônus da industrialização iniciante pesa sobre os ombros já vergados, pelo peso do latifúndio, dos trabalhadores do campo.¹⁹⁹

A burguesia brasileira precisava resolver seu problema de mercado, procurando de alguma forma realizar reformas no campo, mas os latifundiários reagiam a qualquer transformação, por menor que fosse que limitasse seus privilégios. O crescimento do capitalismo esmagava o campo, o que proporcionava, segundo a Polop, condições para o crescimento da consciência política dos trabalhadores rurais.

O domínio de latifúndios no país, voltados quase que exclusivamente para exportação, regime de trabalho quase de semiescravidão, atestava a extrema penúria vivida pelos trabalhadores do campo. A estrutura agrária brasileira era “pré-capitalista tendendo para capitalista, [e nela] encontramos toda sorte de relações de produções e classes sociais no campo, intermediárias entre o sistema feudal e o capitalista de produção”²⁰⁰.

Portanto a Polop não exclui a existência de resquícios feudais no campo brasileiro: “A exploração a que é submetido o camponês preso a esta estrutura muito se assemelha à sofrida

¹⁹⁹ MOURTHÉ, Arnaldo. **Problemas dos trabalhadores do campo**. Política Operária n° 7, 1963. CEDEM/UNESP, p. 11.

²⁰⁰ Idem, p. 12.

pelos camponeses da Europa às vésperas das revoluções burguesas”²⁰¹. Mas estes requícios não tornava o Brasil um país pré-capitalista, na concepção da organização as formas pré-capitalistas de exploração existiam em parte do campo brasileiro, que ainda não tinha sofrido com a interferência industrial capitalista.

Sobre os movimentos sociais no campo a Polop analisou que o desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente penetração no campo provocou mudanças nas relações existentes até aquele momento, e fez surgir um movimento espontâneo das massas camponesas, que se organizaram- em duas principais vertentes. De um lado as Ligas Camponesas, que a Polop acreditava fazer um trabalho “essencialmente agitado à base de palavras de ordem pequeno-burguesas”²⁰². Do outro lado o PCB também atuava no campo, mas “procurou dar-lhe uma organização burocratizada e imprimir-lhe a sua ideologia reformista”²⁰³.

Para a Polop as Ligas Camponesas foram o primeiro movimento de massas organizado do campo brasileiro, entretanto faltava-lhe organização revolucionária e sua liderança pequeno-burguesa tinha uma visão deformada do processo político brasileiro, portanto “foi incapaz de conduzi-las nos momentos difíceis, precipitando e agravando a crise com atitudes aventureiras e irresponsáveis”²⁰⁴. Apesar das críticas, a Polop reconhecia o grande valor da experiência das Ligas, e foi influenciada pelas conquistas das Ligas, que mostraram o potencial de luta dos trabalhadores do campo.

Entretanto a Polop não concordava com a forma de sua organização, para ela as Ligas não conseguiam superar o radicalismo e o reformismo pequeno-burguês, era preciso uma atuação revolucionária conseqüente, que passava por organizar os camponeses em dois níveis:

a) o das associações de massa, onde, trabalhando juntamente com as demais forças de esquerda, tratará a Polop de reestruturar e ampliar as associações ligas e sindicatos no plano local, e orientar esses organismos para uma integração de tipo federativo, coroada por uma Confederação nacional; e b) o da organização partidária, onde lhe cabe criar condições no campo para o futuro Partido revolucionário, iniciando uma política sistemática de formação de quadros marxista-leninistas e de politização das massas.²⁰⁵

Com isto o objetivo da organização era vincular o movimento camponês ao operário, numa central única, no plano sindical, e numa frente única de classe no plano político. A

²⁰¹ Idem.

²⁰² **Diretrizes para uma política operária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 10.

²⁰³ Idem, p. 10.

²⁰⁴ MOURTHÉ, Arnaldo. **Problemas dos trabalhadores do campo.** Política Operária nº 7, 1963. CEDEM/UNESP, p. 13.

²⁰⁵ **Diretrizes para uma política operária.** Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP, p. 10.

Polop analisava que o avanço do capitalismo no campo enfraqueceria os latifundiários, reforçando progressivamente as camadas médias e superiores do campesinato, teria como resultado o aguçamento do antagonismo latente entre os camponeses assalariados e a burguesia rural.

As massas camponesas em luta juntamente com o proletariado industrial conscientizado uniriam forças e formariam um movimento de classe capaz de se contrapor a classe dominante, a Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Esta proposta da Polop vinha para se contrapor à frente única com a burguesia nacional, esta última defendida pelas esquerdas tradicionais.

A Polop criticava a aliança de classes e não acreditava no imperialismo como um inimigo em comum das classes dominantes e dominadas brasileiras:

Somente denunciando a política das classes, de todas as suas facções, da burguesia e do latifúndio, mediante uma luta pela defesa eficiente do nível de vida, isto é, contra a exploração do capitalismo nacional e imperialista, se despertará nas massas operárias a consciência do papel que elas já podem desempenhar na luta de classes.²⁰⁶

A posição da Polop era contrária a união da classe trabalhadora com setores da classe dominante, a organização não acreditava no papel revolucionário da burguesia nacional, a organização prezava pela formação política e teórica marxista do proletariado, o operário fabril consciente e organizado lutaria “eficientemente para solução do problema agrário e levará os trabalhadores do campo a fazer sentir o seu peso na política nacional”²⁰⁷. Os trabalhadores do campo tinham importante papel na revolução socialista pensada pela Polop, mas os protagonistas eram os operários urbanos organizados pela esquerda de vanguarda de orientação marxista.

3.2. Não aceitaremos o golpe, venha de onde vier

Desde 1961, quando Jânio Quadros renunciou à presidência, e João Goulart foi impedido de assumir com uma manobra política feita através de emenda à Constituição que estabeleceu o parlamentarismo, a sombra de um golpe rondava a vida política brasileira. Desde sua fundação a Polop debatia sobre a possibilidade de um novo golpe no Brasil e de quais grupos partiria, mas a partir de 1963 a organização começou a trabalhar com a hipótese de que a ameaça de uma ditadura aberta era iminente.

²⁰⁶ MOURTHÉ, Arnaldo. **Problemas dos trabalhadores do campo**. Política Operária n° 7, 1963. CEDEM/UNESP, p. 11.

²⁰⁷ Idem.

Apesar das diferenças entre os governos burgueses de Jânio Quadros e Jango, já que o segundo vivenciou o processo de acirramento da radicalização política, o avanço da crise econômica, aguçamento das contradições de classe na cidade e no campo, as tentativas golpistas de ambos foram, na análise da Polop, bastante semelhantes:

As circunstâncias em que se realiza o II Congresso apresentam pontos afins com as que prevaleciam em janeiro de 1961: assim como, naquela época, a burguesia compunha-se em torno de S. J. Quadros, credenciado, por sua vitória nas urnas, para tentar a aventura bonapartista com que a classe dominante contava superar suas dificuldades, assim também os representantes do capital nacional e estrangeiro estreitam, agora, a roda em volta do Sr. João Goulart, ungido pelo plebiscito de 6 de janeiro para retomar aquilo que a renúncia de Quadros frustrou.²⁰⁸

Ao analisar a classe dominante brasileira a Polop colocava de um lado a burguesia industrial, esta buscava os padrões do capitalismo dos países altamente industrializados, altas margens de lucro com estabilidade econômica e social. Para tanto ela veio se apoiando em algumas figuras ao longo da história brasileira, Getúlio, Juscelino, o fracasso com Jânio. Naquele ano de 1963 a burguesia brasileira exigia reformas políticas e sociais para sair da situação de crise econômica que atravessava, os obstáculos por ela enfrentados eram “a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial”²⁰⁹. A situação anacrônica eram os resquícios feudais que parte do campo vivia à época, regime quase semiescravista, latifúndios. A burguesia queria também diminuir a remessa de lucros para o exterior, tentando negociar com os capitalistas estrangeiros uma posição melhor no mercado mundial.

De outro lado da classe dominante temos “o latifundiário tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários, que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status-quo*”²¹⁰. No Brasil a Polop analisa que os representantes destas duas principais linhas da classe dominante são Jango para a burguesia, e Carlos Lacerda para os latifundiários. O primeiro era o porta voz das reformas e o segundo havia reunido as forças conservadoras do país a sua volta.

Para a Polop ambas as facções colaboram com o imperialismo, ambas “as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominantes e reunificá-las sob o seu domínio”²¹¹. Lacerda seria uma espécie de aposta a longo prazo, pois ele era representante dos chamados coronéis, minava as bases eleitorais de

²⁰⁸ **As tarefas da Política Operária**. Janeiro de 1963. CEDEM/UNESP, p.1.

²⁰⁹ MENDES, Eurico. **Por uma Frente de trabalhadores da cidade e do campo**. Política Operária nº 7, 1963. CEDEM/UNESP, p. 10.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

partidos de centro como o PSD, e segundo a Polop, era o representante reserva da grande burguesia industrial e do comércio caso a experiência reformista com Jango desse errado.

A Polop acreditava que naquele final de 1963 Jango ainda mantinha relativo controle sobre a política do país, mas a organização alertava que ambas as facções visavam solucionar seus problemas através da força, visavam restringir os precários direitos democráticos dos trabalhadores, portanto visavam golpes. A classe dominante diante de sua crise visava reduzir ainda mais o nível de vida dos trabalhadores, portanto esta situação definiria o caráter final do golpe: “Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, uma vez consolidado, ele terá de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabará desfraldando a gasta bandeira do anticomunismo”²¹². Naquela conjuntura para a Polop o golpe no Brasil só poderia partir dos setores da classe dominante. Portanto, só uma frente única de classe, com trabalhadores da cidade e do campo poderia criar um movimento capaz de opor-se à ameaça de golpe das classes dominantes.

Nas análises da Polop o governo burguês de Jango procurava manter o controle das massas trabalhadoras, esforçava-se para não perder a liderança do processo das reformas de base, apresentava-se como nacionalista e defensor da democracia, mas buscava expurgar setores radicais dos militares contrários à sua posição centrista. A Polop alertava que esta política tinha limites, pois a burguesia não acompanharia Jango caso este decidisse romper definitivamente com latifundiários ou os imperialistas. Portanto, a Polop não concordava com soluções reformistas que a velha esquerda tradicional insistia em defender.

João Goulart havia assumido compromisso com os trabalhadores ao prometer realizar as reformas de base, mas segundo a Polop até aquele ano a atuação de Jango tinha sido de traição, pois o mesmo atacava sistematicamente direitos trabalhistas, como contenção das reivindicações salariais e aumento de tributos. Do outro lado abandonou a política independente, submisso aos interesses imperialistas, não realizou a regulamentação da remessa de lucros e distribuía subsídios aos grandes capitalistas:

Afirmar, portanto, a esta altura dos acontecimentos que a política do Governo é de conciliação já não corresponde mais à realidade. Pois o que caracteriza o governo atual é a traição pura e simples aos compromissos que assumiu para com as classes populares.²¹³

No ano de 1964 a Polop retoma o formato de jornal para seu *Política Operária*, especificamente no número oito de sua publicação abandonando o formato de revista

²¹² Idem.

²¹³ **Carta aberta ao P.C.B.** Política Operária nº 7, 1963. CEDEM/UNESP, p. 17.

trimestral. O jornal tinha claras intenções de agitação e propaganda, passando a uma linguagem mais direta, com artigos curtos. Isto provocou uma diminuição nos textos analíticos mais profundos, mas sua abordagem teórica permanecia presente, nos proporcionando acompanhar a evolução da perspectiva da Polop nos meses finais que antecederam o golpe de 1964. A mudança no seu principal periódico estava ligado à evolução do processo político brasileiro:

Os três anos que se passaram, desde que surgimos, trouxeram profundas alterações para o país. O aprofundamento das contradições entre as classes exploradoras e as classes trabalhadoras do Brasil fizeram avançar sensivelmente as lutas de classe. A ascensão do movimento grevista, a formação do CGT, as tomadas de terra e os choques armados no campo, a intervenção dos sargentos e soldados na vida política – estes elementos compõem um quadro bastante diferente do que conhecemos no passado e anunciam, para a luta revolucionária, combates decisivos.²¹⁴

No *Política Operária* número 8, de janeiro de 1964 a manchete do jornal era “*SUPRA: Camponeses farão o que o Governo não fez*”. No corpo do periódico a organização analisa as intenções golpistas de Jango, que naquela altura a Polop acreditava que era o mais próximo de concretizar um golpe.

No texto a Polop discute o decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), que pretendia desapropriar as terras situadas na faixa de 10 km às margens de rodovias e ferrovias federais. Para efeito de comparação a Polop coloca um dado que mostra que as rodovias federais brasileiras na época somavam juntas cerca de 30 mil km de extensão.

As áreas abrangidas pelo decreto eram aquelas que davam maior margem a especulação e onde ficavam situadas as maiores fazendas pertencentes aos latifundiários. Na época houve ampla mobilização dos partidos políticos de base latifundiária, como o PSD e a UDN, sem contar os políticos, deputados e senadores, que seriam atingidos por tal decreto.

Para a Polop o governo Jango nunca pretendeu levar adiante aquela medida, pois o governo não tinha recursos suficiente para aplicá-la: a quantia necessária para realizar tamanha desapropriação superava a quantidade de papel moeda em circulação. E também a falta de aparelhamento da SUPRA, que não tinha planos concretos para o aproveitamento da área. Então, por que o interesse de Jango neste decreto?

Para a Polop não era na reforma agrária que João Goulart estava pensando, pois para isto bastava o apelo para as manifestações das massas. Segundo a organização o “objetivo fundamental foi o de encostar à parede o PSD e o próprio Congresso, mostrando-lhe as

²¹⁴ **SUPRA: Camponeses farão o que o governo não fez.** *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP, p. 4.

poderosas armas de que dispõe o Governo para obrigá-los a ceder a seus propósitos”²¹⁵. Estes propósitos giravam em torno da tentativa de João Goulart de conseguir a adesão do Congresso e do PSD para seus planos golpistas.

Os planos golpistas de Jango e a capacidade de concretizá-los foram testados no episódio do estado de sítio em setembro de 1963, quando o presidente tentou decretar um estado de exceção, mas não teve apoio das forças políticas de esquerda, nem de direita, e nem do Congresso que “negociou o quanto pode, até que a mobilização popular no país lhe permitiu opor-se abertamente”²¹⁶.

Negar o pedido de estado de sítio de João Goulart não fazia os setores de direita do congresso mais ou menos democráticos que Jango. Se não atenderam tal pedido devia-se exclusivamente a interesses próprios, os partidos conservadores e seus representantes tinham medo do poder que o presidente poderia alcançar:

Quando os partidos reacionários, como o PSD, se negam a ceder ante as intenções golpistas do Sr. Goulart, fazem-no, evidentemente, em atenção exclusiva aos seus próprios interesses. Preferem este regime, em que dispõem de influência, do que uma ditadura, em que ficariam à mercê das boas graças do Sr. Goulart. Não os move, portanto, nenhum interesse pela causa do povo.²¹⁷

Para a Polop tanto a tentativa de desapropriação das terras nas margens das rodovias federais, quanto o pedido do estado de sítio não passavam de manobras da figura de Jango, que tinha uma relação política complicada com os vários setores da sociedade brasileira, seja os trabalhadores ou a classe dominante, mas sem dúvida a burguesia era a privilegiada deste processo. Apesar das intenções vistas pela Polop como bonapartistas, João Goulart representava um Estado Burguês:

Quando o Sr. Goulart insiste em sua intenção golpista, também não está sendo impulsionado por qualquer vinculação à causa do povo. O que lhe interessa é o poder pessoal, é a ambição de mando. Serve-se das reformas para obter o apoio da esquerda reformista e para fazer crer às massas que está a serviço destas. Presta, com isto um serviço à burguesia, pois dificulta a mobilização das massas para lutar por conta própria.²¹⁸

O Governo Jango revelava estar ao lado dos interesses da burguesia brasileira quando acabou recuando do plano da SUPRA e ao mesmo tempo atacava lideranças sindicais, alterou o projeto de regulamentação da lei de remessa de lucros e mantinha relações secretas com o presidente dos Estados Unidos. Isto, segundo a Polop levava Goulart a “cometer contínuas

²¹⁵ Idem, p. 2.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

tentativas de golpe, pois está consciente de que o desejo da burguesia de reprimir o movimento operário torna cada vez mais necessária, para essa classe, a instauração de uma ditadura”²¹⁹

Na visão da Polop a burguesia brasileira enxergava as causas da crise burguês-latifundiária, mas não podia resolvê-las, pois não tinha como realizar as reformas de que falava. As reformas envolviam o fim do latifúndio e a expulsão do imperialismo, o que na prática significava que a burguesia brasileira perderia sua posição de classe dominante, e a mesma temia o crescimento do movimento dos trabalhadores caso as reformas fossem concretizadas. O medo dos operários acabou levando os burgueses a estreitar laços com o latifúndio e o imperialismo, em vez de se afastar.

Para a Polop a principal contradição daquele estado burguês era entre a burguesia industrial brasileira e o proletariado. Naquela altura a democracia burguesa já dava sinais de que não se sustentaria, a burguesia marchava “inevitavelmente para o golpe e a ditadura, com o que pretende controlar a situação explosiva que ela mesma criou...”²²⁰. Para a Polop somente um Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo seria capaz de fazer frente a este golpe, mas deveria ser um governo revolucionário, “apoiado em milícias operárias e camponesas e em comandos de sargentos, cabos e soldados – isto é, no povo em armas, Somente assim poderá ser vencida a reação que as reformas de estrutura provocam”²²¹.

A luta armada que acompanhava as discussões da Polop nos anos anteriores aparecia naquele momento como resposta às intenções golpistas dos setores de direita ou de Jango. A luta armada vinha aparecendo nos escritos da Polop como possibilidade tática, agora aparece como convocação para as massas trabalhadoras realizarem as reformas estruturais, defenderem e ampliarem a democracia: “a luta pela formação do GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO que constitui a razão de ser deste jornal”²²².

A preocupação imediata da Polop naquela conjuntura era de manter os direitos e as garantias democráticas da classe trabalhadora, a conjuntura pedia uma resposta imediata para os ataques que o proletariado brasileiro estava sofrendo. Para a organização qualquer tentativa de golpe só seria barrada se a esquerda estivesse apoiada no movimento de massas, mas a luta contra golpes por si só não mobilizaria as massas.

²¹⁹ Idem, p. 4.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

O que mobilizaria as massas naquele momento era uma perspectiva de luta que mostrasse uma solução para seus problemas, “uma perspectiva de realização das reformas de estrutura, de combate efetivo à alta do custo de vida, de liquidação da espoliação imperialista”²²³. Ao mobilizar as massas, a esquerda deveria apontar-lhes a única alternativa vista pela Polop como possível, “a tomada do poder”²²⁴, e construir um Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Este governo expropriaria os latifúndios, confiscaria as propriedades dos imperialistas, nacionalizaria o sistema bancário, promoveria política de pleno emprego. Utilizando a luta armada, o que a organização propunha era a tomada do poder via revolução e implementação do socialismo.

No Política Operária número 12, a Polop denunciava mais uma tentativa golpista de João Goulart, quando o presidente, junto com seu ministro da fazenda San Tiago Dantas, tentava frear o movimento de massas através da formação da *Frente de Apoio às Reformas de Base* ou *frente ampla*.

Para a Polop a Frente representava “mais uma tentativa da burguesia brasileira para iludir e conter o movimento de massas, evitando a revolução social...”²²⁵. O governo havia comprometido várias frações dos movimentos populares ao estabelecer uma relação bilateral de diálogo com organizações de massa, prejudicando a discussão ampla das esquerdas no parlamento. Portanto, a frente ampla era uma manobra divisionista e também, segundo a Polop, marcada pelo colaboracionismo de classe. Manobra da burguesia e de Jango para segurar o avanço do movimento dos trabalhadores naquele momento:

... a radicalização política, gerada pela marcha das contradições sociais, incita as duas classes fundamentais da sociedade brasileira – a burguesia e a classe operária a conceber soluções próprias, soluções de classe para a crise estrutural que o país atravessa.²²⁶

A Polop denuncia a frente ampla como mecanismo de controle da classe trabalhadora, manter as massas sobre uma bandeira de reivindicações que não abalasses as estruturas do capitalismo brasileiro. A frente ampla não visava proporcionar a Jango “a garantia do apoio popular para as medidas progressistas que ele eventualmente adotar, mas visa, antes, a assegurar ao Governo que as forças populares não pedirão mais do que lhes será dado”²²⁷.

²²³ **Reformas só sairão com governo dos trabalhadores.** Jornal Política Operária, nº 9, 22 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP, p. 7.

²²⁴ Idem.

²²⁵ **Governo quer dividir a esquerda e frear o movimento de massa.** Jornal Política Operária, nº 12, 27 de Fevereiro de 1964. CEDEM/UNESP, p. 15.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.

O programa proposto pela frente ampla também demonstrava, para a Polop, a vontade conciliatória do Governo com o imperialismo, já que não havia nada sobre os acordos com as concessionárias estrangeiras, ou sobre a política externa, ou os tratados militares com os Estados Unidos lesivos ao Brasil. Por isso, mesmo com a alcunha de “ampla” a frente apenas servia aos desígnios de Jango, que buscava desorientar as esquerdas enquanto reabilitava seu Governo com o imperialismo norte-americano, criando assim as “condições para o seu golpe de Estado”²²⁸:

Este é, no fundo, o problema crucial, o móvel que determina toda ação do Sr. João Goulart e que se encontra na base de toda a política de divisão da esquerda que ele vem pondo em prática: sua permanência no poder, pelos meios que forem possíveis. Ninguém a esta altura dos acontecimentos, ignora tal fator no país. Mas as forças populares se mostram incapazes de sacudir sua passividade na medida em que não encontram uma alternativa política para superar o impasse que o Sr. João Goulart procura criar: golpe ou Lacerda.²²⁹

Na falta de alternativa das massas populares para combater as movimentações golpistas, cabia à vanguarda revolucionária guiar as massas para a solução. Esta vanguarda formada pelas camadas mais radicais e conseqüentes da esquerda elaborariam soluções operárias para os problemas do país, inclusive combater o falso dilema criado por Goulart. A proposta da Polop aparece na manchete do último jornal da organização antes do golpe de 1964: *Frente de Classes Contra Ameaça de Golpes*. Publicado no dia 12 de março de 1964, às vésperas do golpe, o Política Operária número 13 convocava os trabalhadores para o Comício da Central com a palavra de ordem contra possíveis golpes.

A Polop não tinha capacidade clarividente, mas vinha alertando para a ameaça de golpes desde os primeiros anos de sua existência. A experiência prática da organização e a história do Brasil, com vários golpes e tentativas de golpe de Estado, preparou a Polop para o cenário que ela encontrou em 1964. A Polop também não foi a única que indicou as ameaças golpistas, o próprio PCB já alertara antes, mas então vejamos o que tem de peculiar na análise da Polop.

Ao longo desta seção pudemos perceber que a Polop construiu sua tese sobre os golpes em torno de alguns setores da classe dominante, os latifundiários conservadores, que na falta de um representante mais orgânico seguiu encabeçado principalmente pela figura do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. A Polop também identificou as intenções golpistas de João Goulart, que buscou manipular tanto a classe dominante quanto os trabalhadores, que a organização caracterizou como uma tentativa bonapartista. Além destes a

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

organização apontava para o perigo da burguesia industrial, que oscilava entre, de um lado, uma política de reformas apoiada em Jango, tentando acabar com a crise que lhe atrapalhava os lucros, mas sem poder atacar frontalmente o setor latifundiário, que ainda possuía forte poder político, e de outro uma clara política de repressão aos trabalhadores, pois a burguesia industrial também temia que colocar em prática as reformas poderia fortalecer o movimento das massas e a esquerda do país, correndo o perigo de perder a sua fatia do poder.

Carlos Lacerda significava para a Polop o representante do setor fascista brasileiro, mas a organização não acreditava numa ameaça real fascista no Brasil:

Fala-se muito, e há algum tempo, de fascismo no Brasil. Mas o fascismo não tem passado, entre nós, de tendência embrionária, que constitui mais uma sombra no futuro que uma realidade imediata a enfrentar. Lacerda é, por exemplo, um líder fascista, mas apenas potencialmente. Porque lhe faltou até hoje o movimento fascista efetivo, isto é, a base de massa necessária para sustentar seus projetos fascizantes.²³⁰

A Polop ao convocar a classe trabalhadora pretendia apoiar João Goulart em seu comício. A organização estava ciente das intenções golpistas de Jango, mas considerava a reação lacerdista e seus setores ultraconservadores um inimigo pior para os proletários, mas a organização não pretendia levantar as bandeiras da burguesia:

Mas se nós formos ao comício unicamente para ouvir belos discursos, para aplaudir as promessas já dadas e não cumpridas inúmeras vezes, no passado, para dar apoio à politicagem burguesa, então deixaremos de dar uma demonstração de força e, ao contrário, daríamos uma demonstração de fraqueza, porque não saberíamos distinguir os interesses deles dos nossos. A nossa tarefa é exigir, é reivindicar.²³¹

A intenção da Polop era levar ao comício as reivindicações e bandeiras da classe trabalhadora, a organização não defendia o programa de reformas do Governo, sua intenção era levar propostas independentes, pois a Polop reconheceu a necessidade de uma manobra tática ao apoiar naquele momento aquelas forças ao redor de Jango, estas mesmas forças qualificadas pela Polop de reformistas e conciliadoras. A Polop frisava que não esperava ter reivindicações atendidas, pois acreditava que propostas verdadeiramente favoráveis aos trabalhadores, como reforma agrária imediata sem indenizações ou anulação de tratados com imperialistas, não seriam aceitas por aquele governo burguês:

Finalmente, não deixaremos nenhuma dúvida que não acreditamos serem atendidas as nossas reivindicações de reformas imediatas (como as publicamos neste jornal) por um governo de trabalhadores, um governo revolucionário, que se apoia nos organismos de representação dos operários, camponeses, soldados e estudantes, terá força e interesse em dar ao país as reformas que tão urgentemente necessita. E esse

²³⁰ **Reformismo e Fascismo.** Jornal Política Operária, nº 10, 29 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP, p. 7.

²³¹ **Trabalhadores ao comício: Frente de classe contra ameaça de golpes.** Jornal Política Operária, nº 13, 12 de Março de 1964. CEDEM/UNESP, p. 2.

governo só surgirá como resultado das lutas revolucionárias dos trabalhadores da cidade e do campo e mobilizará as energias revolucionárias desses mesmos trabalhadores, para impor reformas.²³²

Neste mesmo jornal a Polop debate sobre a função das esquerdas diante daquela situação política e propõe uma forma de organização para combater a “frente ampla” de Jango. A organização denunciava a colaboração de classes que inspirou a “frente ampla” em um momento de aguçamento das contradições sociais, de ampliar a luta emancipatória dos trabalhadores, procurando livrar-se da tutela que a burguesia vinha lhe impondo.

A Polop denunciava também que a composição daquelas forças na “frente ampla” serviria de móvel central que ampliaria o poder pessoal de João Goulart. O presidente poderia utilizar a força da frente para realizar manobras políticas que ampliariam seu poder político, como um plebiscito, reforma constitucional visando a reeleição “ou de um golpe de Estado puro e simples”²³³.

A resposta da Polop para derrotar as manobras da “frente ampla” era uma Frente de Classe composta por trabalhadores do campo e da cidade. A independência de classe e a revolução socialista foram os pontos mais notórios da peculiaridade da Polop, que mesmo no momento mais agudo da possibilidade de golpe a organização não abandonou.

A Polop ao analisar a situação política brasileira naquele momento percebeu o perigo de golpe vindo de um setor ultraconservador ligado a fascistas em uma ponta, um presidente conciliador buscando manobrar politicamente com as classes dominante e trabalhadora para ampliar seu poder pessoal na outra ponta, e uma burguesia que vacilava politicamente, mas estava disposta a encampar uma ditadura aberta caso fosse necessário.

A certeza da Polop quanto à chegada do golpe era tal que no III congresso da organização realizado em março de 1964, poucos dias antes do golpe, destacou-se o debate interno sobre a característica do golpe que viria:

Uma corrente, com a qual me alinhei, liderada por Eric, Ruy Mauro e Mourthé, defendia a tese de que o país caminhava para deflagração de um golpe militar de direita; outra posição, liderada por Theotônio, falava da montagem de um golpe bonapartista por Jango. Venceu a tese Eric-Ruy Mauro por um voto.²³⁴

Do lado do movimento dos trabalhadores a Polop percebeu sua desorganização e falta de uma vanguarda revolucionária, que desse uma direção consciente aos operários e levasse a luta organizada para o campo. Após o golpe as análises polopianas ganharam respaldo na esquerda marxista, provando que algumas de suas teses estavam corretas. Entretanto a Polop,

²³² Idem.

²³³ Idem.

²³⁴ Entrevista de Maria do Carmo à Leal (1992), p. 127.

assim como todas as organizações de esquerda marxistas, vivenciaram anos terríveis com o golpe e foram profundamente afetadas por ele, tanto do ponto de vista da organização quanto teórico.

3.3. “Aonde Vamos?”

A Polop vinha mantendo um ritmo regular para a publicação de seu jornal nos anos que antecipavam o golpe, mas após a intervenção de abril de 1964 a organização diminuiu este ritmo. O baque foi tão intenso para a Polop quanto para todas as outras organizações comunistas. Apesar da organização ter elaborado algumas previsões sobre o golpe com boa margem de acerto, estava tão mal preparada para a ditadura quanto as outras organizações:

O amadorismo nas finanças e segurança, a falta de dinamismo e de assistência nas bases, a incapacidade política e organizatória de mobilizar nossas forças e as aliadas para vencer os obstáculos, fizeram fracassar a primeira preparação de militância com que contávamos responder ao golpe e reaglutinar a esquerda para despertar o movimento operário.²³⁵

O estado de exceção dificultava a movimentação dos partidos políticos no país, especialmente após o Ato Institucional nº 2 de 1965 que determinou o fim dos partidos políticos estabelecendo o bipartidarismo, mas a Polop realizou importantes discussões neste período que iremos analisar.

Uma das principais discussões dentro da Polop era sobre a derrubada da ditadura, como se faria isto e que tipo de governo seria posto em seu lugar. No *Manifesto Programa*, documento de 1965, a Polop propõe uma democracia revolucionária: “objetivo da nossa luta há de ser, antes de tudo, a derrubada da ditadura e sua substituição por uma democracia revolucionária exercida pelas classes trabalhadoras”²³⁶.

A Polop não acreditava que retomar a democracia existente antes do golpe fosse a solução para os trabalhadores. As massas urbanas e camponesas viviam sob grande exploração, tanto na cidade pela burguesia industrial, quanto no campo pelos latifundiários, especialmente no campo onde era grande o nível de miséria, analfabetismo e restrições dos direitos políticos. A democracia nos moldes do Estado burguês não abalava as estruturas políticas da classe dominante, aumentar ou diminuir a violência policial-militar não influía sobre o cerne da exploração capitalista sobre os proletariados, voltar ao que se tinha era uma “farsa democrática ou a democracia de fachada”²³⁷.

²³⁵ **Relatório de organização**, 24 de Abril de 1966. CEDEM/UNESP, p. 1.

²³⁶ **Manifesto Programa - Abaixo a ditadura militar pela revolução dos trabalhadores**. 1 (1)3 Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS, p. 3.

²³⁷ Idem.

Os setores liberais da burguesia, apoiados pela classe média, encampavam a luta pela democracia em torno das bandeiras das eleições e da anistia e vendiam a ideia de que qualquer forma de radicalização poderia provocar uma reação mais violenta, provocando um aprofundamento da ditadura. Para a Polop a burguesia não tinha a pretensão real de acabar com a ditadura, suas intenções democráticas giravam em torno de diminuir as restrições democráticas para poder ter acesso melhor as decisões políticas do país. A burguesia não detinha o amplo poder político naquele momento, mas a ditadura ainda servia aos seus interesses, a ditadura era uma das faces do Estado burguês:

...a burguesia desmascara-se e mostra o que na verdade pretende: não a conquista de direitos democráticos para a imensa maioria do povo brasileiro, mas sim um compromisso com os militares, que redunde no abrandamento das restrições constitucionais, que impuseram ao país e num controle mais direto pela burguesia dos negócios públicos. Os dispositivos militares ficariam intactos, prontos a contra-atacar ao menor sinal de avanço do movimento de massas.²³⁸

A solução para a classe operária não partiria de setores da burguesia, também não se podia esperar que o exército sofresse uma cisão vertical. A Polop considerava isso ilusório e alertava para não confiar nos setores nacionalistas e progressistas das forças armadas, o aparelho policial-militar e as classes dominantes “levam o país à guerra civil”²³⁹.

Cabe a classe operária dar uma resposta à altura do desafio: “derrubar a ditadura e substituí-la por um governo seu utilizando o mesmo método de que se serviram as classes dominantes: a violência”²⁴⁰. Para Polop a classe trabalhadora não deveria assumir compromisso nem se submeter à política da classe dominante e de seus agentes armados. O Governo Revolucionário dos Trabalhadores nascido da insurreição era o instrumento dos trabalhadores contra a ditadura e contra a estrutura latifundiário-burguesa, “a luta contra a ditadura será, antes de tudo, uma luta armada”²⁴¹. A luta armada circulava na pauta da Polop desde sua fundação, mas só tomou importância significativa após a instauração da ditadura. O tema será o centro das atenções da organização e da esquerda marxista.

A luta armada para a Polop era um mecanismo da fase insurrecional que deveria ser feita em conjunto com o movimento de massas conscientizado de seu papel enquanto classe. A luta armada também só deveria ser posta em prática quando se esgotassem as alternativas legais do regime burguês. Com o golpe civil-militar de 1964 o regime burguês assume sua face de ditadura direta e obriga a Polop a tomar novas posturas diante da nova realidade.

²³⁸ Idem, p. 4.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

Mas a organização entendia que a luta insurrecional não excluía a luta de classes em sua ação legal, mesmo o quadro desta ação tendo se tornado bastante estreito pelas classes dominantes. A luta conspirativa contra a ditadura não excluía a possibilidade de aproveitar as oportunidades da luta política cotidiana fora da clandestinidade, como “agitações eleitorais e nas greves, no movimento sindical e estudantil”²⁴², os revolucionários deveriam disputar cada centímetro do terreno da reação.

Já na luta clandestina a Polop previa a organização de estudantes e os comandos de sargentos, marinheiros e soldados, para levar o movimento das massas para a luta revolucionária: “na medida em que protege o trabalho e lhe dá continuidade, é essa organização clandestina que garante a sustentação dos próprios organismos legais da massa”²⁴³. Estas serão as bases em que se apoiariam a vanguarda no momento da insurreição, e da construção do governo revolucionário.

Para a Polop a luta legal não esgotava a luta clandestina, os trabalhadores deveriam atacar nas duas frentes, pois não é só a derrubada da ditadura que estava em jogo, a destruição da estrutura capitalista no país dependia da luta de classes, da capacidade da classe trabalhadora unida, campo e cidade mais a sua vanguarda de tomar o poder e construir um governo dos trabalhadores, um governo socialista.

A luta armada, na perspectiva da Polop deveria ser conduzida *na cidade e no campo*, vinculada à luta diária das massas trabalhadoras. O método de luta deveria ser o de *luta de guerrilhas*: “que se inicia com as reduzidas forças de uma vanguarda combatente e que se fortalece enquanto se identifica com as reivindicações da massa e enfraquece o poder militar das classes dominantes”²⁴⁴. Para a organização era “o método revolucionário capaz de iniciar a destruição do poder político consagrado em abril”²⁴⁵.

A luta de guerrilha serviria como centelha da revolução, caso estivesse associado ao trabalho político. A guerrilha deveria parecer como a frente avançada da guerra de classes, o braço armada da classe trabalhadora, “a luta armada será sempre um aspecto da luta política; mas no Brasil de hoje a luta política não terá sentido, para os trabalhadores, se não conduzir à luta armada”²⁴⁶.

A Polop finaliza seu manifesto salientando que a luta proletária precisava de um partido revolucionário dos trabalhadores brasileiros. Nas *Teses de “Tiradentes”*, documento

²⁴² Idem, p. 5.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem, p. 5-6.

²⁴⁵ Idem, p. 6.

²⁴⁶ Idem.

que circulou a partir de 1966 entre a esquerda revolucionária, como proposta da direção da Polop, destacava-se a importância que a organização dava à formação da classe operária independente, numa aliança de classes entre trabalhadores do campo e da cidade.

Para que a classe operária se tornasse independente era preciso a atuação de agitadores revolucionários “que definam para ela seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais”²⁴⁷. Segundo o texto só as vanguardas marxista-leninistas eram capazes de realizar estas tarefas, desde que no decorrer do processo estas vanguardas se tornassem em partido. A formação da classe operária independente estava estritamente ao “surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária”²⁴⁸.

A forma como a Polop enxergava a formação do partido revolucionário da classe independente, e as críticas que a organização fazia às tendências reformistas estavam diretamente ligadas à forma como ela entendia o Estado. Dentre os textos da Polop publicados no pós-golpe um dos que mais se destaca na análise do Estado no Brasil é *Classe e Estado, Democracia e Ditadura* de Eric Sachs (assinado como Ernesto Martins), onde além do Estado podemos perceber uma análise bem consistente sobre a ditadura. A principal referência teórica usada por Sachs em seu texto veio de “O Estado e a Revolução” de Lênin. O texto serviu de subsídio para as discussões do programa que a Polop preparava para o IV congresso.

Sachs entendia que a Democracia era uma forma de Estado, onde era aplicado violência sistemática de uma classe por outra, na sociedade burguesa a democracia adquiria o caráter específico de opressão da classe operária. A república democrática era a forma mais perfeita para o domínio burguês devido ao seu poderio financeiro, que lhe dava condições de conseguir hegemonia no parlamento:

O exercício do poder pelo Parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia. A democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a **ditadura direta** da burguesia, que não precisa de intermediários para governar.²⁴⁹

Outra vantagem para a burguesia era que a democracia podia exercer sua ditadura direta de modo velado. As eleições, debates parlamentares escondem o caráter de classe do Estado, diminuem as atritos criados permitindo mudanças governamentais sem arriscar o

²⁴⁷ **Teses de Tiradentes**. 1 (1)8 Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS, p.2.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ **Classes e Estado**. 1 (1)6 Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS, p. 1.

sistema de governo. A divisão do legislativo em senado e câmara impede que o voto popular possa criar fatos ou leis contrárias à vontade da classe dominante:

O mesmo propósito tem a costumeira divisão em três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais, em suas diversas variantes, asseguram o funcionamento da **ditadura velada, mas direta**, da burguesia na república democrática.²⁵⁰

Em momentos de profunda crise econômica e aguçamento das tensões existentes entre as classes, a classe dominante tende a ter seu domínio ameaçado e o risco de perder seus privilégios. Estas classes dominantes então abrem mão da democracia, e optam pela ditadura aberta. Sachs analisa três tipos de ditadura aberta, *o bonapartismo, o fascismo e a ditadura militar*.

Para entender o bonapartismo Sachs vai à obra clássica de Marx “O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte”. A característica principal do bonapartismo era “se tratar de uma ditadura **aparentemente** acima das classes”²⁵¹. Mas assim como Marx, Eric Sachs não acreditava nesta premissa, pois para ambos todo regime servia a uma classe e a base de sustentação do bonapartismo clássico trabalhado em Marx era o pequeno camponês conservador, a contradição existente entre cidade e campo criava o ar de independência ao poder executivo.

A ditadura bonapartista servia às cúpulas da classe dominante, no caso francês estes não conseguiam mais governar por meios parlamentares, então entregaram a Luiz Bonaparte o poder em troca de manter a repressão sobre as massas populares. Mas a anulação do poder legislativo e a perda de seus representantes legais (partidos e parlamentares), fez com que a classe dominante francesa perdesse seus instrumentos de poder. A ditadura era burguesa, mas quem tinha os mecanismos diretos de poder não era mais ela e sim o poder Executivo, este por sua vez atendia melhor às facções mais poderosas da burguesia, e as mais fracas não tinham meios de se fazer ouvir:

Desse modo, o bonapartismo entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade. Caracteriza uma época de início do domínio burguês. Essa característica ficou comum ao bonapartismo até hoje, apesar de todas as mudanças que possa ter sofrido com o decorrer do tempo.²⁵²

No caso brasileiro Sachs identifica que Getúlio Vargas durante o Estado Novo exerceu uma espécie de bonapartismo. A Revolução de 1930 teria quebrado o monopólio dos

²⁵⁰ Idem, p. 2.

²⁵¹ Idem, p. 3.

²⁵² Idem.

governos oligárquicos, mas a burguesia não conseguiu consolidar-se no poder, pois ainda não estava bem desenvolvida, entregando o poder a Vargas, antes que a revolução tomasse proporções mais radicais.

A fase bonapartista da burguesia brasileira serviu aos interesses da aliança entre burguesia e latifúndio. Vargas foi um ótimo agente da burguesia, “iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas”²⁵³. Para Sachs o que diferenciava o bonapartismo varguista do clássico é que sua base de massas estava apoiada no proletariado recém-surgido que veio do campo sem consciência do seu papel político, “conquistado pelo Estado mediante uma legislação trabalhista”²⁵⁴.

Segundo Sachs o bonapartismo de Vargas refletia determinada fase do desenvolvimento da luta de classes no país. Era um momento onde a burguesia buscava consolidar seu poder dentro da classe dominante, disputando-o especialmente com os agentes do latifúndio brasileiro, que àquela época ainda eram muito fortes. No final do Estado Novo a burguesia já mais fortalecida, com o eixo do poder pendendo mais para o setor urbano industrial, a burguesia brasileira sentiu-se mais confiante e exigiu “formas mais diretas de exercício de poder”²⁵⁵, este comportamento determinou a atitude do Exército de depor Vargas.

Para a Polop tanto Jânio Quadros quanto João Goulart foram sujeitos que de alguma forma tentaram golpes bonapartistas no país. O erro do primeiro foi “sua incapacidade de traduzir o apoio da classe média em pressão contra as instituições tradicionais”²⁵⁶. O segundo tentou usar o proletariado para seus fins golpistas, mas a burguesia não confiava mais no jogo populista e procurou outra saída.

O segundo tipo de ditadura aberta da burguesia analisada por Sachs foi o fascismo. Este acontecia numa fase mais desenvolvida do capitalismo, ao contrário do bonapartismo que ocorreu no começo do desenvolvimento capitalista europeu, ou nos casos de países ainda pouco industrializados: “A ditadura fascista surge como reação direta ao movimento político e sindical da classe operária”²⁵⁷.

A base de sustentação do regime fascista vem da pequena-burguesia urbana que tem sua existência material ameaçada. Nestas conjunturas propícias ao fascismo o movimento

²⁵³ Idem, p. 5.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem, p. 3.

operário encontra-se politicamente fraco, levando a pequena-burguesia a aderir às fileiras da direita mais reacionária e radical, que tendem a formar milícias no intuito de “conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror”²⁵⁸.

No Brasil Sachs analisa que as tendências fascistas não chegaram a se materializar, “por falta de amadurecimento das contradições de classe no país”. A pequena-burguesia brasileira não se uniu ao movimento de extrema direita, pois não estava tão desesperada. No país ele identificou duas tendências, o movimento integralista e as tentativas de Carlos Lacerda e seus seguidores.

Por fim aquele que segundo Sachs era o recurso imediato da burguesia, que não precisava do amadurecimento que o bonapartismo e o fascismo necessitavam, a ditadura militar. Entretanto este não era o sistema predileto da burguesia, pois ditaduras militares prolongadas tendem a ser dominadas pelas oligarquias do campo em vez da burguesia. O imobilismo, conservadorismo e código de continências da ditadura militar não dão conta da complexidade dos países industrializados ou em estágio de industrialização: “Embora o militarismo crescente seja um traço característico de qualquer país capitalista, a burguesia prefere as forças armadas como ‘reserva estratégica’ governamental”²⁵⁹.

Na Constituição de 1946, após a deposição de Vargas, a burguesia brasileira escolheu o presidencialismo no lugar do parlamentarismo porque não se sentia forte o suficiente para governar sozinha, dependia muito ainda do setor latifundiário, mesmo tendo vencido as disputas internas da classe dominante. A influência política do latifúndio era principalmente sentida nas eleições locais, onde o poder do voto de cabresto ainda era bastante sentido. No âmbito nacional a burguesia se organizava melhor, portanto “o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição frente aos seus aliados do campo”²⁶⁰.

É justamente a atuação dos grandes proprietários de terra que diferencia o capitalismo brasileiro do europeu. Segundo Sachs a revolução burguesa de 1930 foi deixada pela metade, pois a burguesia com receio de tocar na questão da propriedade privada não levou a revolução ao campo: “O caminho escolhido pela burguesia para solucionar o problema agrário no país, o da penetração capitalista no latifúndio, lento e doloroso para as massas rurais, prolonga a sua dependência do campo”²⁶¹. A democracia no Brasil tinha uma peculiaridade, “**era uma**

²⁵⁸ Idem, p. 4.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem, p. 6.

²⁶¹ Idem.

ditadura velada, mas direta da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio” ²⁶².

A aliança entre a burguesia e o latifúndio teve sua ditadura aberta pelas forças armadas com o golpe de 1964, entretanto tiveram reações diferentes. O latifúndio não viu problemas, pois viu garantido o estado das coisas, já a burguesia viu seus representantes diretos serem sacrificados e os militares tomarem decisões arbitrárias em postos chaves como economia e política. O governo de Castelo Branco não teria conseguido apaziguar os interesses contraditórios das classes dominantes e, segundo Sachs a completa falta de apoio popular ao regime impediu uma saída bonapartista.

Somente as grandes indústrias e monopólios tinham como influir sobre as decisões do executivo, enquanto isso os órgãos representativos do congresso estavam completamente incapacitados. Isso criava atritos no seio da própria burguesia, alimentando a oposição burguesa, mas sobre esta oposição Sachs alerta:

Ela não se dirige contra o sistema implantado pelo golpe, nem contra a ditadura em si, mas contra a política econômica diária, que leva em conta insuficientemente as necessidades imediatas. A burguesia não procura absolvição pelo pecado do golpe, nem visa uma volta ao passado. Aceita o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas deseja vê-la exercida de modo mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas. ²⁶³

Apesar das diferenças todas estas formas de ditadura tem uma característica em comum: “Tratam-se de **ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia**” ²⁶⁴. A resposta da classes trabalhadora brasileira a esta ditadura era o caminho insurrecional. Não o simples apelo à luta armada, “não podemos encarar o problema da luta armada e insurrecional isolado do contexto geral das lutas de classe” ²⁶⁵.

Aonde Vamos? Foi uma série de documentos que circulou entre Abril e Julho de 1967. A série foi dividida em quatro partes, sendo que a primeira “Aonde Vamos?”, e a quarta “Foco e Revolução” foram assinados e divulgados pelo Comitê Nacional da organização. As outras duas “As Causas do Reformismo” e “Governo de Transição” foram assinadas por Ernesto Martins, pseudônimo de Eric Sachs. Este trabalho foi importante para divulgar as ideias da Polop sobre o socialismo, especialmente para as várias tendências da esquerda revolucionária.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem, p. 7.

²⁶⁴ Idem, p. 5.

²⁶⁵ **Aonde Vamos?**. Centro de Estudo Victor Meyer. Disponível em: < <http://centrovictormeyer.org.br/>>, p. 37.

Na primeira parte do texto a análise que a Polop faz da situação da esquerda após dois anos do golpe era de total dispersão de suas forças: “Os remanescentes da esquerda tradicional e do antigo movimento de massas se mostram incapazes de apresentar aos trabalhadores uma perspectiva viável de luta”²⁶⁶.

Sachs acreditava que era preciso que a esquerda tradicional admitisse erros, fizesse autocrítica e abandonasse a tradição reformista. Para Sachs o principal problema da esquerda brasileira naquele momento da ditadura era a falta de organização e unidade.

Na perspectiva de Sachs a atitude da esquerda brasileira levava a crer que a ditadura se prolongaria:

Se a esquerda não superar esta fase e não se reorganizar, a base de uma autodepuração política, não terá o que oferecer as massas trabalhadoras e vegetará no subsolo de uma clandestinidade passiva, procurando se alimentar com as esperanças de que as dissensões entre os golpistas levem a “redemocratização” do país. Sofrera, portanto, todos os desgastes físicos e morais característicos de uma ilegalidade prolongada quando as forças da oposição se sentem condenadas a impotência. Enquanto não romper ostensivamente com este passado reformista, será incapaz de liderar as massas oprimidas na luta contra a ditadura e seus sustentáculos.
267

Sachs enfatiza que a derrota de Abril de 64 foi antes de tudo política. Esta ênfase na política segundo o próprio autor deve-se a causa da derrota, que no caso brasileiro foi a orientação política que teria impedido a resistência. A perspectiva reformista e aliancista da esquerda brasileira impediu que no momento do golpe, “as massas trabalhadoras pesassem nas relações de forças e alterassem o destino político do país”²⁶⁸. O reformismo no Brasil antes do golpe esteve sob a ênfase do nacionalismo, que recebeu adeptos do Partido Comunista e de diversos setores da esquerda, com exceção de pequenos grupos esparsos, como a Polop.

Portanto, para a Polop a alternativa apesar dos tempos de clandestinidade permaneciam os mesmos, a ascensão da classe trabalhadora ao poder através de uma revolução socialista, o que mudava na ditadura eram os métodos de atuação, a Polop não perdia perspectiva da independência política dos trabalhadores e sua organização em um partido revolucionário, pois para a organização:

o golpe militar não foi “um raio vindo de um céu azul”, a nossa meta não pode ser o restabelecimento de status quo anterior. Para nós, a ditadura aberta das classes dominantes e produto do aguçamento das contradições sociais na sociedade brasileira e o presente impasse só poderá se superado com o aprofundamento da luta

²⁶⁶ Idem, p. 3.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem, p. 4.

de classes, com o surgimento de um proletariado que possa preencher a sua missão histórica de liderar o processo revolucionário no Brasil ate as ultimas consequências, ate a conquista do Brasil Socialista. E essa a nossa preocupação fundamental, a qual todas as outras devem ser subordinadas.²⁶⁹

A direção da Polop prezava principalmente pela organização da classe, como é constatado nos diversos textos da organização e no *Aonde Vamos?* de Sachs, mas as exigências dos núcleos regionais e a emergência do tema levou a direção da Polop a sintetizar uma posição oficial sobre as questões da luta armada, *Foco e Revolução* tem este intuito e vai representar a posição vencedora do IV congresso da Polop.

Naquele momento de grande rearticulação das esquerdas brasileiras foi grande o impacto e influência da Revolução Cubana²⁷⁰. Seu caráter heterodoxo de revolução que se estendeu além do Partido Comunista influenciou além do “campo ideológico, agindo diretamente sobre as forças políticas e suas linhas de ação”²⁷¹.

Para a esquerda brasileira a Revolução Cubana significou “a atualização da revolução”²⁷², em contraponto a Revolução Russa que aconteceu no longínquo começo do século XX, nos distantes países europeus, por personagens (Lênin, Stalin, Trotski) quase inatingíveis. A linha da Internacional Comunista traçada pelo VII Congresso que abandona a luta direta pelo poder e assume uma perspectiva “etapista”, uma política de alianças na luta contra o fascismo, deixava de fora da “atualidade da revolução” a América Latina, já que por se tratar de uma região semi-colonial, a tarefa dos comunistas era de desenvolver o capitalismo e só em etapa posterior colocar no centro da luta a contradição entre o proletariado e a burguesia²⁷³.

A Polop foi amplamente influenciada pela Revolução Cubana. As discussões sobre o Foco apareciam com regularidade na pauta da organização, mas foi depois do golpe de 1964 que o assunto tomou fôlego maior, mais adiante nos debates do IV Congresso ele tornou-se o centro das discussões. “Foco e Revolução” de Sachs foi o texto da direção nacional que

²⁶⁹ Idem, p. 25.

²⁷⁰ A Revolução cubana teve grande influência na esquerda latino-americana na década de 60: “O critério de comparação para a influência da Revolução Cubana na América Latina é necessariamente o das consequências da revolução soviética sobre a Europa no primeiro pós-guerra e nas décadas que se seguiram. Sem entrar na dimensão desse último fenômeno, pode-se considerar que o influxo da vitória dos revolucionários cubanos foi relativamente maior do que a do triunfo bolchevique. A profundidade da crise do capitalismo latino-americano, a ruptura dos processos institucionais em boa parte dos países do continente, as conquistas sociais que foram imediatamente obtidas pela Revolução Cubana, o clima político e ideológico internacional — tudo favoreceu uma projeção multiplicada dos efeitos do surgimento do primeiro regime socialista na América Latina. A polarização com os Estados Unidos só contribuiu para dar maior magnitude e dimensão continental — e mesmo para todo o Terceiro Mundo — à primeira ruptura de um país com o sistema de dominação norte-americano no Ocidente”. Sader (1991, p. 164)

²⁷¹ SADER, Emir. **Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. História do marxismo no Brasil Vol. I. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991, p. 164

²⁷² Idem p. 169.

²⁷³ Idem.

circulou como a posição e com a perspectiva oficial da Polop sobre a utilização do Foco para a revolução socialista.

Para Sachs o melhor método de luta armada para o Brasil era a guerra de guerrilhas²⁷⁴, mas sem esquecer a outra frente de luta, a política, como foi o caso de Cuba²⁷⁵: “O que decidiu a vitória foi a greve geral, o levante das cidades, que tornou à ditadura militar impossível a continuação da guerra. Foi o levante nas cidades que deu o golpe de misericórdia no exército de Batista”²⁷⁶.

Neste aspecto surgiu na América Latina uma divergência entre a guerrilha e o partido político. De um lado os que defendiam que era necessário “a previa formação de um partido político revolucionário, para sustentar e orientar a luta e assegurar a unidade da ação da guerrilha com a luta nas cidades”²⁷⁷. Do outro lado o ponto de vista que defendia que “ação armada da guerrilha que dará lugar ao surgimento de novos partidos revolucionários”²⁷⁸.

Para Sachs devido ao papel político da guerrilha na luta de classes era necessário ter concepções políticas bem definidas, capaz de mobilizar as massas exploradas em escala nacional. Para tanto era necessário a existência de uma vanguarda política que realizasse o esclarecimento teórico “que para nós, marxistas, sempre foi uma atividade muito prática, a do conhecimento do terreno em que a luta tem de ser travada, a do saber para que lutar”²⁷⁹.

A forma ideal desta vanguarda seria o partido revolucionário. Só que as condições políticas específicas de cada país poderia atrasar ou dificultar a formação deste partido: “Nas condições da ilegalidade, o partido será de quadros, limitado pelas condições da clandestinidade. Não será um partido de massa”²⁸⁰. Formado por poucos milhares de quadros,

²⁷⁴ A estratégia de poder que marcou a Revolução Cubana foi a *guerra de guerrilhas* baseada no campo, a partir de onde foi se organizando um exército revolucionário que, posteriormente, foi ocupando geograficamente o país em direção à capital. Essa estratégia combinava a utilização de um dos elos mais frágeis do capitalismo latino-americano — a estrutura rural — com a possibilidade de acumulação gradual de força militar, que desembocou no enfrentamento com o Exército regular, quando as forças rebeldes já contavam com unidades de porte e experiência suficiente para disputar o poder. Não se tratava da tática maoísta do cerco da cidade pelo campo, embora militarmente as forças estratégicas se localizassem nas áreas rurais. A diferença residia no peso político dado aos centros urbanos e à ausência das teorizações maoístas a respeito do papel do campesinato no processo revolucionário. Sader (1991, p. 171)

²⁷⁵ “Outro elemento que passou a caracterizar a Revolução Cubana foi a *legitimação da heterodoxia política e ideológica*. Co mo processo revolucionário levado adiante não por um Partido Comunista, mas pelo Movimento 26 de Julho, com sua estrutura militar do Exército Rebelde, ao qual se somaram comunistas e membros de outra organização, o Diretório Revolucionário, o triunfo dos cubanos quebrava o monopólio da revolução por parte dos PCs e, posteriormente, ao longo dos anos 60, quando se desataram as polêmicas sobre as vias revolucionárias, chegou-se até a contrapor movimentos revolucionários a partidos comunistas”. Sader (1991, p.170)

²⁷⁶ **Aonde Vamos?**. Centro de Estudo Victor Meyer. Disponível em: < <http://centrovictormeyer.org.br/>>, p. 38.

²⁷⁷ Idem, p. 42.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Idem.

este partido seria revolucionário, mas não conseguiria atingir quantidades vastas da massa trabalhadora explorada. Na concepção de Sachs o foco armado atingiria uma escala bem maior destes trabalhadores, mas também era precipitado acreditar que para todo o continente serviria a premissa da guerrilha anteceder o partido na luta.

Para Sachs as condições objetivas e subjetivas variavam entre os países latino-americanos. Portanto, naquele momento caberia como tarefa primordial da vanguarda marxista brasileira “analisar condições e perspectivas da luta no Brasil”²⁸¹. Mas nem todos na Polop concordavam com isto.

Os debates internos acirraram-se a partir de 1965 e culminaram com a saída de núcleos importantes da organização, que foi o caso de grupos de São Paulo, Minas Gerais e da Guanabara. A luta armada e o caminho para revolução brasileira foram os principais impasses que levaram ao racha, acontecido no IV congresso da organização realizado em setembro de 1967.

Assim como todos os comunistas do país naquele momento, a Polop também enfrentou vários problemas decorrentes da ditadura. Um dos primeiros problemas, reconhecido pela própria organização, foi a falta de uma direção nacional mais efetiva: “A tentativa de enfrentarmos as tarefas imediatas com o precário aparelho organizatório existente trouxe à luz – de forma tremendamente clara – nossas deficiências”²⁸².

A ditadura e as dificuldades trazidas pela clandestinidade levaram a Polop a repensar sua organização, adotando uma direção centralizada. Entretanto, sua heterogeneidade política mostrou-se um obstáculo para esta centralidade. Os núcleos regionais, muito isolados, tiravam conclusões fundamentais bem diferentes da direção nacional da organização:

Enquanto a direção nacional julgava necessária a continuidade de trabalho político, de agitação, propaganda e organização, reforçando o aparelho da organização para reparar os pontos fracos e retomar a tarefa, a direção mineira concluía pela necessidade dum ultraconspirativismo que abandonasse toda a agitação e propaganda para se concentrar nas tarefas de militância e romper os obstáculos. Ao mesmo tempo em S.P. esboçava-se uma tendência reformista. Ela consistia em exagerar os pequenos movimentos de massa, criando a expectativa de grandiosas manifestações de massa a curto prazo. Revelava-se nas manifestações da O. uma crença na espontaneidade das massas em seus bruscos levantes gerais, subestimando o papel da vanguarda.²⁸³

De outro lado a Direção Nacional também recebia críticas de seus núcleos. Antes do golpe a Polop priorizou a agitação e propaganda com objetivos revolucionários, organizar a

²⁸¹ Idem, p. 43.

²⁸² **Relatório de organização**, 24 de Abril de 1966. CEDEM/UNESP, p. 1.

²⁸³ Idem.

classe trabalhadora, na cidade e no campo, formar um partido revolucionário, entretanto as dificuldades encontradas com a ditadura colocou a Polop em situação adversa.

Os paulistas elencaram alguns problemas da vida interna da organização no período pós-golpe:

uma das características da nossa vida interna após o golpe, quando se deu uma certa expansão quantitativa dos quadros, é um ambiente que tem sempre na ordem do dia a existência de coisas falhas na nossa atuação e estes erros tem sido atribuídos frequentemente de forma exclusiva às direções, em seus diversos níveis: de setor, estadual, nacional.²⁸⁴

Para o núcleo estes problemas levavam a outros, como a forma difusa que a direção nacional levantava críticas, não estabelecia conexão com suas bases, apresentava as críticas como dados, sem apresentar possibilidades de superação. Também não apuravam as falhas, responsabilizando sempre as direções por elas.

O núcleo paulista considerava as análises políticas feitas pela direção superficiais, também acusava de não ter documentos de circulação interna suficiente para discutir e aprofundar o pensamento revolucionário naquele período. O mesmo núcleo considerava estes problemas como “vícios amadoristas” provenientes das origens “pequeno-burguesas” da organização.

Os paulistas também criticavam a posição da Direção Nacional com relação ao foco guerrilheiro. Acusam a direção de omissão perante o debate sobre o foco, faltava circular documentos que “exponha com clareza o significado político do foco na atual fase da revolução brasileira”²⁸⁵. O núcleo defendia abertamente a possibilidade de um foco guerrilheiro em curto prazo.

O Comitê Nacional da Polop posiciona-se frente às críticas dos paulistas denunciando a falta de disciplina dos núcleos, por desconhecerem os princípios do centralismo democrático. O Comitê critica os núcleos regionais explicando o funcionamento da organização. Os setores regionais eram “órgãos executivos da política nacional” da organização, “traduziam a linha nacional para as condições concretas dos Estados”.²⁸⁶

Os núcleos não tinham autonomia para assinar documentos de política nacional, ficando sua participação na Polop restrita a “transmitir a linha nacional para as células e as opiniões das células para o Nacional”. As seções regionais não atuavam como federações, portanto, eram dirigidas por um organismo centralizado, o Comitê Nacional. Portanto não

²⁸⁴ **Algumas questões a organização**, 18 de Setembro de 1966. CEDEM/UNESP, p.1.

²⁸⁵ **Crítica a O.**, Março de 1966. CEDEM/UNESP, p. 1.

²⁸⁶ **Do CN as células**, 22 DE Outubro de 1966. CEDEM/UNESP, p. 1.

seria permitido existir posições “regionais”, “estaduais”, ou “setoriais”.²⁸⁷ A direção nacional mantinha posição firme quanto ao centralismo democrático: “O debate nas fileiras comunistas visa reforçar a unidade, visa chegar a um ponto de vista homogêneo, a minoria submetendo-se à vontade da maioria”²⁸⁸.

Contudo as discordâncias entre o Comitê Nacional e alguns dos núcleos regionais estava prejudicando a unidade pretendida pela direção, além dos paulistas o setor regional de Minas Gerais também elencava problemas. O Comitê Nacional relatou em documento, um caso de indisciplina do núcleo mineiro que se recusou a fazer reimpressão de materiais publicados “por não concordar politicamente com o teor de tais materiais (A.Vamos I, II e III)”²⁸⁹.

Em resposta ao Comitê Nacional o setor regional de Minas Gerais baixa uma circular interna defendendo-se das acusações. Segundo os mineiros a discordância com o texto “Aonde Vamos?” não se enquadrava em indisciplina, ou falta com o centralismo democrático.

A não impressão do material, segundo os mineiros era resultado de problemas administrativos e financeiros da organização como um todo. A grande quantidade de estudantes e operários presentes no núcleo dificultava uma maior arrecadação, mas o núcleo acusava o Comitê Nacional de negligenciar as demandas de suas seções regionais.

O Comitê Nacional por sua vez acreditava que era “preciso julgarmos o que é nacionalmente mais importante e não deixar cada Seção por si”²⁹⁰. O comitê também alertava que estava se preparando para os debates que viriam no IV congresso: “Por fim o CN expressa sua convicção de que o Congresso Nacional saberá fazer vencer não somente uma concepção política revolucionária, mas também uma concepção organizatória que supere de vez o federalismo e o liberalismo”²⁹¹. Este documento de janeiro de 1967 mostra que a Polop além das divergências teóricas internas, passava por problemas de comunicação, logística e organização. A agitação e propaganda, ação de suma importância para a direção nacional, sofria com o recrudescimento aos comunistas provocado pela ditadura, e os reflexos dentro da organização eram percebidos pelo acirramento entre a o comitê nacional e os setores regionais.

Do ponto de vista dos debates teórico e organizacionais os núcleos regionais exigiam uma atitude imediata do comitê nacional em resposta a ditadura. Para eles, a agitação e

²⁸⁷ Idem, p. 1.

²⁸⁸ **Um caso de indisciplina**, 21 de Dezembro de 1966. CEDEM/UNESP, p.1.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ **Às células**, Dezembro de 1966. CEDEM/UNESP, p. 3.

²⁹¹ Idem, p. 4.

propaganda deviriam ser o complemento de uma ação mais efetiva contra o estado, uma ação armada.

Essas discordâncias foram paulatinamente sendo mais desenvolvidas ao longo do ano de 1967 e no IV Congresso foram apresentados quatro programas para o Brasil. O Comitê Nacional da Polop disputou com os núcleos que racharam o Projeto de Programa e ao final do IV Congresso saiu vitorioso, por uma apertada margem de 16 para 14. O projeto vencedor foi o *Programa Socialista Para o Brasil*, que segundo Sachs era o que melhor representava o desenvolvimento teórico da Polop até então.

Sachs escreve um texto debatendo o ocorrido no congresso e o porque das desavenças. Para Sachs o IV congresso mostrou o auge luta interna, as três facções que formaram a oposição agiram em forma de frente única, mas sem princípios e sem base, os núcleos teriam substituído de forma arbitrária os projetos que vinham discutindo a cerca de um ano e “substituídos por projetos novos, não debatidos e desconhecidos pelas bases da Organização”²⁹².

Segundo Sachs o novo programa dos mineiros apresentou Um Governo Revolucionário Popular como um governo de transição, sendo que antes eles teriam apresentado coma único caminho para a revolução socialista um Governo Nacional Democrático. Seu novo programa não deu espaço para o debate sobre o caráter de classe da revolução.

A oposição da Guanabara também mudou às pressas de projeto. O antigo previa dois governos de transição sucessivos, um Popular Nacional e outro dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. O novo intitulava-se Programa dos Socialistas Revolucionários do Brasil, neste projeto os cariocas incluíam a necessidade de um governo de transição. Na primeira etapa vencia-se o principal obstáculo do socialismo, o imperialismo, e depois na segunda fase a instauração do regime socialista. Os dois projetos “nem sequer mencionam o partido revolucionário, sua necessidade ou suas perspectivas”²⁹³.

Sachs é taxativo ao chamar os delegados paulistas de os mais oportunistas:

Os referidos delegados haviam sido eleitos num congresso regional sob o signo de uma “oposição de esquerda”, pois alegavam ser contra a concepção de governo de transição e lutar diretamente pela Ditadura do Proletariado no processo da revolução socialista no Brasil. O que não impediu que votassem sistematicamente com a direita e dessem seu voto final ao projeto-programa de Minas e ao governo de

²⁹² **Depois do Congresso**, Outubro de 1967. CEDEM/UNESP, p. 1.

²⁹³ Idem, p. 2.

transição de caráter populista. Foi essa a facção mais desmoralizada que deixou o recinto do Congresso.²⁹⁴

O núcleo mineiro também escreveu sobre o desfecho do IV congresso. Na *Carta Aberta aos Revolucionários* de setembro de 1967 os mineiros acusam o C.N. de terem burocratizado a organização de terem utilizado o marxismo de forma mecânica. O núcleo acreditava que a sua saída da organização fazia parte de um fenômeno que vinha assolando as esquerdas do mundo:

Esta cisão, para nós, se afigura como uma manifestação parcial do fenômeno que se desenvolve entre as esquerdas, em todo o mundo e, de forma especial, na América Latina, por força da radicalização da luta de classes em plano internacional. Luta travada entre aqueles que, expressando a ideologia do proletariado, empenham-se por derrubar violentamente os pilares da sociedade capitalista e os oportunistas, de direita e de esquerda, que contaminados pelas ideologias de outras classes, mostram-se vacilantes e são incapazes de apresentar uma perspectiva clara a forças revolucionárias, abrindo-lhes o caminho para a luta armada e a tomada do poder.²⁹⁵

Segundo os mineiros a Polop surgiu com o objetivo de ser o um centro de irradiação do marxismo, propondo combater o reformismo no campo que na época era o mais imediato, o campo das ideias, mas não conseguiu realizar, pois para o núcleo a falta de uma concepção que orientasse sua ação limitou a influência da Polop em parcelas da esquerda e em algumas organizações de massa.

Os mineiros propuseram uma nova linha política para a organização. Para eles o C.N. analisou erroneamente a realidade brasileira ao considerar o Brasil um país capitalista industrial. A luta anti-imperialista era uma luta anticapitalista, mas isso não significava que a classe operária era a única interessada na derrubada do capitalismo: “As demais classes exploradas e oprimidas, que constituem a maioria da população, podem ser mobilizadas para a luta revolucionária pela emancipação nacional e social”²⁹⁶.

Para o núcleo a prática do C.N. era de doutrinação da classes trabalhadora, europeizando-a e forçando uma consciência socialista. Eles acreditavam que a desmobilização do proletariado devia-se à crise econômica e suas consequências para os trabalhadores, a ditadura aberta e sua repressão policial-militar.

Sobre o Foco Guerrilheiro o C.N. acredita ser o método ideal para mobilizar a classe operária, despertando-a não só para a luta armada, mas também para a perspectiva da insurreição. Os mineiros viam no foco guerrilheiro a tarefa fundamental e imediata da organização, o núcleo do Partido, que colocaria em movimento as massas camponesas, e estas

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ *Carta aberta aos revolucionários*, Setembro de 1967. CEDEM/UNESP, p. 1.

²⁹⁶ Idem, p. 2.

dariam apoio às massas urbanas na destruição do aparelho estatal: “A insurreição urbana, como coroamento da tomada do poder, só será possível sob a coordenação do comando do Exército Popular”²⁹⁷.

Os núcleos de Minas Gerais e de São Paulo separaram-se da organização pondo fim à primeira fase da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop) ou simplesmente Polop. Os mineiros mais tarde, em 1968, se fundiram com a cisão carioca da Polop e ficaram conhecidos por Comandos de Libertação Nacional (Colina). Os paulistas se fundiram com a seção paulista do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e formaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Mineiros e paulistas ainda se encontrariam numa terceira organização no começo de 1969 a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares).

As mudanças organizacionais da Polop frente as novidades da conjuntura pós-golpe (clandestinidade, maior repressão, dificuldade comunicativa) aqueceram as diferenças internas e prepararam o terreno para o debate que de fato dividiu a organização, o foco. A dificuldade da direção nacional em centralizar a organização era um problema que acompanhava a organização desde sua fundação, mas somente se agravou quando no pós-golpe, pois a direção entendeu a necessidade de fortalecer sua unidade, visto a repressão militar ter alcançado duramente a Polop através da prisão, tortura e exílio de parte do seus militantes, alguns da direção inclusive.

Os núcleos (especialmente mineiros, paulistas e cariocas) não entendiam este como o principal problema de organização da Polop no pós-golpe. A tentativa de centralização da direção acirrou a relação com os núcleos, pois estes perderam mais ainda a capacidade de participação decisória, em vez de ampliar como havia alguns anos reivindicavam.

O principal problema de organização para os núcleos regionais era a distância que tinha entre eles e a direção nacional. Esta distância impedia um amplo debate em nível nacional, fazendo com o que os núcleos atuassem independentemente da direção nacional. Quando da chegada do IV congresso, maior espaço de capacidade decisória o debate encontrava-se acirrado, as diferenças teóricas entre os núcleos e a direção estavam pulsando, e na crista desta disputa estava o foco.

Diante da ditadura os núcleos regionais acreditavam que a Polop deveria dar uma resposta imediata à repressão, portanto o foco guerrilheiro era a resposta, mas a direção discordava e a cisão se mostrou um caminho inevitável naquele momento. Apesar do seu

²⁹⁷ Idem.

programa ter sido aprovado justamente no congresso que a dividiu, a Polop tinha sua situação programática bem estruturada. Mesmo com problemas, alguns teóricos, outro de organização entre os núcleos regionais e a direção nacional, a Polop foi coesa em suas principais teses e proposições.

A brutal repressão da ditadura após o Ato Institucional nº 5 colocaria fim às várias organizações radicais que experimentaram a guerrilha, seja urbana ou rural, inclusive esta experiência dos antigos quadros da Polop. Apesar das divergências internas e dos problemas que a Polop enfrentou para se consolidar no meio da classe trabalhadora, principalmente nos sindicatos que eram hegemônicos especialmente pelo PTB e parte pelo PCB, a organização pôde construir sua coesão imprimindo sua marca na esquerda marxista da época, e abrindo margem para várias discussões inovadoras no campo do marxismo brasileiro.

Considerações Finais

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Esta citação de Marx do *18 Brumário de Luiz Bonaparte* é mencionado inúmeras vezes nos mais variados trabalhos de história, mas sempre se faz necessário trazer-lhe novamente a frente de nossas pesquisas. Pois, as condições em que a Polop foi construída e os rumos que a organização tomou, com certeza fugiram ao seu controle. Isto não impediu a organização de ser em inúmeros casos original.

Durante o período estudado por esta pesquisa a Polop passou por conjunturas que lhe imprimia as condições históricas na qual se construiu. Mas, isto não impediu a organização de tentar transformar a realidade na qual estava inserida. Suas análises da realidade brasileira foram reconhecidamente influentes nos debates do campo marxista brasileira daquele período.

Tentar transformar a realidade era o horizonte dos comunistas brasileiros, esta mudança viria através da Revolução Socialista, que nas teses da Polop foi amplamente discutida, a ação da organização naqueles seis anos iniciais de existência, nunca perdeu a revolução de vista. A Revolução não aconteceu no Brasil, a construção do partido revolucionário que unificaria e organizaria o operariado também não, apesar da tentativa dos remanescentes do racha de 67 ao fundarem o Partido Operário Comunista, o POC.

A Polop também ficou bastante conhecida por suas críticas ao reformismo do PCB, herdado das orientações da Internacional e da Moscou stalinista. Este foi um dos principais eixos de aglutinação dos integrantes da Polop, experiência iniciada antes mesmo de sua fundação em 1961, através da publicação de algumas revistas.

Não foi objetivo desta pesquisa atestar se as teses da Polop eram melhores do que de outros marxistas, nem se suas proposições eram as acertadas para a realidade brasileira daquela época, nos propomos analisar a construção de sua coesão teórica e suas diferenças de outros marxistas do período, procuramos analisar o que a Polop tinha de mais peculiar. E também como a Polop reagia às mudanças de conjuntura, especialmente a mudança drástica de regime provocada pelo golpe de abril de 1964.

A Polop constrói sua coesão através dos entraves internos e confrontados com a realidade que a cerca, uma coesão monolítica e homogenia não era a proposta da organização. A Polop prezava pelo debate interno e externo amplo, mesmo significando qualquer tipo de acirramentos teórico. A Polop não acreditava na visão “catastrófica” da revolução e sim em tarefas de organização e ação.

A Polop não foi a primeira a entender o Brasil como um país plenamente capitalista, mas entendeu que a principal contradição do país não estava no embate nacionalismo contra imperialismo. A onda nacionalista que tomou as pautas das esquerdas passou pela Polop com outras cores, pois a organização não acreditava que a apelação nacional resolveria os problemas da classe trabalhadora. Não existia antagonismo entre burguesia nacional brasileira e o imperialismo. O nacionalismo para a Polop era uma faceta o reformismo que a organização criticava

Para onde vamos? A Polop se perguntou 1967, quando se acirrava internamente suas disputas e no cenário nacional a ditadura começava a endurecer mais. A organização acreditava que era preciso unificar a esquerda e organiza-la para evitar uma ditadura prolongada, não sabemos se a unificação da esquerda brasileira derrubaria a ditadura, muito menos se levaria o proletariado ao poder e realizaria a revolução socialista, o que sabemos é que a ditadura se prolongou e a redemocratização foi feita de forma lenta, gradual e sem participação dos comunistas.

FONTES

CEDEM/UNESP

Documentos da Polop:

Jornal Política Operária, nº 1, Janeiro de 1962. CEDEM/UNESP

Jornal Política Operária, nº 8, 15 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP

Jornal Política Operária, nº 9, 22 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP

Jornal Política Operária, nº 10, 29 de Janeiro de 1964. CEDEM/UNESP

Jornal Política Operária, nº 12, 27 de Fevereiro de 1964. CEDEM/UNESP

Jornal Política Operária, nº 13, 12 de Março de 1964. CEDEM/UNESP

Política Operária nº 3, Maio de 1962. CEDEM/UNESP

Política Operária nº 4, Outubro de 1962. CEDEM/UNESP

Política Operária nº 6, 1963. CEDEM/UNESP

Política Operária nº 7, 1963. CEDEM/UNESP

Boletim nº 1, 20 de Março de 1961. CEDEM/UNESP

Boletim Interno – SP, Setembro de 1961. CEDEM/UNESP

Boletim Interno – SP, 05 de Dezembro de 1961. CEDEM/UNESP

Boletim Interno – SP, nº 02, 12 de Janeiro de 1962. CEDEM/UNESP

Proposta para o III congresso, 1964. CEDEM/UNESP

As tarefas da Política Operária. Janeiro de 1963. CEDEM/UNESP

Relatório de organização, 24 de Abril de 1966. CEDEM/UNESP

Algumas questões a organização, 18 de Setembro de 1966. CEDEM/UNESP

Crítica a O., Março de 1966. CEDEM/UNESP

Do CN as células, 22 DE Outubro de 1966. CEDEM/UNESP

Um caso de indisciplina, 21 de Dezembro de 1966. CEDEM/UNESP

Às células, Dezembro de 1966. CEDEM/UNESP

Depois do Congresso, Outubro de 1967. CEDEM/UNESP

Carta aberta aos revolucionários, Setembro de 1967. CEDEM/UNESP

Documentos da Liga Socialista Independente:

Projeto de Programa da Liga Socialista Independente. São Paulo, 1956. CEDEM/UNESP

LABELU/UEFS**Acervo Victor Meyer**

1 (1)3 Manifesto Programa - Abaixo a ditadura militar pela revolução dos trabalhadores.

Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS

1 (1)6 Classes e Estado. Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS

1 (1)8 Teses de Tiradentes. Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS

1 (1)41 Aonde Vamos?. Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS

2 (1)2 Convocatória do Primeiro Congresso. Acervo Victor Meyer LABELU/UEFS

8 (8)1 Política Operária nº 2, Abril de 1962. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER**Acervo Digital**

Aonde Vamos? Disponível em: < <http://centrovictormeyer.org.br/> >

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010.

CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo, SP: Difel, 1982.

CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo, SP: Difel, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista: a crise da Internacional Comunista** Vol. 1. São Paulo, SP: Global, 1985.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista: O apogeu do stalinismo** Vol. 2. São Paulo, SP: Global, 1986.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes; LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira**. Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, poder e golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, SP: Ática, 1987.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1975.

LEAL, Leovegildo Pereira. **Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. Revolução Russa in: LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa, a vermelha: vida e obra de Rosa Luxemburgo**. VARES, Luiz Pilla (org.); 2ª ed. revista, São Paulo, SP: Busca Vida, 1988.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da Revolução Socialista: A Trajetória da Polop (1961-1967). In: REIS FILHO, Daniel Aarão.; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **História do Marxismo no Brasil** Vol. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

NOBERTO, Lineker. **A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Joelma. **Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo, SP: Brasiliense; 7ª edição, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2ª ed., 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Revolução e Democracia. 1964-1985**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo, SP: EDUNESP, 1993.

SADER, Emir. **Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil Vol. I**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. **Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional: Anotações históricas sobre um debate presente**. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, **Anais...** Campinas, SP: Novembro 2007.

ZAIDAN, Michel. **O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)**. In: REIS FILHO, D.A (Org.). **História do Marxismo no Brasil Vol. I**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.